

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências

SOLANGE MARIA DA SILVA

Para além do exótico: as ciências na África, da história ao ensino

**São Paulo
2015**

SOLANGE MARIA DA SILVA

Para além do exótico: as ciências na África, da história ao ensino

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências.

Área de concentração: Ensino de Biologia

Orientador: Prof. Dr. Thomás A. S. Haddad

**São Paulo
2015**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte

FICHA CATALOGRÁFICA
Preparada pelo Serviço de Biblioteca e Informação
do Instituto de Física da Universidade de São Paulo

Silva, Solange Maria da

Para além do exótico: as ciências na África, da história do ensino. São Paulo, 2015.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.
Faculdade de Educação, Instituto de Física, Instituto de Química e Instituto de Biociências.

Orientador: Prof. Dr. Thomás A. S. Haddad

Área de Concentração: Ensino de Biologia.

Unitermos: 1. Biologia – Estudo e ensino; 2. Ensino de ciências; 3. Ciência - África; 4. História – África; 5. Ações afirmativas; 6. Currículos e programa - África.

USP/IF/SBI-090/2015

Nome: Silva, Solange Maria da.

Título: Para além do exótico: as ciências na África, da história ao ensino

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. Thomás Augusto Santoro Haddad (orientador) Instituição: EACH/USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). Maria Elena Infante-Malachias

Instituição: FFCLRP/USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). Ermelinda Moutinho Pataca

Instituição: FEUSP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Dedicatória.

A minha mãe Lázara, a quem, apesar de sua inteligência e determinação, restou quase sempre o posto de empregada doméstica – como, aliás, sucede a quase todas mulheres negras no contexto do racismo brasileiro.

Agradecimentos

À Profa. Dra Maria Elena Infante-Malachias, a primeira pessoa a acolher e demonstrar interesse por meu trabalho. Gratidão infinita também por ter me apresentado Pedagogia do oprimido, de Paulo Freire.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Thomás A.S. Haddad, pela paciência e serenidade diante das minhas dúvidas e insegurança.

À amiga, escritora e jornalista Solange Cavalcante, pelos anos de admiração e respeito recíprocos, e por ter revisado meu texto.

Para os povos do norte da África, as paisagens além do Saara e a oeste do mar Vermelho sempre estiveram distantes e sempre foram exóticas. Como distantes e exóticas para os brasileiros, ao interromper-se no fim do século XIX, o demorado convívio com a outra margem do Atlântico, se foram tornando as terras de tantos de seus avós, enroupadas de preconceito, infâmia e remorso. E de saudade e mito.

Alberto da Costa e Silva

RESUMO

Silva, Solange Maria da. **Para além do exótico: as Ciências na África, da História ao ensino.** 2015,144f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Física – Interunidades em Ensino de Ciências, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

A aprovação de legislação específica no campo educacional brasileiro referente à inclusão de História da África e Cultura Afro-Brasileira nos diferentes níveis e modalidades de ensino a partir do ano de 2003, colocou-se tanto como um grande desafio quanto como um leque de possibilidades para a pesquisa em diferentes áreas do conhecimento no Brasil. Nesse contexto, e para contribuir com a política de ações afirmativas, a presente pesquisa tem como foco a história das Ciências na África, de modo a investigar práticas de conhecimento da natureza de comunidades africanas, entre os séculos XV e XVII, na região atualmente conhecida como África Ocidental – em particular, as extensões territoriais localizadas ao sul do Deserto do Saara, anteriormente conhecidas como Estados Sudaneses. Inicialmente, investigaremos o processo que culminou na inclusão da história da África no currículo escolar, procurando demonstrar que, apesar de esta ser uma importante conquista do movimento negro, o tratamento dado ao tema nas escolas permanece com lacunas importantes, notadamente no que se refere ao reconhecimento das culturas africanas como produtoras de conhecimento científico. De maneira mais geral, pretendemos analisar também como o continente africano comparece de modo muito limitado no universo da própria historiografia das ciências, mesmo em suas versões críticas ao eurocentrismo tradicional da disciplina. Finalmente, utilizaremos um conjunto de fontes portuguesas, compreendendo o período entre os séculos XV e XVII, que apresentam registros de técnicas e práticas de conhecimento de comunidades africanas e podem permitir uma espécie de “reconstituição” dos seus saberes (mesmo se analisado através do olhar europeu dos autores). A análise dessas fontes, com atenção voltada ao que podem contribuir para uma história das ciências na África, poderá ser ponto de partida para o desenvolvimento de projetos voltados ao ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira que envolvam não apenas professores de história, língua portuguesa ou artes, como é comum nas escolas, mas também professores de ciências.

Palavras-chave: Ensino de Ciências, Ciências na África, História da África.

ABSTRACT

Silva, Solange Maria da. **Beyond the exotic: Sciences in Africa, from History to teaching.** 2015. 144p. Master's dissertation. Physics Institute – Inter-units Program of Science Teaching, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

The approval of an specific law from 2003 on the implementation of History of Africa and Afro-Brazilian Culture, within the different levels and modalities of teaching has been set as a great challenge, as well as a wide range of possibilities for researches in several areas of knowledge in Brazil. Within this context, and as a contribution to the affirmative actions policy, the present research has as its focus the history of Sciences in Africa in order to investigate practices of nature knowledge in African communities between XV and XVII centuries, in the region currently known as Western Africa – particularly those territory extensions set in the south of Sahara Desert, formerly called Sudanese States. Initially, we shall investigate the process that culminated with the inclusion of History of Africa within the school curriculum, trying to demonstrate that although it is an important achievement for Black Movement, the treatment given to this theme within the schools remains with important lacks, notably in what refers to the recognition of African cultures as promoters of scientific knowledge. In general terms, we also intend to analyse how African Continent appears in a very limited way in the universe of historiography of Sciences, even within the critical versions against the traditional eurocentrism on this discipline. Lastly, we shall use a set of Portuguese sources, comprehending the period between XV and XVII centuries, which presents registers of techniques and knowledges practices of African communities, that can permit also a sort of “reconstitution” of their knowledge (even if it is analysed throughout the European authors’s point of view). The analysis of the sources, with our attention directed to those ones that could contribute to the History of Sciences in Africa, can be the starting point to the development of projects aimed to the teaching of History of Africa and Afro-Brazilian Culture, which involves not only History, Portuguese or Arts teachers, as generally seen in the schools, but also the Science teachers.

Key-words: Science teaching, Sciences in Africa, History of Africa.

SUMÁRIO

Introdução	11	
Capítulo I – Currículo: teorias e implicações		
1.1	Origem e teorias do currículo	14
1.2	As correlações sociais	18
1.3	Cultura e currículo	19
1.4	A complexidade do currículo e as relações de poder	22
1.5	Ações afirmativas, currículo e identidade	24
1.6	O multiculturalismo no currículo	33
1.7	Por que a história da África?	35
1.8	Movimento social negro e a luta pela educação	39
Capítulo II – África Ocidental pré-colonial		
2.1	Estados sudaneses	45
2.2	A origem e as dinastias	48
2.3	O reino de Gana	50
2.4	O império do Mali	52
2.5	A origem dos mossis e o império songai	58
2.6	As cidades de Jenné e Tombuctu	60
2.7	A expansão marítima portuguesa	62
2.8	Conhecimentos náuticos e cartográficos	64
2.9	Algumas questões da cristandade	66
2.10	O contato com a África Ocidental	68
Capítulo III – os indícios da relação homem-natureza na África Ocidental		
3.1	O problema das fontes	70
3.2	Sobre os viajantes árabes	84
3.3	Sobre os viajantes portugueses	87
3.4	Almadias: relações do conhecimento marítimo e fluvial	94
3.5	Metalurgia	97
3.6	Plantas: cultivo e usos diversos	108
3.7	Outros conhecimentos	113
3.8	A apropriação do conhecimento africano na construção da ciência europeia	121
3.9	A África e as possibilidades para o ensino de ciências	124
Conclusões	129	
Referências bibliográficas	134	

Introdução

A ideia desta pesquisa originou-se a partir da militância da autora num grupo denominado Coletivo Antirracismo do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP). Na época, fazíamos estudos sobre o racismo no Brasil e organizávamos encontros para grupos de professores. Algumas vezes, o viés dessas discussões era o de relações de gênero. Em geral, porém, a prioridade era a temática racial. Um dos fatores relevantes foi a participação em vários encontros preparatórios para a Conferência Mundial Contra o Racismo, que aconteceria em 2001 na cidade de Durban, África do Sul. Ao final do encontro, com muitas divergências e a saída da delegação de Israel, foi produzido um documento no qual vários países comprometeram-se a implementar ações políticas (ações afirmativas) para o combate à discriminação, ao racismo e outras formas de intolerância. No entanto, esse documento e as discussões ocorridas durante a conferência não tiveram repercussão e praticamente caíram no esquecimento em função dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos EUA, pouco mais de uma semana após o término do encontro mundial.

No Brasil, em 2002, a organização e pressões do movimento negro conquistaram o Plano Nacional de Direitos Humanos, com orientações para a adoção das políticas de ações afirmativas, as quais passaram a ser estudadas e debatidas em alguns círculos acadêmicos e nos movimentos sociais. Em janeiro de 2003, o governo brasileiro sancionou a Lei 10.639, que alterou a Lei 9.394 (LDB), de modo a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nas diversas modalidades de ensino. Celebrada por muitos e criticada por tantos outros, a legislação e os documentos oriundos dela, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e o Parecer CNE/CP 003/2004, indicavam as disciplinas que preferencialmente deveriam trabalhar os conteúdos relativos ao continente africano e suas relações ou especificidades com a formação da cultura brasileira. Surgiu, assim, o desejo de compreender melhor as políticas afirmativas no campo educacional no Brasil e investigar a possibilidade de também incluir os professores de ciências naturais na tarefa de estudar a África.

Dois questionamentos estiveram presentes ao longo de todo o tempo em que se realizou esta pesquisa: o primeiro refere-se ao exotismo que é frequentemente associado ao continente

africano, principalmente na mídia. As imagens que predominam são a de paisagens exuberantes ou de animais ferozes. Quando se mostra o homem africano e seus costumes, impera o registro pitoresco ou simplesmente a pobreza e a violência. A história da África se reduziria então a isso? O segundo questionamento, que passou a ser o problema central da investigação, diz respeito a como abordar a África dentro do universo das ciências naturais, uma vez que a referida legislação cita apenas as disciplinas de História, Artes e Literatura; consideramos que isso não deveria implicar que outras áreas do conhecimento não possam trabalhar o mesmo conteúdo.

Em um primeiro momento, a pesquisa se concentrou na legislação educacional brasileira relacionada ao currículo, no que se refere ao conjunto de disciplinas da educação básica e seus respectivos programas, que passaram a incluir elementos da história e cultura africanas e afro-brasileiras. Para melhor compreensão do currículo, no primeiro capítulo procedeu-se a uma breve exposição das diferentes abordagens e as concepções a seu respeito, desde sua origem como campo de estudos. Da mesma forma, buscamos apontar alguns aspectos das condições da população negra em relação aos processos de escolarização nos primeiros anos da República e as reivindicações históricas do movimento social negro no Brasil como, por exemplo, a atuação da chamada *imprensa negra* e a própria legislação sobre a necessária abordagem da África que não fosse somente pelo viés da escravidão e do colonialismo.

No segundo capítulo, procuramos descrever a dinâmica das sociedades africanas da região denominada África Ocidental e algumas de suas especificidades no período anterior à chegada europeia (pré-colonial): ao longo de pelo menos três séculos aquelas sociedades estabeleceram um comércio intenso por rotas que atravessavam o Saara, desenvolvendo impérios proeminentes como Gana, Mali e Songai, e estabelecendo diversas formas de organização política intimamente ligadas ao comércio. O capítulo também destaca o intercâmbio cultural com os povos árabes, a formação de estruturas urbanas e a expansão das fronteiras, e conclui com a apresentação de algumas questões relacionadas à crescente presença portuguesa na costa ocidental africana, ao longo do século XV (ou seja, os aspectos culturais, institucionais, sociais e políticos da presença portuguesa no continente). Nosso objetivo foi mostrar a existência de uma história própria da África, que ao mesmo tempo serve como pré-condição da história conectada que viria a incluir Portugal e o Brasil.

Como o período das grandes navegações possibilitou o contato com outros povos, os documentos – diários, relatos, crônicas etc. – produzidos por viajantes constituem-se em ricas fontes para o estudo das sociedades africanas. Assim, no terceiro capítulo abordamos questões de interpretação dessas fontes diante dos diferentes objetivos dos seus redatores. Primeiramente, relacionamos o histórico dos principais viajantes árabes que já mantinham contato com a África subsaariana desde o século VII, e que produziram diversos relatos, muitos dos quais chegaram ao conhecimento dos portugueses. Apresentamos então os viajantes portugueses e as obras que foram as fontes principais da pesquisa, analisando-as de modo a localizar nos relatos desses viajantes *indícios sobre a relação homem/natureza e os conhecimentos e técnicas desenvolvidos pelos africanos em seus contextos, para atender suas próprias necessidades cotidianas*. Nas fontes analisadas, destacamos registros sobre conhecimentos africanos relativos a embarcações e navegação, e manipulação de metais e plantas, com diversos usos. Sugerimos que esse tipo de informação pode colaborar para que, na educação básica, a história da África encontre um lugar também nas aulas das disciplinas ligadas às ciências da natureza, não se restringindo às humanas e, sobretudo, indo além do exótico.

Capítulo I – Currículo e implicações

1.1 Origem e teorias do currículo

Ainda temos muito a compreender e aprender sobre as formas pelas quais o conhecimento transmutado em currículo escolar atua para produzir identidades individuais e sociais no interior das instituições educacionais (MOREIRA & SILVA, 1995).

A citação acima se refere a um artigo que trata da ideologia e suas relações com o currículo. Considerando que, no início do século XXI, a história e a cultura africanas e afro-brasileiras se “transmutaram” em currículo escolar no Brasil, é necessário que façamos um breve relato da trajetória da importância das teorias curriculares.

Entre as definições encontradas nos dicionários de língua portuguesa, o currículo pode ser entendido como um “percurso”, ou um caminho a ser trilhado – e, no caso da educação, considera-se como currículo tudo o que ocorre nesse trajeto. A utilização do termo, bem como sua transformação ao longo do tempo, foi sendo determinada pelo contexto histórico da cada sociedade (TRALDI, 1977). O advento da industrialização e o avanço da urbanização nos EUA trouxeram à tona uma série de questionamentos acerca do papel da escola, onde predominava um ensino elitista, de caráter cumulativo e de saberes acabados. A sociedade emergente havia imposto outro ritmo ao trabalho. As transformações nos modos de produção direcionavam a atenção para a escola, atentando que esta não poderia ser apenas um espaço privilegiado para poucos, ou transmissora de um conhecimento que não impulsionava a economia.

Como as transformações na sociedade têm implicações e consequências diretas na educação, com o início da era industrial a sociedade estadunidense deparou-se com novas realidades e demandas sociais, como por exemplo, o imenso contingente de imigrantes, a urgência da produção em larga escala, as inovações científicas e tecnológicas etc. Esses elementos, relacionados às questões econômicas, desencadearam novas necessidades. Começou, então, a surgir uma ideologia na qual o dinheiro e as conquistas exigiam sucesso também no percurso escolar (MOREIRA & SILVA, 1995). Em consequência disso, num período de trinta anos (1890 a 1920), foram criadas nos EUA várias comissões destinadas à educação. Estas realizavam estudos com diferentes temas, impulsionando e assentando o campo do currículo,

como o caso da escola-laboratório de Chicago, onde J. Dewey¹ buscava desenvolver o currículo por experiência (TRALDI, 1977).

Nessa origem do campo de estudos, é possível identificar duas tendências: a primeira é a proposta baseada nos trabalhos de Dewey e Kilpatrick², conhecida como *escolanovismo*. Tinha como foco a valorização das necessidades do aluno, seus interesses e, a partir desses elementos, propunha a elaboração do currículo. Suas ideias podem ser consideradas bastante atuais para a época, e ficaram registradas em sua obra clássica *The child and the curriculum*, publicada em 1902.

A outra proposta da época, evidenciada pela obra *The curriculum*, de Bobbit (1922), ficou conhecida no Brasil como *tecnicismo*, pois apresentava um caráter mais técnico, com uma visão da educação funcionando como uma empresa. Nesse sentido, o currículo era entendido como uma espécie de manual, com regras estabelecidas que deviam ser rigorosamente seguidas, de modo que a escola atingisse os objetivos preestabelecidos (SACRISTÁN, 2000; SILVA, 2013). A proposta de Bobbit para o currículo era desenvolver as habilidades necessárias para o mundo profissional e os instrumentos adequados que pudessem avaliar ou quantificar os resultados. Essas duas tendências prevaleceram nos estudos curriculares de 1920 a 1960. Mas são as ideias de Bobbit que passam a ser amplamente aceitas e difundidas. Suas concepções são incorporadas e passam a ser o entendimento do que seria o “currículo” para os profissionais da educação em diferentes partes do mundo. Seu currículo, assim, tornou-se uma realidade (SILVA, 2013).

A corrida espacial provocou certo desconforto entre os estadunidenses. Sua capacidade científica ficou abalada com o lançamento do Sputnik, em 1957, e seu ensino foi alvo de críticas. Foi aí que surgiram propostas de novas abordagens na educação para tentar recuperar o prestígio supostamente perdido no campo das ciências. A década de 1960 foi marcada por uma série de acontecimentos e reviravoltas no mundo. Aquela sociedade (onde usualmente se atribui a origem do currículo como campo de estudos) passava por conflitos sociais como o desemprego,

¹ Ocasionalmente, apresentaremos em nota algumas referências que localizamos sobre os numerosos autores e movimentos teóricos que serão mencionados neste capítulo. John Dewey, por exemplo, foi um filósofo e reformador educacional norte-americano muito influente na primeira metade do século XX. Para saber mais ver: RODRIGUES, Verone Lane (Org.). John Dewey. Recife: Editora Massangana, 2010.

² William Heard Kilpatrick marcou sua trajetória como professor e intelectual da educação ao colocar como fundamental a experiência do aluno no processo de ensino-aprendizagem, de acordo com LEITE, Ana Claudia de Arruda. *A noção de projeto na educação: o “método de projeto” de William Heard Kilpatrick*. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC, São Paulo, 2007.

violência, racismo, movimento pelos direitos civis, o envolvimento na guerra do Vietnã etc. Todos esses fatos desencadearam descontentamento com os aparelhos do Estado, como por exemplo, a finalidade da escola. Os desdobramentos da crise social geraram novos hábitos, tais como a liberação sexual e a experimentação com drogas. Nesse momento, a instituição escola foi muito criticada como reprodutora de valores da classe dominante (MOREIRA & SILVA, 1995). Durante esse período, surgiram vários movimentos críticos em relação às teorias tradicionais do currículo em locais distintos, com diferentes atores sociais reivindicando a renovação (MOREIRA & SILVA, 1995).

As chamadas “teorias críticas do currículo” romperam com as concepções e práticas que se atribuíam ao currículo. Como já citado anteriormente, as teorias tradicionais ocupavam-se de como operacionalizar o currículo de forma mais eficiente para disseminar o conhecimento aceito como desejável. Em contrapartida, as novas teorizações apontavam para a necessidade de análise e questionamentos de cunho social relacionados à educação e à compreensão de como ocorre a atuação do currículo, influência e interferência na sociedade.

Nessa fase, verificamos basicamente três vertentes do pensamento das propostas pedagógicas: o ressurgimento das concepções tradicionalistas, com o intuito de uma educação escolar de máxima eficiência, a vertente mais libertária, com um caráter claramente humanista, e a proposta do fim da escola, com o objetivo de organizar uma nova instituição (MOREIRA & SILVA, 1995).

Os autores humanistas da época construíram suas reflexões com base nas teorias europeias da Escola de Frankfurt³, na Fenomenologia⁴ e no Neomarxismo⁵, entre outras, e

³ A Escola de Frankfurt caracterizou-se pela produção de uma teoria crítica da sociedade e da cultura contemporâneas, com suas contribuições estendendo-se também à Psicologia, conforme PENNA, Antonio Gomes: *A escola de Frankfurt e a psicologia*. Arquivo Brasileiro de Psicologia, RJ, 38 (2), pp. 18-33, abr/jun. 1986.

⁴ Compreendida como método de crítica do conhecimento universal das essências, segundo Edmund Husserl (1859-1938), é a própria ciência da essência do conhecimento, ou doutrina universal das essências, segundo GALEFFI, Dante Augusto: *O que é isto – A fenomenologia de Edmund Husserl*. Ideação: Feira de Santana, n. 5, pp. 13-36, jan/jun 2000.

⁵ Designa-se por Neomarxismo ou “marxismo ocidental” o conjunto das correntes nascidas nos anos vinte do século XX, em torno das teses de Gyorgy Luckács (1885-1972), Karl Korsch (1896-1961), Ernst Bloch (1885-1977) e Antonio Gramsci (1891-1937). A expressão abrange um vasto leque de posições teóricas que vai desde os que, fortemente empenhados no marxismo como quadro teórico, julgam ser necessário repensar sistematicamente algumas das suas teses tradicionais, até aos que vêem na tradição marxista uma importante fonte de interrogações e inspirações, mas não se sentem especialmente comprometidos com o marxismo como tal, de acordo com WRIGHT, Erik Olin: *O que é neo e o que é marxista na análise neomarxista das classes*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 12, pp. 09-40, out. 1983.

buscavam demonstrar o papel social do currículo. Na década de 1970, surgiu um movimento, nos EUA, que ficou conhecido como *reconceitualização*. Suas correntes eram mais próximas às teorias neomarxistas, sendo seus representantes mais expressivos Michael Apple⁶ e Henry Giroux⁷. Outra corrente de caráter mais humanista foi mais bem representada por William Pinar. Outros autores, estes reconceitualistas e de tendência neomarxista, iniciaram um campo de trabalho que mais tarde seria denominado Sociologia do Currículo, cujo enfoque consistia em compreender como este funcionava, de modo a reproduzir as desigualdades sociais. A influência nas diferentes minorias da sociedade e, também por outro lado, as formas de resistência e a busca por uma educação mais libertária (MOREIRA & SILVA, 1995).

Na Inglaterra, a atenção dos estudiosos sobre a educação seguiu, por assim dizer, a mesma direção de contestar o caráter técnico/administrativo do currículo. Porém, a Sociologia foi o campo que se ampliou nas questões e debates educacionais, impulsionada pelas mudanças na sociedade. Devido à emergência de movimentos organizados pelas minorias, a década de 1970 foi marcada pelo rompimento do aparato teórico e metodológico tradicionais. O desenvolvimento da Sociologia Geral, sua aplicação na educação e a inclusão da disciplina nos cursos de formação de professores foram elementos essenciais para o campo da pesquisa sobre o currículo. Nesse período, surge o movimento que ficou conhecido como *Nova Sociologia da Educação* (NSE), liderado por Michael Young, cujos textos produzidos são importantes para o entendimento da organização dos conteúdos escolares. Sua aplicação e as correlações existentes entre o poder e o contexto educacional (SILVA, 2013).

Sacristán (2000) coloca que as contribuições da Sociologia da educação foram no sentido de mostrar a necessidade de se compreender que a seleção e organização do conhecimento expressa no currículo. Mesmo a maneira como ocorre o ensino e a avaliação devem ser objetos de estudo, pois refletem valores sociais aceitos por uma parcela da sociedade, caracterizada como

⁶ Um dos mais expressivos teóricos do pensamento educacional crítico contemporâneo, suas formulações se alicerçam nas análises relacionais entre cultura, poder e educação, os múltiplos efeitos do poder na sociedade e formas de combater esse poder, segundo SILVA, M. V.; MARQUES, M. R. A.; GANDIN, L. A.: *Contradições e ambiguidades do currículo e das políticas educacionais contemporâneas*. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, pp. 175-184, jan/jun 2012.

⁷ Foi um dos fundadores da pedagogia crítica nos EUA, pioneiro nos estudos voltados para a cultura. Como crítico propôs reflexões sobre as teorias educacionais e o papel dos professores nos processos de ensino-aprendizagem bem como sua influência e poder de transformação, conforme KESKE, C. *As dimensões da cultura na produção de significados no currículo escolar: um olhar teórico*. Revista de Ciências Humanas, v. 10, n. 14, 2009.

classe dominante. Através do currículo fica determinado o que deve ser considerado válido como conhecimento, e de que maneira deve ser transmitido e avaliado.

1.2 As correlações sociais

Foi Louis Althusser⁸ quem chamou a atenção para a ideologia presente no currículo. Segundo esse autor, a educação, em sua forma escolarizada, reproduz e dissemina as ideias da classe dominante nas diferentes disciplinas, umas com mais ênfase que outras. Com base marxista, seu trabalho procurou estabelecer a relação íntima entre ideologia e educação. Buscou demonstrar que, para o mundo capitalista, organizado em torno das questões econômicas, é fundamental a reprodução dos modos de produção e que para que isso ocorra existem os aparatos ideológicos do Estado. Além de enfatizar que a saída da escola entre os jovens das classes oprimidas ocorria em diferentes níveis, ele apontou também que os jovens que conseguissem chegar até o final da escolarização apresentariam uma atitude mais próxima do dominador, ou seja, aquele que nasceu para o comando (MOREIRA & SILVA, 1995).

A instituição escolar é um dos mais eficientes aparelhos do Estado, devido ao período de tempo e à quantidade de pessoas que atinge. Disciplinas mais humanísticas ou mais técnicas como a Matemática ou a Química atuam de forma a manter as crianças em determinadas posições sociais. Os filhos dos trabalhadores, por exemplo, permanecem obedientes e submissos. Nesse aspecto sobre a reprodução da estrutura capitalista na educação, os pesquisadores Boudelot e Establet aprofundaram a tese de Althusser com o livro *A escola capitalista na França*, de 1971 (SILVA, 2013).

Na visão do autor, a ideologia não se refere apenas à veracidade das ideias veiculadas, sendo necessário investigar para quem tais ideias são importantes. Os valores e atitudes transmitidos através de uma determinada ideologia são importantes para grupos que detêm posições de privilégio, posições essas que são mantidas pelo conjunto de ideias. Se a ideologia está ligada a interesses diversos e, conseqüentemente, às relações de poder, cabe então analisar

⁸ Foi um dos principais estudiosos do marxismo, utilizando como método a análise do estruturalismo. Na educação, argumentou que seu papel e suas implicações são determinados na base econômica da sociedade, de acordo com VAISMAN, E. *Althusser: ideologia e aparelhos de Estado – velhas e novas questões*. Projeto História, São Paulo, n. 33, p. 247-269, dez 2006.

também até que ponto o conhecimento transmitido é a representação fiel da realidade. O conhecimento se dá através da linguagem. Esse, porém, é um mecanismo ideológico. Portanto, o conhecimento transmitido passa por um filtro ideológico (MOREIRA & SILVA, 1995).

De maneira resumida, é possível distinguir três pontos básicos nas ideias do autor: alguns valores ideológicos não são elaborados por apenas um determinado grupo social. Essa é uma dinâmica que transita entre valores do senso comum, presentes em boa parte da sociedade, e valores de diversas classes sociais. A ideologia não é somente uma estrutura sistematizada de ideias e crenças. Todo aparato ideológico sofre algum tipo de resistência a quem se destina. Ela não é absorvida passivamente, e sua aceitação e interpretação são diversas entre os grupos. O trabalho de Althusser foi alvo de muitas críticas, mas ainda é uma obra de referência para entender os elementos ideológicos explícitos ou implícitos no currículo.

1.3 Cultura e currículo

Outro tema bastante estudado e vinculado ao currículo é a cultura. Quando analisamos as concepções tradicionais de cultura, ela é entendida como um produto acabado, distante de sua característica dinâmica de constante produção e reprodução. Sendo assim, acaba ficando num patamar de objeto, essência que não sofre transformações. Arelada a essa concepção de cultura está também a epistemologia realista do conhecimento, onde aquilo que se transmite como saber é a reprodução fiel da realidade (SILVA, 2006). Desse modo, cultura e conhecimento estão em profunda sintonia com as concepções de currículo, onde consta a cultura e o saber prontos e acabados a serem transmitidos através das disciplinas estruturadas e sistematizadas nas aulas.

Em certa medida, a cultura é uma rede de significados e sentidos que os indivíduos constroem, mas não de forma isolada, como artefato puro. Esta é tecida em relações, em símbolos, linguagem etc., e transformada em textos. A análise dos textos, de modo a compreender os elementos de sua produção, permite classificá-los como discursos. Todos os resultados desses discursos são transformados em ações, e constituem a prática discursiva. As áreas do conhecimento existem e funcionam pelos significados e sentidos que lhe são atribuídos. Nesse sentido, o currículo, bem como a cultura, pode ser entendido também como *discurso*. Numa perspectiva neomarxista, tanto a cultura como o currículo são provenientes das relações sociais,

mobilizadas pela lógica capitalista. Nas análises pós-estruturalistas⁹, cultura e currículo são, porém, relações sociais (SILVA, 2006).

Na teorização crítica educacional, uma análise importante foi desenvolvida por Pierre Bordieu¹⁰ e Jean Claude Passeron¹¹, na qual estes elaboraram um conceito de reprodução social relacionado à cultura e aos elementos da economia capitalista. Eles utilizaram a expressão “capital cultural”, procurando demonstrar como o currículo é um campo de produção e reprodução cultural, bem como da cultura política (SILVA, 2006; 2013). Nessa análise, o que está colocado é a reprodução cultural não de qualquer cultura, mas daquela com prestígio social em particular, amplamente aceita e considerada boa – reprodução exata da cultura dominante. Materializada de várias formas, como por exemplo, o valor que se dá a determinadas obras de arte ou o valor simbólico de títulos e códigos de comportamento que são mais valorizados em detrimento de outros, de modo que o status da cultura dominante fica internalizado e introjetado como “normal” e “desejável” (SILVA, 2013).

Os hábitos, valores e outros elementos da cultura dominante passam a ser os “corretos”. Ficam sedimentados como cultura e, portanto, qualquer elemento que esteja fora desse padrão não se constitui como tal. É a força econômica que possibilita esse fenômeno, ocorrendo de maneira sutil e nem sempre perceptível. Sua imposição acontece como algo natural e constitui-se, assim, da dupla violência referida por Bordieu e Passeron quando estes destacam a imposição e a ocultação da cultura dominante. A escola atua nessa dinâmica proposta pelos autores, com a exclusão dos indivíduos sem acesso a esse capital cultural. A maneira pela qual esse processo ocorre deve-se ao currículo com sua base na cultura dominante. Portanto, os valores e códigos

⁹ O pós-estruturalismo é um movimento ligado a teorias a respeito da linguagem e do processo de significação, que vão de encontro ao paradigma estruturalista. Essas teorias nutrem discussões que têm influenciado o que se entende por linguagem, sujeito e currículo, provocando novos questionamentos na área de ensino-aprendizagem, de acordo com PEIXOTO, C.R.C. *A linguagem, o sujeito e o currículo no pós-estruturalismo: reflexões para a prática em língua estrangeira*. Eutomia, ano I, n. 01, p. 489-508.

¹⁰ Um dos grandes sociólogos do século XX, através do uso da noção de violência simbólica tentou desvendar o mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como natural as ideias ou representações dominantes. Ele desenvolveu um sistema de explicação sociológica da dominação social. Estudou a escola, a cultura e a economia, aplicando conceitos novos na Sociologia. Ver em: VASCONCELLOS, M. D. *Pierre Bordieu: A herança sociológica*. Educação & sociedade. Campinas: Vol. XXIII, n. 78, abr. 2002.

¹¹ Professor de Sociologia da École des Hautes Études em Sciences Sociales, escreveu em parceria com P. Bordieu a obra *La reproduction*, publicada em 1970. Desenvolveram uma crítica educacional na qual a escola seria uma instituição supostamente neutra, mas que condiciona os jovens de acordo com os interesses das elites. Através da linguagem e cultura, a escola apresenta uma violência simbólica. Ver mais em: MARQUES DE SAES, D. A.: *A ideologia docente em “A reprodução” de Pierre Bordieu e Jean Claude Passeron*. Educação & Linguagem, ano 10, n. 16, p. 106-125, jul/dez 2007.

implícitos são facilmente aceitos e compreendidos pelas crianças da classe dominante. Por outro lado, entre os filhos dos trabalhadores, alguns códigos são incompreensíveis e difíceis de decifrar. Com essa rede de significados, vão sendo selecionando somente os que conseguem compreendê-los, o que afunila o acesso aos espaços e níveis superiores de educação. Ao privilegiar apenas um tipo de cultura, a escola exclui boa parte de seus jovens, ao mesmo tempo em que mantém e valoriza a cultura dominante (SILVA, 2013).

Ainda no campo dos estudos do currículo relacionado com a cultura, Henry Giroux contribuiu de forma significativa nas teorias críticas. Posteriormente, sua pesquisa foi mais focada nos estudos culturais¹². Assim como outros autores, sua crítica também apontava para o caráter técnico e burocrático do currículo. No entanto, argumentava que, como estava estruturado e objetivado em termos de eficiência, acabava por deixar de lado o contexto histórico e político da sociedade: a ação humana do conhecimento. Ao silenciar o aspecto social, o currículo contribui para a manutenção ideológica das desigualdades sociais no campo pedagógico e na educação como um todo (SILVA, 2013).

Giroux procurou evitar aspectos críticos baseados somente no viés econômico e prejudicial do capitalismo. Os estudos marxistas e algumas ideias da Escola de Frankfurt foram de encontro a suas pretensões em torno do campo cultural. Sobre o trabalho de Bowles e Gintis¹³, apontou que a análise apresentava uma correspondência mecânica com os princípios econômicos da sociedade capitalista, sem atentar para as relações humanas no processo. Em relação a Bordieu e Passeron, sua crítica apontava que, ao enfatizar o poder da cultura dominante, a pesquisa não demonstrava que as culturas dominadas apresentam formas de resistência e que, portanto, os atores sociais não absorvem passivamente a cultura dominante. A partir da Fenomenologia, chamou atenção para a necessidade de se compreender como as pessoas constroem seus significados. O espaço da escola, no caso, precisa ser analisado enquanto local específico de

¹² Movimento intelectual que surge no panorama político do pós-guerra, na Inglaterra, nos meados do século XX, provocando uma reviravolta na teoria cultural. São identificados como fontes dos Estudos Culturais os textos de Richard Hoggart (*The uses of literacy*, 1957), Raymond Williams (*Culture and society*, 1958) e E. P. Thompson (*The making of the English working-class*, 1963). Ver mais em COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H. e SOMMER, L. H.: *Estudos culturais, educação e pedagogia*. Revista brasileira de educação, n. 23, p. 36-61, maio/jun/jul/ago 2003.

¹³ Autores que estudaram a educação nos EUA, considerando que o ensino público no país ocorreu com a ascensão do capitalismo, onde um sistema educacional voltado para as massas estava de acordo com as necessidades capitalistas e que as transformações ocorridas na educação são em função da estrutura econômica. Ver em: TIBÚRCIO, L.: *Educação e trabalho capitalista: perspectiva histórica e ideias dominantes*. *Análise Social*, v. XV, n. 57, p. 179-186, 1979.

construção e significação. No ambiente educacional é pertinente procurar compreender como atuam outros sistemas de controle e poder nesse tipo de espaço (SILVA, 2013). Este explica que Giroux apresentou uma fase intermediária de seus estudos, procurando abandonar visões pessimistas e sugerir possibilidades de superação do controle e domínio estabelecidos no âmbito escolar. Nesse sentido, trabalhou com a resistência e oposição para propor o desenvolvimento de um currículo que objetivasse os indivíduos a ter consciência da estrutura política, dos elementos que envolvem a esfera de poder e dominação na sociedade, e o papel que os indivíduos podem assumir após tomarem consciência do funcionamento dessas estruturas. Utilizou o conceito de esfera pública para apontar que o ambiente escolar é o local para exercitar a democracia e o questionamento entre professores e alunos sobre todos os âmbitos sociais. Nessa proposta, o papel do professor não é apenas técnico ou mediador, mas ele está inserido no contexto crítico para emancipar e libertar, propondo enfim a visão de um intelectual transformador.

1.4 A complexidade do currículo e as relações de poder

Michael Apple publicou *Educação e poder* no final da década de 80 (1989), apontando uma crise estrutural que começou no mundo do trabalho, afetando gradativamente outros setores da sociedade – o econômico, o político e o cultural. Portanto, sendo a escola uma instituição que vai refletir essas mudanças, esta deveria ser analisada criticamente. Ele argumentou que as escolas funcionam na manutenção das desigualdades. Mais de uma década depois, em 2006, Tomaz Tadeu da Silva publicou *O currículo como fetiche*, obra na qual apontou que a humanidade atravessa um período de transição, época na qual os hábitos, costumes e conceitos firmemente estabelecidos na sociedade são questionados, transformados e ressignificados. O mundo globalizado derrubou fronteiras e paradigmas. Por outro lado, fez surgir um universo de novos desafios, conflitos e intolerância, entre outros elementos, num contexto turbulento onde temos avanços tecnológicos por um lado, e destruição e fragilidade nas esferas sociais de outro.

Um ponto em comum com trabalho de Apple é a necessidade da reflexão do papel da educação e o desafio de ultrapassar a lógica econômica de apenas se produzir sujeitos como peças importantes para a manutenção do mercado. Partindo das ideias desses dois autores, o currículo fica numa posição central por abarcar em si o conhecimento, a cultura, a ideologia, a formação de

identidades etc. Explicar o currículo através de uma única teoria é uma tarefa muito difícil, por conta dos vários elementos interligados que agem em sua construção e interpretação.

Talvez o grande desafio seja compreender as relações de poder em cada âmbito. Se entendermos o currículo como uma construção social realizada por pessoas cuja ação é transformada em conteúdos e práticas na educação escolar, é necessário analisar muito mais que os conteúdos. O currículo ocorre dentro de microcosmos. Tudo o que está na sua estrutura, seja material ou não, vai influenciar na sua própria construção (SACRISTÁN, 2000).

Em seu trabalho, Young já demonstrava a importância de se analisar como o conhecimento é construído, bem como as relações de poder envolvidas nesse processo. Bernstein também apontou que, em salas de aula de estrutura tradicional, o poder está implícito na rigidez e no controle do tempo, na forma de transmissão e avaliação. Ou seja, tudo está dentro de um espaço, num contexto de classificação (disciplinas, conteúdo, disposição física dos objetos) onde as formas devem ser respeitadas e tudo deve ficar exatamente no seu compartimento, de modo que o controle desses elementos garanta o poder. Por outro lado, ele também argumenta que, num ambiente construtivista (no qual é possível que o estudante tenha mais autonomia) não significa que não existam relações de poder, ainda que sejam baseadas em outros princípios (SILVA, 2013).

O termo “currículo oculto” – muito utilizado em pesquisas e debates educacionais – contém os mesmos princípios básicos do conceito de “código” elaborado por Bernstein, que defende uma tríade de interações entre a estrutura macrosociológica, a consciência individual e as interações sociais. Para o universo educacional, os códigos são transmitidos no currículo, na pedagogia e nas formas de avaliação. Alguns valores são ensinados implicitamente no currículo, no qual são normalmente colocados em evidência aqueles da classe dominante: símbolos, gestos, espaço etc. O currículo oculto é aquele que se faz através de gestos, atitudes, mantendo cada indivíduo no seu lugar social.

No que tange à complexidade da questão currículo e poder, mais uma análise se faz necessária: a questão do gênero. Com o crescimento do movimento feminista, ganharam importância as análises que demonstram que não apenas as questões econômicas são produzidas e reproduzidas no currículo, mas que o elemento gênero constitui-se num fator relevante, já que a sociedade capitalista tem uma base patriarcal de domínio e poder (SILVA, 2013). As primeiras

análises ocorreram no sentido de demonstrar a diferença quantitativa entre homens e mulheres, no acesso à educação formal. Posteriormente, o foco da temática apontou que, uma vez garantido o acesso, o currículo apresentava desigualdades nos papéis reservados para homens e mulheres, naturalizados no senso comum. Isto é, a educação formal conduzia meninos e meninas a profissões masculinas e femininas.

À medida que avançam os estudos feministas, o foco vai se direcionando para a sociedade, cuja estrutura está firmemente construída nos interesses e aspectos masculinos. As mulheres conseguem atingir a educação formal, mas esta não contempla valores, aspectos ou especificidades do universo feminino, nem à luta do movimento em relação ao currículo e à mudança de concepção no sentido de que as qualidades individuais não estão ligadas a um gênero. Existem vertentes do feminismo que divergem sobre as “características femininas” que devem estar no currículo, e ainda se questiona se o enfoque das mesmas é pertinente, ou se acaba reforçando estereótipos sociais ligados as mulheres (SILVA, 2013).

1.5 Ações afirmativas, currículo e identidade

Vamos refletir aqui sobre a influência do currículo na formação da identidade individual e coletiva, e também sobre as políticas públicas denominadas “ações afirmativas”. Em 1896, a Suprema Corte nos EUA cunhou a expressão “separados, mas iguais”. A partir de então, houve um longo período na história estadunidense marcado pela segregação legalmente estabelecida. Nos EUA, a escravidão inicia-se no século XVII. O trabalho escravo foi elemento central no desenvolvimento daquele país, sustentando diversos produtos agrícolas, fábricas e ferrovias. Estima-se que quatro milhões deles viviam nos estados do sul do país, por volta de 1860. Evidentemente, a sociedade sulista defendia vigorosamente a escravidão e, a guerra civil começou quando os estados do sul tentaram separar-se do restante do país para criar outra nação, na qual o trabalho escravo seria a base de sua organização social. Foi o presidente Abraham Lincoln quem libertou os escravos para que estes engrossassem as fileiras do Exército da União. O conflito chamou-se *Guerra de Secessão* (1861-1865), e terminou com a derrota do sul.

A partir da década de 1950, os afro-americanos iniciam um forte movimento, contestando a legislação segregacionista e reivindicando direitos iguais na esfera econômica e social. Aos

poucos, a luta toma conta do país e alcança notoriedade internacional. Em março de 1961, aparece oficialmente, e pela primeira vez, a expressão “ação afirmativa”. Nesse contexto histórico de lutas por direitos e igualdade, as políticas de ações afirmativas nascem como estatuto legal, impondo ao Estado estratégias para que determinados grupos, dentro da sociedade, pudessem ter acesso ao mundo do trabalho e da educação. Moehlecke (2002) esclarece que tal política trata de garantir oportunidades iguais em países de regime democrático que tenham excluído parte de sua população e causado restrições e impedimentos em função da raça¹⁴, religião, opção sexual e que, portanto, encontram-se numa situação de desigualdade perante regime político baseado no princípio de igualdade.

A ideia de reparação a certos grupos discriminados avançou para outros países, tomando formas e contornos diferentes, de acordo com os contextos nacionais – quer na Índia, com medidas para a representação parlamentar de certas castas, como na França, que procurou assegurar a presença e participação das mulheres na Assembleia Nacional.

O conceito de ação afirmativa ainda é variável nos países que adotaram tais políticas, e gera algumas polêmicas. Na África do Sul, por exemplo, o termo utilizado é “reparação”. Nesse sentido, a ação indica a necessidade de reparar uma vítima a causa de um erro cometido. Ainda encontramos expressões como “políticas compensatórias”, “discriminação positiva” e outras para classificar práticas semelhantes que visem ao acesso a direitos historicamente negados. Elas passam a ter um caráter coletivo na medida em que está direcionada a uma situação social indesejável que as minorias sofreram, mas também se apresenta como medida preventiva, uma vez que atingem pessoas com mais chances de serem discriminadas (MOEHLECKE, 2002).

No Brasil, as reivindicações por ações afirmativas começam a ganhar força com o movimento de redemocratização, no momento em que vários grupos da sociedade civil emergiram atuando e cobrando do Estado ações efetivas para combater as situações de discriminação das minorias (MOEHLECKE, 2002; DIAS DA SILVA, 2006). Porém, foi somente após 2001 que as políticas foram implementadas de forma mais significativa, com o

¹⁴ Apesar da inexistência biológica de raças, Canen (2003) coloca que o uso do termo *raça* por muitos autores serve como estratégia política mais incisiva para construir a identidade de forma transformadora. Ver em: CANEN, A. Refletindo sobre identidade negra e currículo nas escolas brasileiras: contribuições do multiculturalismo. Série Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande, n. 15, p. 49-57, jan/jun. 2003.

compromisso do Brasil após a assinatura do documento oficial¹⁵ da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância na cidade de Durban, na África do Sul.

Numa breve análise do histórico das ações afirmativas, verifica-se que uma primeira tentativa governamental data de 1968, quando alguns membros do Tribunal Superior do Trabalho mostraram-se favoráveis à criação de cotas para o mercado de trabalho. Essa tentativa, porém, ficou apenas na intenção, e a legislação sequer foi elaborada (MOEHLECKE, 2002). Em junho de 1983, o deputado federal Abdias do Nascimento – militante notório do movimento negro desde a década de 1940, e que será mencionado nesta pesquisa – apresenta à câmara do Rio de Janeiro o projeto de lei 1.332, onde encontramos o seguinte texto:

Art. 1º. As autoridades públicas, os mandatários governamentais e a sociedade civil brasileiros deverão tomar medidas concretas de significação compensatória, para implementar, para os brasileiros negros (de ascendência africana), o direito que lhes é assegurado pelo Art. 153, parágrafo 1º da Constituição da República, à isonomia concedida a todos os brasileiros, nos setores de oportunidade de trabalho, remuneração, educação e tratamento policial, entre outros.

Com teor de ação afirmativa para a população afrodescendente brasileira, o projeto apontava interferência em vários setores da sociedade, propondo inclusive o sistema de cotas no mercado de trabalho:

Art. 2º. Todos os órgãos da administração pública, direta e indireta, de níveis federal, estadual e municipal; os Governos federal, estaduais e municipais; os Ministérios, as Secretarias estaduais e municipais, as autarquias e fundações; as Forças Armadas, o poder Judiciário, o Poder Legislativo, e o Poder executivo são obrigados a providenciar para que dentro dos espaços de suas respectivas atribuições, sejam tomadas medidas de ação compensatória visando atingir, no respectivo quadro de servidores, funcionários e titulares, a participação de pelo menos 20% (vinte por cento) de homens negros e 20% (vinte por cento) de mulheres negras, em todos os escalões de trabalho e de direção, particularmente aquelas funções que exigem melhor qualificação e que são mais bem remuneradas.

Até a promulgação da Constituição de 1988, houve algumas ações governamentais importantes como o tombamento da Serra da Barriga, localizada no município de União dos

¹⁵ Trata-se da Declaração e Programa de Durban, na qual os Estados participantes adotaram uma agenda inovadora e abrangente de combate à discriminação, composta por uma Declaração Política na qual se enunciam uma série de compromissos destinados a erradicar a discriminação racial e intolerância. Para ver o documento completo, acesse: www.inesc.org.br/declaracao_durban.

Palmares, no Estado de Alagoas, onde existiu o Quilombo dos Palmares, símbolo de resistência ao regime escravocrata do período colonial. Mas é na década de 1990 que o debate sobre a questão racial amplia-se dentro dos partidos políticos e sindicatos. Nessa época, ocorre um envolvimento maior do movimento negro com o Estado. Sob essa atmosfera, LIMA (2010) destaca dois eventos foram importantes: a Marcha Zumbi dos Palmares¹⁶ (1995), e a Conferência de Durban (2001). A partir daquele ano, algumas políticas foram aprovadas pelo governo federal, atingindo os Ministérios Agrário, da Justiça e das Relações Exteriores, além da implantação do sistema de cotas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro e Paraná (MOEHLECKE, 2002).

Dentro do conjunto de políticas como a legalização das terras dos remanescentes de quilombos, da participação de negros em propagandas do governo e na mídia em geral, da produção de brinquedos étnicos, do acesso e ascensão no mercado de trabalho, do sistema de cotas nas universidades, dentre outras, o que mais interessa nesta pesquisa diz respeito especificamente ao teor da lei 10.639, de janeiro de 2003, que obriga a inclusão da disciplina de História da África e dos Africanos nos ensinos fundamental e médio, legislação esta que tem implicações no currículo. O componente deve fazer parte do conteúdo programático das disciplinas de Artes, Literatura e História.

Verifica-se que a historiografia africana, nos currículos escolares até por volta de 1990, é mínima, e o continente aparece de forma insignificante, sempre vinculado ao colonialismo e à escravidão. A partir de 1996, com a implantação da LDB¹⁷, iniciam-se as alterações para direcionar o currículo para os estudos sobre o continente africano, ainda que de maneira pontual, através dos temas transversais (OLIVA, 2009). A análise dos PCNs¹⁸ apresenta ênfase na história da África muito mais direcionada a sua contribuição para a formação da sociedade brasileira do que o estudo do continente como parte da história do mundo. Apontam, também, os grupos

¹⁶ No dia 20 de Novembro de 1995, o movimento negro brasileiro, em conjunto com centrais sindicais e diversas organizações do movimento popular, realizou a Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo em Brasília (Distrito Federal), reunindo cerca de 30 mil pessoas. Ver mais: MACHADO, V. L. C.; SANTOS E SANTOS, S. Q. *Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10639) e novos desafios*. Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 95-112, jan/mar. 2008.

¹⁷ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, promulgada em 20 de dezembro de 1996. Regulamenta o sistema educacional público e privado, da educação básica ao ensino superior. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades entre União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios. Para ver a legislação na íntegra, acesse: www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.

¹⁸ Parâmetros Curriculares Nacionais: são diretrizes elaboradas pelo governo federal com o objetivo de orientar professores por meio da normatização de alguns fatores fundamentais em cada disciplina, abrangem tanto a rede pública como privada. Para ver o documento na íntegra acesse: www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf.

civilizatórios a serem estudados. Mas não indica qualquer grupo, e percebe-se dificuldade em abordar as sociedades africanas ligadas diretamente à história do Brasil (OLIVA, 2009).

Com a aprovação da legislação que alterou a LDB para que a temática não fosse mais tratada como tema transversal, sua regulamentação ocorreu através do Parecer CNE/CP 6 de 2002, onde encontra a indicação da formação de identidades:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

Uma vez que o parecer indica a necessidade de reconhecimento e valorização da identidade, temos que analisar com este pequeno trecho duas questões importantes: a primeira diz respeito ao que é identidade. Logo em seguida, o que vem a ser identidade negra? A Psicologia estabelece que todo indivíduo constrói um universo de símbolos, e estes constituem referenciais sobre o mundo e a percepção que o sujeito tem de si mesmo. O que se constrói como realidade está também nas relações entre as pessoas, as quais são mediadas por crenças, valores e hábitos de uma determinada sociedade. O indivíduo é parte integrante tanto do meio social como de si próprio, numa dinâmica de construção e reconstrução permanente, como descreve Ferreira (2001):

(...) a categoria identidade, além de pessoal, deve ser considerada fundamentalmente social e política. É aqui entendida como uma referência em torno da qual o indivíduo se autorreconhece e se constitui, construída a partir de sua relação com o outro em constante transformação. Não é uma referência que configura exclusivamente uma unidade, mas simultaneamente unidade e multiplicidade (p. 84).

Sob esse aspecto, a identidade não pode ser vista como algo estanque, biológico e acabado. Sua construção depende de elementos que se relacionam em diversas situações. A identidade, portanto, é dinâmica e híbrida, não podendo limitar-se a apenas um elemento

(CANEN, 2003). A temática afro-brasileira e africana de maneira obrigatória, como exige a lei, leva à questão sobre identidade negra, que requer a análise de alguns elementos.

A reflexão sobre a representação da identidade negra no Brasil está de acordo com as justificativas que deram origem às ações afirmativas na educação, no sentido de valorizar a identidade negra historicamente desqualificada. Apesar de ser a última nação americana a abolir a escravidão e também a que escravizou o maior número de africanos, no Brasil criou-se o mito da “democracia racial”, que descreve a convivência entre os diferentes grupos étnicos como harmoniosa. Esse foi um discurso adotado oficialmente pelo Estado e, até passar a ser contestada, a ideia foi assimilada e naturalizada como verdadeira, dificultando e encobrindo a discriminação racial (CAMARGO & FERREIRA, 2001; FERNANDES, 2007).

A representação da negritude pelo fenótipo, ou seja, pela cor da pele, tem o problema de reduzir a identidade a aspectos biológicos (físicos). Associada a essa condição há também o aspecto econômico da população afrodescendente. Num país que se colocava como o paraíso da convivência étnico-racial seria inadmissível reconhecer a existência do racismo e, portanto, a negação do preconceito racial tornou-se senso comum inclusive por boa parte da população afrodescendente. Acrescente-se a essa situação o incentivo oficial para a entrada maciça de imigrantes europeus nos primórdios da República (PASSOS, 2012; FELIPE, 2007; SILVA & ARAÚJO, 2005), quando se buscava levar o país aos moldes civilizatórios. Embutido na ideia de progresso e civilização estava o conceito de que a população branca europeia era referência, em contraste com a população negra de ex-escravos.

Assim, os ideais racistas incorporaram a teoria do “branqueamento”¹⁹. A alegação da suposta inferioridade do negro, baseada em critérios científicos como os do médico Nina Rodrigues²⁰, por exemplo, funcionou como mais um argumento a favor da imigração, e como

¹⁹ Dentre os diversos autores que trataram do tema, Moura (1988) esclarece que a força do trabalho escravo, integrado e estruturado num sistema de produção, desarticulou-se com a decomposição do modo de produção escravista. O preconceito de cor é dinamizado no contexto capitalista. Os elementos não-brancos passam a ser estereotipados e, em contrapartida apresenta-se o trabalhador branco como modelo perseverante. Apela-se para uma política migratória sistemática para a importação de um trabalhador superior do ponto de vista racial e cultural e o “branqueamento” como ideologia das elites do poder vai se refletir no comportamento de grande parte do segmento dominado que começa a fugir de suas matrizes étnicas. Ver mais em MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. 1ª parte, cap. III – *Miscigenação e democracia racial: mito e realidade*. São Paulo: Ática, 1988.

²⁰ Raimundo Nina Rodrigues foi considerado um ícone dos estudos sobre o negro no Brasil, primeiro por seus autoproclamados discípulos, a maioria médicos, também responsáveis pela publicação póstuma de muitos de seus trabalhos sobre o tema; depois, pelos antropólogos que se dedicaram a pesquisar as religiões afro-brasileiras. Em 1894, publicou seu primeiro livro, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, onde demonstra sua

incentivo à miscigenação para diluir os traços africanos da população (FELIPE, 2007; CAMARGO & FERREIRA, 2001).

Na década de 1930, o discurso oficial mudou para a valorização do povo brasileiro miscigenado. Na lógica de valorizar o padrão estético mais próximo do europeu, estabeleceu-se um tipo de hierarquia cromática, na qual os indivíduos passaram a buscar cada vez mais características do tipo branco. O mestiço brasileiro passa, então, por dois dilemas: socialmente, é mais aceito, pois é moreno, quase branco. Por outro lado, vive o conflito de não ser branco, nem negro. Do ponto de vista ideológico, uma nação com um grande número de mestiços ratifica o mito da democracia racial (CAMARGO & FERREIRA, 2001).

O racismo está implícito no cotidiano das relações interpessoais, operando numa dinâmica na qual fica encoberto. A discriminação racial tem uma intrincada relação com a condição socioeconômica. Os mestiços que apresentam uma boa situação financeira identificam-se e são reconhecidos como brancos, ao passo que o indivíduo com as mesmas características físicas que tenha uma condição desfavorável será identificado como negro (D'ADESKY, 1996; CAMARGO & FERREIRA, 2001). Diante do processo histórico da escravidão, que transformou indivíduos em objetos de exploração e comércio; da negação da existência da discriminação racial enraizada na sociedade; das condições socioeconômicas desfavoráveis e da falta de políticas destinadas à população afrodescendente no período pós-abolição; da recusa do pertencimento étnico-racial negro, entre outros elementos, torna-se bastante complexo e importante compreender a identidade negra no Brasil, como afirma Ferreira (2001): “a experiência da escravidão no Brasil transformou o africano em escravo; o escravo em negro, e o negro numa pessoa que tende a desaparecer em nome da constituição de um povo cordial e moreno” (p. 80).

Nas críticas sobre o currículo, encontramos algumas teorizações que tratam da questão identitária e da participação da escola no processo. A crítica pós-colonial, mais outras advindas de diversos campos sociais, aponta o currículo como instrumento educacional estruturado em bases ditas “cânones” da cultura ocidental. Na análise sobre relações de poder entre as nações dominantes e dominadas, o foco das teorias chama a atenção para o fato que, para se compreender o mundo, atualmente faz-se necessário retroceder no tempo para nos aprofundarmos na história do colonialismo. Partindo-se dessa premissa no processo de dominação colonial,

preocupação sobre o papel da raça na patologia social da população brasileira. Ver mais em CORRÊA, M. Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”. São Paulo: Revista USP, p.130-139, dez/jan/fev. 2005-2006.

foram utilizadas muitas estratégias. Dentre estas, o sujeito subordinado deveria ser convencido de sua “inferioridade”. Portanto, pela teoria pós-colonialista, a identidade negra foi construída por elementos de subordinação e desqualificação a partir do olhar do colonizador (SILVA, 2013).

O campo denominado “estudos culturais” indica a necessidade de compreender as correlações entre cultura, identidade e poder. Partindo da concepção de que a cultura é um conjunto de símbolos e significados dos grupos sociais que convivem e competem pela aceitação ou prevalência de sua cultura, existe, assim, uma tensão constante. A cultura também é vista como elemento que define a identidade, seja ela individual ou do grupo. Nesse sentido, cultura e identidade estão intimamente relacionadas na dinâmica do poder (SILVA, 2013).

A princípio, o foco do campo dos estudos culturais concentrava-se na Literatura britânica, e a crítica era direcionada a obras acessíveis a apenas uma parcela da sociedade. As bases teóricas partiam das ideias de Raymond Williams²¹, que colocava que a cultura deveria ser entendida como o tipo de vida de um grupo social sem que houvesse distinções qualitativas entre as culturas produzidas pelas diversas sociedades. Os estudos culturais ganharam força e se ampliaram em várias partes do mundo com algumas teorizações claramente marxistas, com outras de tendência pós-estruturalista. Dessa forma, existem no campo uma variedade de perspectivas sociais e tensões nas abordagens adotadas, mostrando como a área é dinâmica e heterogênea, com caráter explicitamente político em relação aos grupos em desvantagem, apontam que alguns aspectos culturais precisam ser investigados, como foram construídos, aceitos e naturalizados.

O currículo é uma construção social como tantos outros elementos da educação. Trata-se de um terreno de disputa de significados e pode ser analisado a partir da perspectiva das relações de poder e da construção das identidades, uma vez que os conteúdos explícitos no currículo na forma de disciplinas revelam o conhecimento e a cultura de alguns grupos sociais e não de outros. A percepção da cultura e suas análises, dentro do campo dos estudos culturais, possibilitaram o reconhecimento e a valorização da chamada “cultura de massas”, sendo possível estabelecer que, não havendo hierarquização de culturas, toda manifestação cultural veicula algum tipo de conhecimento (SILVA, 2013).

²¹ Professor universitário, escritor, intelectual militante foi importante na formação da esquerda britânica; na consolidação e expansão dos estudos culturais. Foi um escritor que transitou entre a cultura literária e dramática, o ensaio teórico, a análise sociológica, a militância e a ficção. As obras *Cultura e sociedade* (1958) e *The long revolution* (1961) estabeleceram-no como um dos mais famosos pensadores da cultura e da sociedade. Ver mais em TAVARES, H. M. *Raymond Williams: Pensador da cultura*. Revista *Ágora*, Vitória, n. 8, p. 1-27, 2008.

As instituições culturais, independentemente de apresentarem um objetivo explícito, ensinam alguma coisa. Numa peça teatral, por exemplo, há um tipo de conhecimento transmitido. Os objetivos não são planejados, como no espaço escolar, mas a importância da chamada Pedagogia Cultural²² está nos recursos disponibilizados, os quais operam com a afetividade do receptor, o público. Ao transmitir uma mensagem ou algum tipo de conhecimento, a eficiência das entidades culturais é muito importante para as teorizações do currículo. A penetração da indústria cultural no cotidiano é também um elemento de formação de identidades e, qual seria a contribuição para a formação de uma identidade negra de forma positiva, no Brasil, com uma imagem como a Fig. 1. A leitura da mesma sugere várias interpretações. Mas no que diz respeito a uma forma positiva de representação do negro, fica evidente a posição de inferioridade veiculada.



Fig. 1. Fonte: Revista Fotografe, p. 18, 1997.

²² Currículo cultural e pedagogia cultural se referem aos conteúdos e às ações pedagógicas da mídia que, ao oferecerem produtos para o entretenimento, estão forjando, de maneira sutil e eficaz, comportamentos, valores e atitudes, regulando condutas e modos de ser; reproduzem identidades e representações. Ver em: SABAT, R. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 04-21, 2001.

1.6 O multiculturalismo no currículo

A diversidade cultural é entendida como a enorme variedade de diferenças culturais entre os indivíduos, considerando suas tradições e concepções de vida no que diz respeito, por exemplo, à religião. Já o termo “multiculturalismo” refere-se a várias culturas, podendo ou não existir numa mesma localidade. É nessa perspectiva de diferentes grupos culturais e sua representação que trabalha o multiculturalismo, bem como suas implicações no currículo. Desde sua origem, esse movimento colocou em evidência grupos sociais que estiveram sempre à margem das concepções culturais dominantes, mas que desenvolveram suas próprias características culturais e não podem ser enquadradas apenas como uma parcela da população fornecedora de mão-de-obra (SILVA, 2013; OLIVEIRA & SOUZA, 2011).

Como movimento, passou a ser uma questão importante em países ricos, nos quais predomina um tipo de cultura. A complexidade das relações de exploração de mão-de-obra, o enriquecimento de algumas nações pelo colonialismo etc., são elementos fundamentais analisados no multiculturalismo, e daí seu caráter político. Com o fenômeno da globalização e seus desdobramentos, que provocaram aumento considerável na exclusão das minorias – as quais são massacradas pela lógica do mercado competitivo –, a proposta multiculturalista desencadeou, além do movimento político, a necessidade de atuação do campo jurídico para a elaboração de políticas públicas, a fim de garantir às minorias o direito à diferença, ao tratamento igualitário, à oportunidade no mundo do trabalho, ao acesso à educação etc., sem que sua herança cultural constitua obstáculo ao desenvolvimento da cidadania (OLIVEIRA & SOUZA, 2011).

O campo jurídico foi convocado a formalizar as diferenças culturais na legislação, procurando viabilizar na forma da lei ações concretas para a sociedade. No final da década de 1970, o movimento multiculturalista foi alavancado pelos afro-americanos e professores de universidades, que buscavam conscientizar a população discriminada a reivindicar seus direitos como cidadãos para o reconhecimento de sua herança cultural. É um movimento que vem no sentido de se contrapor à cultura dominante, denunciando a marginalização de outras formas culturais. Porém, existem divergências nas concepções e propostas. Há uma corrente conservadora que parece mais ligada à questão da identidade nacional, de modo que as especificidades culturais de cada grupo devam se enquadrar numa cultura única e comum a todos.

As diferenças são ditas culturais, mas não humanas. Nesse sentido, a crítica aponta que a colocação da humanidade comum vai camuflar as relações de poder inseridas no contexto cultural. Ainda sob essa ótica, o currículo deve ter princípios de tolerância e respeito às diversas culturas, mas pode-se considerar que, quando se tolera e respeita, corre-se o risco que se perpetue um aspecto de “superioridade”, ao mesmo tempo em que se pode apontar a contribuição de um dado grupo. Diante disso, a ideia subjacente é que exista uma cultura principal, autêntica, e outras que apenas deram suas contribuições (SILVA, 2013; OLIVEIRA & SOUZA, 2011).

Na visão pós-estruturalista, a diferença é, antes de tudo, uma construção social. Ao colocar o outro como “diferente”, este é comparado e classificado junto a outro sujeito, considerado normal ou não diferente. Essas marcas pertencem ao universo do discurso (SILVA, 2013). Na visão materialista com base marxista, a produção da diferença está nas relações mais amplas, ligadas às questões econômicas, e a diferença é um mecanismo de exploração – ou seja, um artifício de dominação. Não muito diferente da proposta de assimilação, o multiculturalismo liberal reconhece as diferenças, mas direciona sua crítica à educação no mundo capitalista (OLIVEIRA & SOUZA, 2011).

Outra corrente, denominada multiculturalismo de resistência – denominação dada por McLaren (1997) – procura estratégias de transformação no campo social, analisando como as diferenças são naturalizadas no contexto sócio-histórico, rejeitando a noção de humanidade única. O autor determina que as identidades são construídas nas relações de poder pelos discursos produzidos e pela cultura (OLIVEIRA & SOUZA, 2011). A proposição de um currículo multiculturalista é criticada por supostamente corromper uma cultura comum. Esse argumento é muito utilizado por conservadores e tradicionalistas. Por outro lado, a questão que se coloca é se essa “cultura comum” é a dos grupos dominantes (SILVA, 2013). Um aspecto duramente criticado é o relativismo, teoricamente presente no multiculturalismo. Nesse ponto, seus defensores fazem a hipótese de que existem alguns valores universais que, portanto, ultrapassam as fronteiras culturais. A defesa ao multiculturalismo é que os referidos valores universais foram moldados no contexto histórico de algumas nações colonizadoras, de exploração econômica e cultural. Portanto, seria pertinente questionar quem afirma esse relativismo.

Consideramos que a ação afirmativa não é um remédio para todos os males originados pela discriminação, no Brasil, na África do Sul ou nos Estados Unidos, onde a raça e a situação

econômica se entrelaçam. As políticas de ação afirmativa podem ser um instrumento importante e efetivo, embora seja fundamental compreender que a mudança social é um movimento de massa feito por indivíduos de forma não linear, e muitas vezes por pequenos avanços ao longo de muito tempo. Na ordem das teorizações críticas mais generalizadas e no contexto histórico brasileiro, o que temos de mais significativo na ação afirmativa é o movimento pelo estudo do continente africano em seus diferentes aspectos. No caso particular do Brasil, torna-se especialmente importante a influência da África Ocidental em nossa cultura cotidiana e a busca pela valorização e reconhecimento da identidade afrodescendente.

1.7 Por que a história da África?

O Brasil é um país reconhecidamente miscigenado. Poderíamos facilmente caracterizá-lo como uma mistura de etnias, o que resultou numa cultura plural, dinâmica e complexa. Diante dessa configuração social, um questionamento sobre o universo educacional parece ser pertinente, a saber, para descobrirmos qual a importância ou necessidade de se implementar, num país pluriétnico, uma legislação específica para o conhecimento da história e o respeito à origem de uma parcela significativa de sua população. A aprovação da Lei 10.639²³, de janeiro de 2003, instiga à reflexão acerca dos aspectos históricos da educação brasileira, relacionados à população negra. Para tanto, é necessário retrocedermos no tempo, através de vários trabalhos (MOURA, 1988; 1989; NASCIMENTO, 2000; CUNHA JR, 1999; MUNANGA, 2003; PARENTE, 2005; ROMÃO, 2005; CUNHA, 2010), que procuraram demonstrar a situação de marginalidade e subcidadania dos negros após a “abolição” da escravatura, bem como os consequentes desdobramentos das políticas e estratégias que levaram os africanos e seus descendentes à imobilidade socioeconômica e à desvantagem educacional.

Segundo Romanelli (2007), os primeiros sistemas de ensino no Brasil foram os empregados pela Companhia de Jesus, a princípio com a finalidade de catequizar os índios. O mesmo tipo de educação era oferecido aos colonos. Nessa sociedade essencialmente agrícola, a educação não tinha valor para a economia. O avanço para os ensinos médio e superior era

²³ De acordo com o DOU de 10/01/2003, altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e História da África e dos Africanos”.

destinado a homens que seriam preparados para o sacerdócio. O estudo, dessa forma, garantia o fornecimento de mais jesuítas para a Ordem.

As mulheres e a parcela negra da população ficavam fora desse sistema. Existiam atividades vinculadas aos escravos, com relação a algum tipo de aprendizagem direcionada à obtenção de lucro. Eram locais onde eram aprendidos determinados ofícios destinados aos futuros escravos de ganho²⁴, os quais exerceriam suas atividades nos centros urbanos, gerando renda aos senhores. Vale ressaltar que toda sorte de estratégias ocorriam em torno dessas práticas, possibilitando aos escravos comprarem sua liberdade. Quanto à estrutura educacional, a autora aponta que:

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar (p. 35).

A ideia de que a educação teria uma missão civilizadora iniciou-se no período colonial. A elite buscava educação para seus filhos através de professores particulares. O índice de analfabetismo da população em geral era elevado, na época. Pesquisas importantes como de Veiga (2007), realizada em Minas Gerais, mostra que a população negra e mestiça carente de civilização frequentava a escola, embora essas funcionassem em condições precárias. Veiga ressalta aspectos importantes sobre essa escolarização, entre eles as péssimas condições de vida daquela parcela de pessoas, por conta do ingresso precoce no mercado de trabalho, a falta de organização e estrutura para manter as crianças no sistema de ensino e a disparidade na condição social entre indivíduos livres e escravos – estes últimos, impedidos legalmente de frequentar a escola.

²⁴ Eram escravos que, no período colonial e no império, realizavam trabalho remunerado, entregando ao senhor uma quota diária do pagamento recebido. Foi relativamente comum esse tipo de escravo conseguir formar um pecúlio, que empregava na compra de sua liberdade. Ver mais em SOARES, L. C. *Os escravos de ganho no rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo, Revista Brasileira de História, v. 8, n. 16, mar/ago, 1988.

Durante o império, alguns dispositivos legais referentes à esfera da educação atingiram especificamente a população negra. Destacamos a Constituição de 1824²⁵, em seu artigo XXXII, que declarava que todos os cidadãos tinham direito à escola pública. Porém, uma parte da população – a parcela indígena e a dos escravos – estava fora da concepção de cidadão, conforme podemos constatar na legislação de 1º de janeiro de 1837 e no decreto nº 15 de 1839, sobre a instrução primária no Rio de Janeiro: “Artigo 3º – São proibidas de frequentar a escola pública: 1º todas as pessoas que padecem de moléstias infecciosas. 2º Os escravos e pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”.

É importante atentar para o fato de que medidas legais proibitivas de acesso à educação para escravos foram, durante muito tempo, dentro da história educacional, uma forma generalizada para a população negra. Porém, trabalhos mais recentes como VEIGA (2007); BARROS (2005); FONSECA (2009) e outros apontam que as pesquisas no campo da história da educação brasileira confundiram a condição social de escravo com a do negro em geral, levando à interpretação de que os negros eram proibidos de frequentar as escolas. Esses estudos revelam que, em várias regiões, especialmente naquelas com grande contingente populacional de negros, como o caso da Bahia e Minas Gerais, a presença de crianças negras nas escolas públicas chegou, em muitos casos, a superar o número de alunos brancos, mesmo com a escravidão ativa. O processo de escolarização dos negros, ainda na época do império, estabeleceu-se de forma complexa e dinâmica. As tensões oriundas de todos os lados desencadearam estratégias e mecanismos tanto por parte da elite dominante – que considerava que a população pobre e mestiça carecia de civilização – quanto por parte dos indivíduos que buscavam na educação um meio de inserção social, sendo também um instrumento de libertação.

Um bom exemplo das estruturas singulares que foram sendo tecidas na tensão e complexidade dessas relações é o do professor negro Pretextato dos Passos e Silva. Segundo SILVA (2002), ele lecionou para crianças negras durante muitos anos, na cidade do Rio de Janeiro. Os pais reclamavam constantemente da discriminação racial nas escolas de primeiras letras. Com esse professor, porém, eles encontraram uma alternativa para a educação dos filhos.

²⁵ Oficialmente denominada Constituição Política do Império do Brasil, foi a primeira a ter vigência mais longa, tendo sido revogada em 1889, com a proclamação da República. Para saber mais sobre legislação e a situação dos negros ver: SILVA, Eduardo. O negro e a conquista da abolição. Revista USP, n. 58, p. 48-57, junho/agosto 2003.

É nessa perspectiva do negro como sujeito ativo na educação que apresento, ao longo do trabalho, os dispositivos legais excludentes e o movimento de luta e superação de tais mecanismos. A esse respeito, Fonseca (2009) alerta:

A pesquisa em história vem demonstrando, de forma contundente, a presença do negro nos diferentes movimentos de constituição do processo educacional e têm destacado a sua presença nas mais variadas funções, ou seja, na condição de alunos, professores e intelectuais que se ligavam de diferentes formas à educação, apontando para uma ligação efetiva entre negros e a educação no processo de constituição da sociedade brasileira (p. 104).

Avançando um pouco mais no tempo, verificamos que aumenta no Brasil o debate sobre escravidão tanto no meio político como no intelectual, no momento em que ocorriam mudanças nos modos de produção na Inglaterra. Em território nacional, a aprovação da lei do Ventre Livre²⁶, mostrou-se como um mecanismo ineficaz para a abolição da escravatura. No artigo 1 do 1º parágrafo, encontramos o seguinte:

Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso o governo receberá o menor, e lhe dará destino em conformidade da presente lei.

De acordo com o texto, no que diz respeito à educação, a lei exigia que o Estado indenizasse o senhor de escravo que entregasse as crianças até oito anos para serem educadas. Caso contrário, estas permaneciam na condição de escravas até vinte e um anos. Ou seja, na prática a legislação não funcionou bem, já que a educação dessas crianças onerava o Estado. Além disso, a preocupação com a instrução era no sentido de garantir mão de obra nos mesmos moldes da escravidão (PASSOS, 2012).

Embora com todas as estratégias legais de impedimento da população escrava à educação, na sua forma escolarizada, existem registros da “escolarização” dos negros escravos desde o final do século XVIII. Silva e Araújo (2005) levantam algumas hipóteses acerca de como os escravos ou ex-escravos conseguiram alfabetização. Entre elas, destacamos a possibilidade de aprendizado

²⁶ De acordo com Passos (2012), a lei aprovada em 28 de setembro de 1871 concedeu liberdade aos filhos de mulher escrava nascidos no Brasil, após a data de promulgação.

através da observação das aulas particulares ministradas aos filhos dos senhores, a contratação de professores para a alfabetização para ensinar-lhes ofícios lucrativos e também para alguns protegidos. Importante também é que a análise dos documentos demonstra um número expressivo de negros nas escolas de primeiras letras. O percentual cai drasticamente nos níveis seguintes, apontando significativa dificuldade desses indivíduos em permanecerem no sistema de ensino.

1.8 Movimento social negro e a luta pela educação

O início da República caracterizou-se por ser um período de transformações. A transição da sociedade agrícola, movida pelo trabalho escravo para uma sociedade urbana em começo de industrialização, desencadeou o aparecimento do proletariado urbano e a demanda por escolas.

Dentro da perspectiva dos ideais republicanos, a elite buscava um modelo de nação, a fim de que o Brasil atingisse um grau de desenvolvimento semelhante ao de alguns países europeus. Para alcançar tal intento, a educação seria o elemento-chave. Porém, embutida na ideologia de progresso estava implícita uma política de embranquecimento da população brasileira, para diluir os traços africanos. A mestiçagem foi incentivada com a entrada massiva de imigrantes europeus, a fim de que o país fosse elevado ao patamar de nação “civilizada”. Segundo Moura (1988):

O auge da campanha pelo branqueamento do Brasil surge exatamente no momento em que o trabalhador escravo (negro) é descartado e substituído pelo assalariado. Aí se coloca o dilema do passado com o futuro, do atraso com o progresso e do negro com o branco como (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista. Desta forma, para se modernizar e desenvolver o Brasil só havia um caminho: colocar no lugar do negro o trabalhador imigrante, e descartar o país dessa carga passiva, exótica, fetichista e perigosa por uma população cristã, europeia e morigerada (p. 79).

O fato é que, da mesma forma como em alguns Estados a escolarização da população negra, enquanto escrava, foi proibida ou dificultada na época do império, o governo republicano instituiria grupos escolares que teriam como objetivo principal a integração dos imigrantes europeus à nação, para melhorar a qualidade da sociedade brasileira. Nos primeiros anos da República, parte da população negra sabia ler e escrever.

Por volta de 1915, surgiu a chamada *imprensa negra*²⁷, direcionada especificamente à parcela da população que passou da condição de escravidão à de marginalidade social. A imprensa negra foi um importante instrumento na luta pela educação, entre outras reivindicações.

Durante todo o período de escravidão, a luta pela liberdade das populações cativas estabeleceu-se com insurreições e formação de quilombos. Após o período escravocrata, a resistência passou à luta pela cidadania, com a formação de irmandades religiosas, associações recreativas e culturais. A organização da imprensa negra remonta ao ano de 1915, com publicações que circulavam em todo o Brasil e especialmente em São Paulo, onde sua atuação durou até 1963. Segundo Moura (1988), alguns pesquisadores como Roger Bastide e Miriam Nicolau dividem essa imprensa em períodos que caracterizam as mudanças ideológicas, como por exemplo, o salto da abordagem de assuntos regionais e eventos sociais à reivindicação política. É necessário esclarecer, no entanto, que entre os anos de 1833 e 1867 surgiu, na cidade do Rio de Janeiro, uma série de jornais denominados *imprensa mulata* pela pesquisadora Jeanne Berrence de Castro (1968). Esses pasquins apresentavam um caráter diferenciado, pois tratavam de homens livres que enfatizavam sua condição mestiça e reivindicavam melhores posições ou cargos públicos. Eles não estavam preocupados com o processo de escravidão ativa na época, muito diferente da temática abordada pela imprensa negra.

Esses jornais não foram preservados, mas é pertinente reconhecer sua importância, e que estes levaram muitos de seus membros a desenvolverem a consciência de identidade a respeito das condições de subcidadania dos negros livres. Alguns dos idealizadores desses jornais tiveram, inclusive, uma trajetória de luta pelas causas acerca das questões raciais.

Para dar outro panorama dessas publicações, Moura (1988) esclarece a importância dos jornais de São Paulo, entre eles *O Menelick*, 1915; *O Alfinete*, 1918 (Fig. 2); *O Kosmos*, 1922; *Senzala*, 1946; *O Novo Horizonte*, 1954 e *O Correio D'Ébano*, 1963. A temática, agora, não é limitada a um grupo específico que reivindicava direitos ou privilégios para alguns. A linha principal era denunciar o preconceito, a discriminação racial e todas as dificuldades enfrentadas pela população negra, além da necessidade e importância de publicar eventos culturais (bailes,

²⁷ A *imprensa negra* abarca um período que vai de 1915, quando surge *O Menelick*, até 1963. Essa extensão de atividades no tempo, bem como o papel social e ideológico que desempenhou na comunidade negra da época, colocou para os pesquisadores a evidência de uma imprensa alternativa para a comunidade oprimida. Ver mais em MOURA, Clovis, *Sociologia do negro brasileiro*, parte 2, cap. III – *A imprensa negra em São Paulo* – São Paulo: Ática, 1988.

aniversários, casamentos, batizados etc.) da comunidade negra, muito provavelmente no sentido de reconhecimento social.



Fig. 2. Fonte: Arquivo Público de São Paulo.

É importante ressaltar que, nesses jornais, havia preocupação constante com a educação. Porém, a responsabilidade de educar bem os filhos deveria ficar a cargo da família, inclusive no tocante às questões morais da época. Por outro lado, a falta de referências ao ensino público demonstra como o sistema educacional não contemplava as necessidades dos negros. Se de um lado as escolas do império não ofereciam nem estrutura nem mecanismos eficientes para a aprendizagem dos pobres, negros e mestiços, no período republicano essa passa a ser privilégio de apenas uma parte da população. Podemos considerar que, nessa época, já se estruturava o movimento social negro, ou seja, a luta dos afrodescendentes organizados de várias maneiras para resolver os problemas relacionados ao preconceito e ao racismo.

No ano de 1931, foi fundada a *Frente negra brasileira*, com atuação até 1937. Esta denunciava a discriminação racial, a segregação nos espaços e a situação no mercado de trabalho. Além dela, outras organizações foram se constituindo, como o *Movimento brasileiro contra o preconceito racial*, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1944, o militante Abdias do Nascimento²⁸ funda O Teatro experimental do negro (TEN), com o propósito de lutar contra a discriminação

²⁸ Jornalista, ativista, ex-senador da República, esse ilustre brasileiro foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz, em 2009, em função de sua defesa pelos direitos civis e humanos dos afrodescendentes no Brasil e na diáspora africana. Ver mais em *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

racial, bem como resgatar e valorizar a cultura africana. Muito mais que as artes cênicas, o TEN elaborou um curso de alfabetização nas reuniões noturnas dos trabalhadores que participavam do elenco, sendo que a essa estrutura foram se juntando outros colaboradores, trazendo propostas como concursos e eventos políticos. A mobilização acabou por desencadear a publicação do jornal *Quilombo*. Em todas as edições, o este apresentava os objetivos pretendidos pela população negra. Verificamos que boa parte dos argumentos tratados naquela publicação são hoje encontrados no texto da legislação 10.639/03, nas Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e no projeto de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

Após o período da ditadura militar, regime de intensa repressão aos movimentos sociais, o movimento negro e sua atuação adquire outro contorno. O debate amplia-se para outras entidades, como por exemplo, os sindicatos, onde a temática racial passa a ser atrelada às questões de classe – devido à formação política de seus militantes – e à expansão do capitalismo (NASCIMENTO, 2000). A luta pela independência de alguns países africanos e a atuação política dos negros estadunidenses foram fatores importantes na militância brasileira. A comparação da realidade do negro brasileiro com a situação do negro em outros países era inevitável, e associações como o MNU²⁹ passam a levantar questões raciais nos diversos espaços e dinâmicas sociais, com reivindicações contundentes e politizadas. Estas apontavam a necessidade de desfazer a imagem do Brasil como um paraíso da democracia racial³⁰ e a adoção de mecanismos legais de combate ao racismo. A imprensa negra reaparece na década de 1980 com algumas publicações como: *Quilombo*, 1980; *Nêgo*, 1981; *Nzinga*, 1984 etc., com artigos que refletiam essas mudanças estruturais na luta dos negros.

Nos primórdios da imprensa negra (1915), o que verificamos nos artigos em relação à educação era a preocupação da população com a alfabetização e com o moldar-se aos costumes da época valorizados pelas elites. Havia forte apelo para que os indivíduos não manifestassem sua

²⁹ Movimento Negro Unificado, fundado em 18 de junho de 1978 por representantes de vários grupos, artistas e atletas se reuniram em resposta à discriminação sofrida por quatro crianças negras do time de voleibol infantil de um clube, e a morte e a tortura de um trabalhador negro acusado de roubar frutas. O lançamento público da entidade foi em 7 de julho do mesmo ano nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Para saber mais: DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro. Niterói, Tempo, vol.12, n. 23, jul. 2007.

³⁰ A ideia de que existiria uma democracia racial no Brasil foi fomentada há muito tempo e também se vinculou a noção de identidade nacional, seria por meio da raça que seríamos definidos como nação, num contexto em que o cruzamento das raças e culturas virou símbolo do Estado. Uma série de símbolos mestiços se tornou nacional, tanto dentro como fora do Brasil. Uma obra fundamental que retrata esse mito é *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre. Para aprofundar o tema, ver FERNANDES, F., *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

herança africana nas atividades culturais. Nesse novo cenário de democratização, o foco dos jornais estava bem direcionado para propostas mais concretas no campo educacional, como a revisão e mudança nos currículos da educação formal, cobrando a presença da cultura africana e a contribuição dos negros na sociedade brasileira, o apelo era pela valorização da identidade negra, dos costumes, da religiosidade e por políticas por parte do Estado.

As ações afirmativas no Brasil foram implementadas de forma mais significativa após 2001, com a III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, na cidade de Durban, África do sul. O país participa e também, assina o documento final da conferência. Esse evento não teve grande repercussão mundial porque, logo após seu encerramento, ocorreram os atentados terroristas de 11 de setembro, nos Estados Unidos. Em 2002, a pressão do movimento negro, os ciclos de debate e as palestras em diferentes espaços resultaram no Plano Nacional de Direitos Humanos, com orientações na esfera federal, para a adoção das políticas afirmativas. Na educação, a grande polêmica que se seguiu foi a adoção de cotas raciais no ensino superior. Outras medidas, como o ensino de História da África não tiveram grande repercussão para a população em geral, cujo debate ficou restrito ao mundo acadêmico e ao movimento negro.

A legislação que obriga o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira por si só demonstra o quanto esta temática foi negligenciada e quase que ausente nos programas, currículos e manuais didáticos da educação brasileira, embora nos encontremos numa sociedade de formação pluriétnica. Segundo Serrano & Waldman (2008):

Podemos igualmente enfatizar a presença da África na realidade social e cultural brasileira alimentada pelo tráfico de escravos, o que acabou por transplantar para o Brasil, por mais de três séculos e meio, diversas manifestações daquele continente. Essas influências, mesmo que severamente reprimidas, continuam vivas, atuantes e com inegável presença no cotidiano nacional. Constituem atualmente parte indissociável de valores e posturas que tornam os brasileiros um grupo distinto, portador de signos identitários que contribuem para torná-lo distinto dos demais povos (p. 14).

Portanto, podemos conferir à História da África e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares além de uma política de ação afirmativa, também uma dimensão no âmbito da

Educação Multicultural³¹, rompendo com a visão homogênea de conteúdos e atores sociais. Esta contribui para romper com o eurocentrismo presente na educação formal e que veicula informações sobre a África de forma preconceituosa, estigmatizada e marginalizada. Muitos africanistas advertem para o fato de que devemos estudar o continente africano não só correlacionando ao estudo dos afrodescendentes, mas conscientes de que essa temática faz parte do conhecimento geral sobre a humanidade, da mesma forma como a história das Américas ou da Europa. Devem ser abordados todos os seus temas recorrentes, em todas as sociedades, como a formação de impérios, guerras, organização política, escravidão, grandes pensadores e logicamente as ciências naturais.

³¹ De acordo com Silva (2013) significa o conjunto de estratégias baseadas em programas curriculares que expressem a diversidade de culturas e estilos de vida, tendo em vista promover a mudança de percepções e atitudes que facilitem a compreensão e o respeito entre indivíduos de origens étnicas diversas.

Capítulo II – África Ocidental pré-colonial

2.1 Estados sudaneses

A região atualmente classificada como Oeste da África até 1960 correspondia à AOF (Federação Africana Ocidental), organização criada em 16 de junho de 1895 com o objetivo de coordenar a ocupação francesa das colônias³² no interior do continente. A princípio, compreendia quatro territórios: Senegal, Sudão Francês (atual Mali), Guiné e Costa do Marfim. Em sua versão final, após a primeira Grande Guerra, foram estabelecidos os oito territórios que deram origem ao Senegal, Mauritânia, Mali, Níger, Burkina Faso, Guiné, Costa do Marfim e Benin, correspondendo à África Ocidental. A referência ao espaço geográfico, denominado como “Estados Sudaneses” (Fig. 3), deve-se ao fato de que, no período colonial, algumas culturas se desenvolveram e originaram impérios e reinos que atravessavam e se expandiram nesses países por diversas rotas comerciais. Os principais impérios foram Gana, Mali e Songai, desenvolvidos próximos às margens dos rios Níger e Senegal.

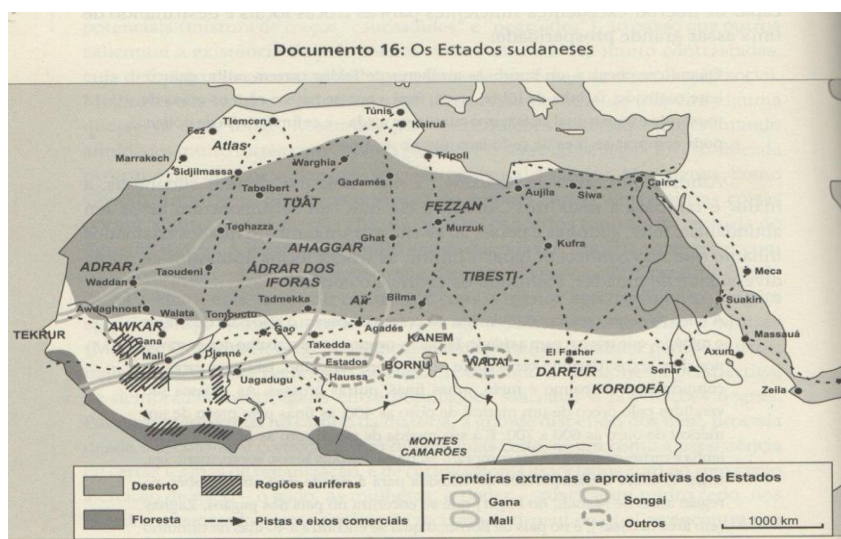


Fig. 3. Fonte: M'BOKOLO, E. *África Negra: História e civilizações*, p. 128, 2008.

³² Trata-se dos territórios ocupados pela França por conta da Conferência de Berlim (1884-1885), que repartiu a África entre as potências europeias. Ver mais em: BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

Quanto ao povoamento da África Negra³³, de acordo com M'Bokolo (2009), os primeiros habitantes eram nômades brancos divididos em grupos que podiam ser rivais entre si. Dados arqueológicos indicam que essas populações brancas não-árabes predominavam inicialmente nessa região, e que a esse conjunto foram se misturando outros grupos do tipo predominantemente negroide, dando origem às populações saarianas. Existem ainda especulações sobre a origem dos mouros, também presentes no Sudão Ocidental e Central, além da presença muito antiga dos tuaregues e da etnia Fula. O contato entre árabes e os povos dessa região data do século VII, com a utilização de rotas e caravanas. Eles penetraram no Sael desde o período pré-histórico, desenvolvendo o comércio de ouro-sal³⁴ a partir do início do século VIII.

Com relação à confiabilidade das fontes, são pertinentes algumas considerações, como no caso da Arqueologia, cuja pesquisa de gravuras e pintura rupestre nos fornece evidências do contato da África mediterrânica através do deserto para o interior do continente. Esses dados permitiram a elaboração da teoria das estradas dos carros³⁵, além de informações valiosas obtidas das obras célebres da História como Heródoto e Ptolomeu, com indícios do conhecimento dos povos. Devemos levar em conta, porém, que muitos textos remetem a relatos de pessoas que nunca estiveram na África, e produziram seus documentos baseados naquilo que ouviram de terceiros. Uma boa parte das fontes que retratam o mundo subsaariano – mais especificamente, a partir do século X – provém de árabes como Ibn Al-Masudi, na obra *Searas de ouro e minas de pedras preciosas* (947), em que descreveu a mineração e o comércio entre o império Monomatapa³⁶ e os árabes. Ou de Al-Bakri, um historiador hispano-mulçumano que, baseado nos relatos de comerciantes e viajantes, escreveu em 1068 a obra *Livro das estradas e dos reinos*,

³³ De acordo com COQUERY-VIDROVITCH (2004) denominação arbitrária usada para designar parte do continente africano, localizada abaixo do deserto do Saara, em oposição à porção setentrional, formada por Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito.

³⁴ De acordo com Lambert (2001), os povos da África subsaariana produziam ouro em grandes quantidades, mas necessitavam de sal. Assim desenvolveu-se o comércio pelo Saara, sendo esses os principais produtos das rotas transaarianas.

³⁵ Pinturas rupestres descobertas nas montanhas de Tassili-n-Ajjer dão testemunho de um Saara verdejante, cheio de vida animal e intensa atividade humana. Foram estudadas por H. Lothe (1953) a partir de 1933, entre outros que procuraram fazer datações e identificar estilos. As pesquisas demonstram a introdução de cavalos e outros animais de transporte no Norte da África.

³⁶ De acordo com LOPES (2004) é a denominação dada pelos portugueses ao soberano de um antigo império da África Oriental, (atual Zimbábue) e, por extensão, ao próprio império. De uma língua dessa região, talvez do idioma Xona, através da locução *muene, mutapa*, significa *senhor das minas* ou *senhor das terras sagradas*.

uma fonte importante sobre o Ocidente africano, com informações sobre o império de Gana, os almorávidas e o comércio transaariano. A sua é uma obra minuciosa na descrição dos costumes, dados geográficos e do clima.

Muhammad Al-Idrisi, cartógrafo da Idade Média conhecido pela precisão de seus mapas e registros detalhados do continente, escreveu livros importantes para os navegantes europeus, a partir do século XV. Foi um cientista do mundo islâmico, no que se refere ao continente africano, com importantes contribuições a respeito do Níger, Timbuktu, Sudão e das nascentes do Rio Nilo, produziu ainda trabalhos nas áreas de zoologia e plantas medicinais. Ibn Battuta, explorador marroquino que realizou grandes viagens pelo mundo mulçumano, conheceu o Norte da África, a África Oriental e fez relatos importantes sobre a África Ocidental ao registrar as formas de governo, a natureza e a sucessão do poder, questões hierárquicas e as lideranças militares. Sua obra é rica pelo fato de ele ter trabalhado em várias regiões – como qadi³⁷ – em função de seu conhecimento em questões legais. Ibn Khaldun, historiador árabe, preocupou-se em analisar as sociedades e sua dinâmica, e teve oportunidade de conhecer cidades que eram o centro do poder político. Escreveu a obra *Muqaddimah* ou *Prolegómenos*, considerada a primeira tentativa de se criar uma ciência da sociedade (BÍSSIO, 2009) e a necessidade de se estabelecer uma metodologia para a história, o que fez de seu trabalho original uma referência para intelectuais europeus do século XIX. Quando ocupou posto político nas regiões que conheceu, ele registrou a vida cultural no Norte da África. Já Ibn Muhammad Al-Wazzan, africano hispano-muçulmano também conhecido como Leão, o africano, durante o tempo que morou escreveu *Descrição da África e das coisas notáveis que aí existem*.

A partir das grandes navegações, os portugueses produziram relatos mais minuciosos das regiões colonizadas. Segundo Russel-Wood (1998), os portugueses chegaram a Timbuktu (atual Tombuctu, localizada na República do Mali), em 1480. Os textos portugueses sobre a África Ocidental serão mais profundamente abordados e analisados nesse trabalho, no capítulo seguinte.

³⁷ É um juiz mulçumano que julga segundo a *charia*, o direito religioso islâmico, de acordo com AZEVEDO, A.C.A. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

2.2 A origem e as dinastias

Com uma superfície de 9.065.000 km², o Deserto do Saara está localizado no Norte do continente africano, formando duas regiões distintas: a África mediterrânica, ao Norte, e a África subsaariana, ao Sul –, fazendo fronteira com quase todos os países do Norte. Três quartos da sua extensão são constituídos por cascalho, e somente um quarto por areias e dunas. O período de seca pode durar anos, e as precipitações ocorrem raramente, estimadas em cerca de 25 cm de precipitação anual.

Por suas características físicas, o deserto representou uma barreira natural de acesso ao interior do continente africano – e também foi palco de estórias fantasiosas sobre os povos que ali habitavam, com representações no imaginário de indivíduos monstruosos e bestializados. Portanto, a África subsaariana ficou isolada e afastada do contato com outros povos por muito tempo.

A utilização do camelo por nômades do deserto possibilitou o melhor deslocamento pela imensidão árida. Os berberes, já acostumados e conhecedores dos caminhos, estabeleceram o domínio da região controlando as caravanas. O transporte com camelos abriu a comunicação com os povos do Sudão³⁸, apesar de existirem várias hipóteses sobre como as diferentes comunidades nas regiões da África Ocidental teriam se originado. Acredita-se que existiam grupos que conheciam e cultivavam a terra e grupos de pastores de gado. É provável que tais grupos tivessem formas distintas de organização e de liderança, de acordo com seus sistemas religiosos.

O intercâmbio comercial, ou seja, as trocas de excedentes agrícolas por sal, leite e animais foi fundamental para a sobrevivência desses povos. Porém, segundo Costa e Silva (2011), os nômades pastores passaram a ter uma atividade econômica muito lucrativa na pilhagem e saque dos vilarejos e caravanas, além de aumentar o número de escravos, garantindo o comércio de

³⁸ Hoje, termo *Sudão* designa, hoje, o país africano localizado no alto Nilo. Entretanto, o termo já teve aplicação mais ampla, sendo derivado do árabe *sudan* (negros). Através da expressão *Bilad es Sudan* (ou “país dos negros”), ele designava a região do continente africano ao sul do Saara, que se estende do Nilo superior, a leste, até o Atlântico. A essa extensão de terra, que os nativos chamavam Takrur, os europeus denominavam simplesmente *Negrícia*. Nesse Sudão, uma parte constituía a *Senegâmbia*. A outra, mais abaixo, era genericamente chamada Guiné. Mais recentemente, a atual República do Mali chamou-se Sudão francês, em oposição ao Sudão Anglo-egípcio que constituía a República Democrática do Sudão, no centro-leste da África (LOPES, 2004).

tâmaras³⁹ com as savanas. O ataque desses nômades desencadeou conflitos, de modo a obrigar que as comunidades estruturassem formas de defesa ou se submetessem ao domínio do invasor. Dessa maneira, o comércio transaariano (Fig. 4) ganhou centros comerciais, com cada grupo tentando ter um controle exclusivo sobre determinado produto – as salinas ou o ouro. Foram criados tributos e taxas nos entrepostos e nos caminhos, a fim de cobrar pela travessia do deserto. Dessa dinâmica nasceram reinos, alguns de estrutura frágil, outros de característica mais coesa, com poderio militar e estratégias expansionistas.

Em relação às mercadorias que circulavam nesse comércio, é necessário apontar a dominação de um reino sobre o outro, onde indivíduos eram transformados em escravos e comercializados nos entrepostos. Não é intento nesta pesquisa que nos aprofundemos na questão estrutura escravagista que se constituiu no período pré-islâmico, mas assinalar o comércio de escravos e seu uso para engrossar as fileiras de soldados e garantir a manutenção do poderio militar.

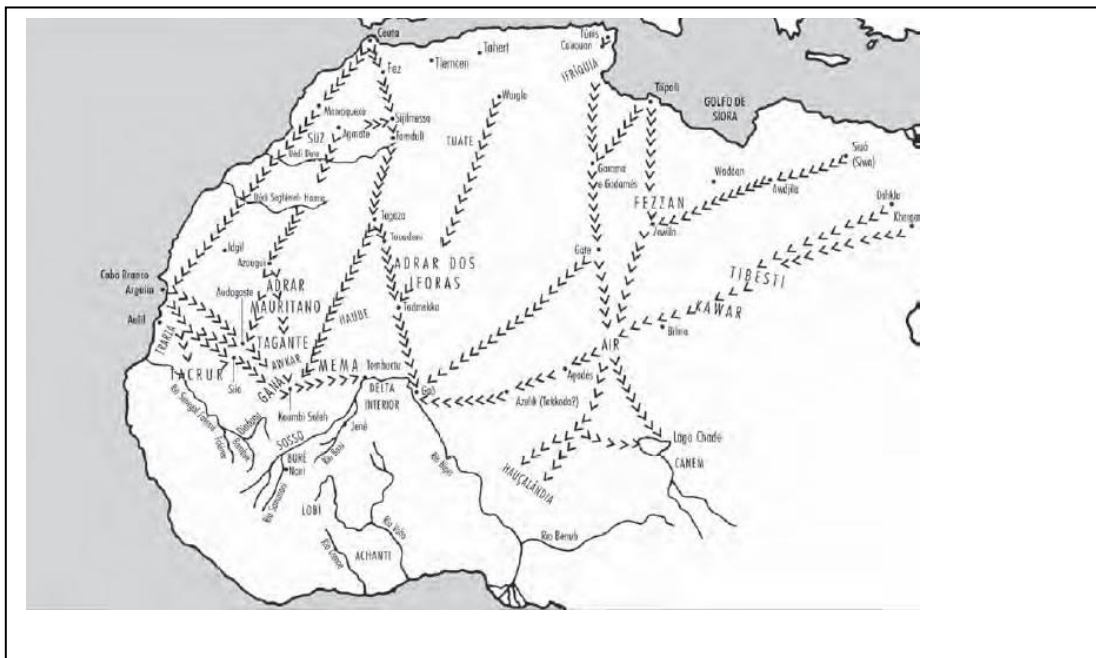


Fig. 4. Fonte: COSTA E SILVA, A. *A enxada e a lança. As rotas transaarianas*, p. 269, 2011.

³⁹ As tribos berberes segundo COSTA E SILVA (2011) disseminaram as tâmaras pelas ilhas do deserto, que viriam a constituir um dos artigos de seu comércio, com a savana. Os ataques aos vilarejos também garantiam a manutenção do número de escravos para o cultivo do fruto, nos oásis.

A circulação de produtos, seres humanos e animais foi intensa no sentido Norte-Sul e vice-versa. O cavalo também era considerado uma mercadoria de valor, visto que os reis demonstravam prestígio e poder de guerra, com suas cavalarias. Para o universo da história das ciências naturais é importante ressaltar que, com as cidades polos comerciais surgiram modos de produção têxtil, o trabalho de metalurgia com o ferro e sua transformação em moedas e lingotes.

2.3 O reino de Gana

Gana originou-se possivelmente entre os séculos III-IV (COSTA E SILVA, 2011; M'BOKOLO, 2008), através da união de vilarejos saracolês⁴⁰. Esses povos estabeleceram-se no Sael e fundaram comunidades onde desenvolviam atividades comerciais com ouro. Era bastante comum o trânsito de mercadores árabes na região, os quais deram conta de espalhar que, no “país dos negros”, o ouro era abundante – fato mencionado de maneira recorrente nas fontes dos viajantes árabes, que se referiam a Gana como *a cidade do ouro*.

Em seus trabalhos, Coquery-Vidrovith (2004) e M'Bokolo (2008) utilizam o termo “reino” para Gana. Entretanto, Costa e Silva (2011) aponta que a classificação mais adequada seria um império em outros moldes diversos – uma estrutura não propriamente de extensão territorial, mas muito mais de domínio de influências, a “submissão” ao rei ou o reconhecimento do seu poder, mantendo-se através de várias formas de organização política, mutáveis a qualquer tempo, com uma dinâmica peculiar que garantia o pagamento de tributos e garantindo o destacamento de soldados e de outros indivíduos da pirâmide social a setores importantes para a manutenção do império.

Nessa complexa rede de comércio que fez florescer cidades prósperas, os berberes eram agentes ativos na disputa de poder e controle, nas regiões. Divididos em grupos distintos, fragmentaram o deserto em rotas, nas quais a passagem dependia do pagamento de taxas, bem como do fornecimento de guias e da segurança das caravanas. A rede de informações sobre as minas de ouro eram estrategicamente confusas, e eles ainda dominavam os depósitos de sal.

⁴⁰ Etnia da África Ocidental, também mencionada como *sininke*, e aparentada com os mandingas. (Idem).

Em relação à região, os relatos dos árabes nos fornecem pistas importantes sobre as técnicas desenvolvidas na manufatura de diversos produtos, como precisa Costa e Silva (2011):

A atividade manufatureira devia ser intensa, embora Al-Bakri só nos dê disso apenas uma indicação: menciona ser comum, nas proximidades da cidade, o órix, de cujo couro se faziam escudos reputadíssimos, tão leves e flexíveis que podiam ser suficientemente grandes para proteger o corcel e o cavaleiro (p. 278).

O historiador mulçumano Al-Bakri descreve a prosperidade de Audagoste, cidade fundada provavelmente no século VII, e que se tornou um grande entreposto comercial. Os azenegues⁴¹ viviam na periferia e mantinham o controle do acesso à cidade, com seu exército poderoso. A cooperação entre grupos rivais fazia-se necessária para garantir o comércio entre Gana e Audagoste. Porém, a associação entre os berberes era frágil e instável - os conflitos aumentaram entre os lantunas, no final do século X, e os saracolês dominaram Audagoste.

Gana era a denominação do rei e também de seus domínios territoriais. Sobre seus costumes e cerimônias, o historiador árabe nos dá riqueza de detalhes:

Quando concede audiências ao povo, a fim de ouvir suas queixas e lhes dar uma solução, senta-se num pavilhão em redor do qual estão alinhados dez cavalos cobertos com tecidos de ouro. Por trás dele colocam-se dez pajens com escudos e espadas de ouro; a sua direita ficam os filhos dos príncipes do império, envergando magníficos trajes, com os cabelos entrançados com fios de ouro à mistura. O governador da cidade senta-se no chão, em frente ao rei, e à sua volta ficam os vizires, na imensa posição. A abertura da sessão real é assinalada pelo som de uma espécie de tambor formado por um pedaço de tronco oco. O povo reúne-se ao som desse instrumento, chamado deba. Os súbditos, para saudar o soberano, põem-se de joelhos e lançam poeira sobre a cabeça. Tenkamenin é senhor dum vasto império, e de um poder formidável (pp. 381-384).

A descrição acima também menciona Tunca Menin, que pode ter sido um caso fora do comum na sucessão do reinado, sendo sobrinho do rei por parte da irmã, ao invés do que seria usual – a sucessão patrilinear.

Existem hipóteses de que Gana seria um império com dois centros de poder, com duas capitais. Escavações arqueológicas ocorridas entre 1913 e 1981, na região denominada Koumbi Saleh, revelaram vestígios e objetos de uma cidade provavelmente populosa, de economia ativa e

⁴¹ Pastores nômades também conhecidos como *zenaga* ou *sanhadja*. Encontravam-se nas terras do sul, correspondentes aos atuais Estados da Mauritânia e do Mali, do rio Senegal até o Níger. Suas principais tribos eram os Lamtuna e os Masufá. (Idem, ibidem).

circulação de pessoas de várias regiões. O rei mantinha regiões distintas para mulçumanos e pagãos, cada uma com estruturas apropriadas para a realização dos cultos, com mesquitas e templos de sacerdotes para as religiões locais. Com essa estratégia ficava garantida a rede comercial de longa distância.

A taxação para a entrada ou saída de mercadorias ocorria sempre em ouro. Por ser um artigo precioso, o sal era comercializado com a mesma equivalência do peso em ouro, cujas pepitas eram exclusivamente do rei. O império de Gana e os aspectos históricos relativos a sua decadência precisam ser mais aprofundados. Porém, é atribuído ao grupo dos almorávidas⁴² a ocupação dos territórios de Gana, impondo a fé islâmica através da violência, gerando diversos conflitos e provocando seu declínio.

2.4 O império do Mali

Às margens do Níger, sorcos, dás e gôs⁴³ deram origem ao conjunto de etnias denominadas Songai, que, desde muito cedo já tinham estabelecido o contato com os berberes, originando estruturas políticas mais consolidadas. Segundo Costa e Silva (2011), de Gao ao lago Chade, desde o século VII ocorria o comércio de produtos de couro, gêneros alimentícios, tecidos, ouro e sal através de antigas rotas. Ao Norte, na fronteira com a Argélia, a região é árida, habitada pelos tuaregues. Na região compreendendo o Deserto do Saara, em sua porção sul, encontramos a maior parte da população favorecida pela fertilidade do Rio Níger e Senegal. Atualmente, o Mali tem os seus limites dentro do território onde existiu o antigo império do Mali, bem como o de seu predecessor, Gana.

Muito semelhante ao desenvolvimento de Gana, o contato entre berberes e os songai deu-se através do comércio. Os interesses econômicos geraram as estruturas política e social. A primeira dinastia do Mali gira em torno de lendas míticas sobre Zá Alaiamã, primeiro chefe a

⁴² Dinastia berbere do Marrocos, condutora do processo de islamização da África Ocidental durante o século XI. A partir de 1402, liderados inicialmente por Ibn Yasin e depois por Abu Bacar, seus membros empreenderam uma bem-sucedida *jihad*, que redundou na tomada de Audaghost, Kumbi Saleh e na conversão dos soberanos dos futuros grandes impérios mulçumanos de Gana, Mali e Songai. O poder dos almorávidas começou a declinar com a morte de Yusuf, em 1106. (Idem).

⁴³ Sorcos, os pescadores; dás ou dôs, os agricultores e gôs, os caçadores próximos às margens do Níger. (Idem, ibidem).

comandar a região, provavelmente entre os séculos VIII e IX, época que florescia Gao, um importante entreposto comercial onde os songai controlavam o transporte pelo rio Níger. Com a prosperidade, eles ocuparam também a margem direita, e assim como em Gana, dois núcleos de poder estabelecidos – com as capitais mulçumana e a pagã claramente distintas.

Às margens do Rio Senegal desenvolveu-se Tacrur, região que correspondia a uma faixa territorial que proporcionava o intercâmbio entre deserto e a savana, ao mesmo tempo em que também ligava o litoral ao interior. Na região dos sererés, formavam o grupo dos agricultores de milho e de pastores nômades que provavelmente deram origem aos Fula, etnia que atualmente tem ampla distribuição geográfica pela África Ocidental. Os agricultores se mesclaram, originando os tucolores, e sua atuação no Tacrur foi decisiva para a difusão do islamismo, pois esses não admitiam as religiões locais. Na medida em que expandiam sua rede comercial, impunham também a fé islâmica. Os povos derrotados ou que não se sujeitavam eram transformados em escravos que, posteriormente, seriam vendidos nas caravanas em direção ao Magrebe. Com o declínio de Gana e esgotamento das minas de Bambuk, a degradação das pastagens e a ascensão do Tacrur, outros estados foram se consolidando, levando ao deslocamento progressivo das rotas comerciais mais para o sul. Dentre os grupos que se fortaleceram, destacam-se os sossos⁴⁴, que expandiram seus domínios por territórios mandingas⁴⁵ e, segundo as lendas do clã de ferreiros (cantes), Sumanguru Cante teria sido o chefe com grande poder militar que conquistou Gana e massacrou a família do rei, provavelmente em 1204.

Por volta do século XII tem início a unificação de vilarejos próximos. Surge então a figura do *Mansa*, uma espécie de chefe com poder político e religioso, reconhecido pelos membros das comunidades coligadas. Para a população, ele seria um representante humano com poderes divinos, ou seja, uma ponte entre os homens e os deuses. Os mandingas formavam clãs que, durante muito tempo, determinaram a sucessão dos mansas. Na linhagem mandinga destacam-se os *queitas*. Segundo a tradição oral, esses exímios caçadores, que seriam soldados

⁴⁴ De acordo com os relatos tradicionais, (COSTA E SILVA, 2011; M'BOKOLO, 2008), esse povo vivia originalmente nas montanhas de Kulikoro, ao norte de Bamako. No século XII eles deixaram de ser vassalos de Gana e, através de suas conquistas, podem ter deslocado o centro econômico do Sael para as savanas.

⁴⁵ Nome étnico que inclui um extenso grupo de povos da África Ocidental, falantes de línguas aparentadas, pertencentes ao grupo linguístico *mande*, como os Bambaras da República do Mali, os mandikas de Gâmbia, e países vizinhos. (Idem).

com poderes mágicos e controle sobre os animais selvagens, formavam sociedades secretas e eram guardiães das aldeias.

Ao norte de Bamako, atual capital do Mali, é corrente nas sagas mandingas a lenda da batalha entre Sumanguru Cante e Sundiata, dois grandes magos. Sundiata seria o único sobrevivente da família real massacrada em Gana. Este último – cujo grande feito foi derrotar os sossos e reunir sob sua autoridade vários clãs – tornou-se forte pela concentração de forças, estabelecendo uma organização política mais coesa, sendo reconhecido pelos outros chefes como “Rei dos reis”. Concedeu privilégios aos aliados e deu origem a um vasto domínio: o Mali. De acordo com Costa e Silva (2011):

Nas mãos do Mali fica todo o antigo império de Gana (exceto o extremo setentrional, controlado pelos berberes) e o país sosso, e as águas do alto Níger, do Gâmbia, do Senegal e dos rios que lhe são tributários, e também a Casamansa, e ainda Bambuk e Buré. Pela primeira vez, um mesmo poder domina os mananciais do ouro, os portos caravaneiros do Sael e os caminhos que levam de uns aos outros (p 326).

Segundo a tradição oral, Sundiata mudou-se para a capital e, neste ponto, encontramos controvérsias em relação à localização dessa capital. Muitas direções próximas ao Níger foram apontadas, mas a capital do reino era aquela onde o mansa se encontrava, e a descrição da cidade visitada pelo viajante árabe Ibn Batuta, no século XIV, não quer dizer necessariamente que fosse o Mali. Ainda sobre o “herói” Sundiata, algumas hipóteses são levantadas, a saber: nas conferências, ele se apresentava como mulçumano. Porém, poderia ser muito mais vinculado à religião do seu povo, evocando através dos ritos tradicionais os poderes da natureza e de seus antepassados.

Os estados sudaneses foram constituídos por uma dinâmica comercial à base de trocas e, nesse espaço, a formação de reinos e impérios seguia relações complexas, de alianças matrimoniais, conquista de territórios e tantas outras formas. Na estrutura política, é interessante notar particularidades na distinção entre reino e império. O primeiro seriam organizações locais com chefes ou governadores, atrelados ao império, prestando serviços e tributos para o soberano, reconhecido pelos diversos reinos. Nessa configuração política também existia um sistema de reféns, no qual os filhos dos chefes locais ficavam nos domínios do imperador sob o pretexto de dar-lhes formação e potencial sucessão ao trono, provocando conflitos e golpes de Estado. Para M’Bokolo (2008):

Deve-se também a estes métodos complexos de organização e de administração dos impérios sudaneses o fato de vários pequenos reinos serem capazes de subsistir até o princípio do período colonial, passando de uma hegemonia imperial a outra e organizando, face aos dominantes, uma mistura de submissão fingida e de autonomia de fato (p. 162).

Existem duas versões para a morte de Sundiata, nas lendas. Ele teria sofrido um acidente com uma flecha ou se afogado no Rio Sancarani. Após sua morte, ele foi sucedido por seu filho Uli (Mansa Uli). Este realizou uma peregrinação a Meca, não se sabe se por estratégia política de modo a consolidar o relacionamento com os mulçumanos ou se por ter abraçado verdadeiramente o islamismo. O fato é que, em seu reinado, ele conquistou Gao e as cidades de Ualata, Tombuctu e Jenné, que passaram a ser domínio do Mali.

Da sucessão de reis que se seguiram, foi *Mansa Musa* (1302-1337) o soberano que alardeou a riqueza de seu império, fazendo com que a notícia chegasse até a Europa. Waldman (2003) nos dá uma ideia de sua ostentação:

(...) especialmente Mussa I, sucessor de Sundjata, difundiu essa imagem pelo mundo árabe. Em sua peregrinação a Meca, ele fez-se acompanhar de nada menos que 60.000 carregadores e de 500 servidores, todos com vestimentas recamadas de ouro, segurando cada um deles uma bengala também de ouro. No trajeto, o rei distribuiu tanto ouro que o preço do metal declinou em todo o mundo conhecido durante mais de dez anos (pp.186).

Como consequência de sua viagem, algumas medidas foram adotadas como, por exemplo, a compra de cavalos que deram rapidez e maior eficiência ao exército do Mali. Segundo Al-Umari, ele possuía um enorme contingente de arqueiros e outros tipos de soldados. Mussa I empenhou-se em difundir a cultura islâmica e estabeleceu contato político com o Egito, desencadeando o comércio de escravos no eixo Cairo-Sudão⁴⁶ Ocidental. Procurou, dentro de suas ambições, transformar as pequenas comunidades em metrópoles, e para isso convidou pessoas letradas de diversas áreas para viver no Mali, onde fez construir mesquitas e prédios públicos.

⁴⁶ Após a viagem de Mansa Musa, desenvolveu-se no Mali o gosto por mamelucos, moças e castrados turcos e etíopes, estabelecendo um comércio de escravos nessas duas direções. (Idem).

A cidade de Tombuctu, localizada a aproximadamente 7 km do Rio Níger, teve seu desenvolvimento alavancado pelo Mansa Musa no século XIII – passou a fazer parte das rotas do sal e do ouro, tornou-se tributária do Mali e um verdadeiro centro de aprendizagem do islamismo. Sob o governo do Mansa, foram erguidas mesquitas e madrasas⁴⁷, sem contar a vantagem da localização, favorecida pela proximidade do deserto e também do rio. Como o camelo não se adaptava às savanas no entreposto, o sal era descarregado do dorso dos animais e seguia para o interior das savanas através dos escravos ou ao longo dos rios. As canoas voltavam com outras mercadorias como o ouro e o *obi*⁴⁸.

Das linhagens soninquê e mandinga predominavam os comerciantes que, ao longo dos caminhos das savanas e florestas, estabeleceram pequenos empórios para armazenar os produtos. Esses locais serviam também de pousada para os viajantes, onde também foi construída uma espécie de mesquita rudimentar para o culto da fé islâmica, embora sem grandes avanços. A presença dos mercadores mulçumanos era tolerada, mas não implicava necessariamente na conversão das comunidades, que permaneciam fiéis a sua religião tradicional. Como em Gana, a organização política não tinha uma estrutura rígida. O reconhecimento da autoridade do Mansa era mantido através do pagamento de tributos. Por sua vez, o soberano mantinha a corte de governadores *oyu* e chefes vassalos com presentes e honrarias. A tolerância das religiões locais, intimamente ligadas às estruturas política e administrativa de cada vilarejo, pode ser encarada como estratégia para garantir, por exemplo, a produção do ouro ou da noz de cola. Caso o rei tentasse impor a islamização, correria o risco de reduzir ou até mesmo acabar com o fornecimento das mercadorias tão valiosas, que sustentavam do comércio.

Após a morte de Musa, seu irmão Sulaimã assume o poder do império do Mali, ora em crise⁴⁹. Pouco tempo depois, porém, ele conseguiu estabelecer a ordem e ampliar os domínios territoriais para o Leste, Norte e Sul (Fig. 5). No entanto, em algumas regiões mais ao sul, a

⁴⁷ De acordo com Azevedo (1999) a palavra geralmente se refere a um tipo específico de escola religiosa ou faculdade para o estudo da religião islâmica e do direito. As primeiras dessas escolas foram criadas em Bagdá e diversas cidades importantes do Irã.

⁴⁸ Segundo COSTA E SILVA (2011) essa planta da família das *esterculiáceas*, produtora do fruto do mesmo nome, também conhecida como noz de cola que, quando mastigada, refresca a boca, além de ser um efetivo estimulante. O gosto pela noz se difundiu rapidamente entre as populações da savana e do Sael, e se estendeu à África do Norte.

⁴⁹ Mansa Musa faleceu em 1337 e seu filho Magã foi seu sucessor, o que provocou uma crise que enfraqueceu o império. Seu reinado foi de apenas quatro anos, e sua morte pode ter sido tramada pelo tio Sulaimã, que acabou assumindo o poder. (Idem).

expansão era difícil, os dogons⁵⁰ eram arredios, avessos ao islamismo e habitavam as escarpas, onde o acesso era difícil. Na direção sudeste, os mossis⁵¹ formavam um exército de temidos arqueiros. Em outras regiões, o avanço das tropas do Mansa era praticamente inviável por causa da doença do sono⁵².

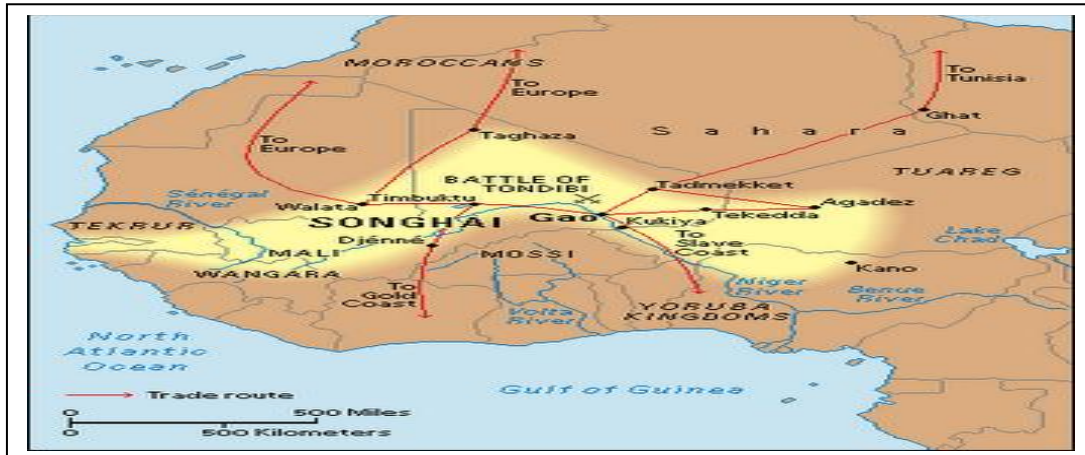


Fig.5. Fonte: www.zonu.com. El Império Songhai 1493-1528.

O *Mansa Sulaimã* deu continuidade ao processo de difusão do islã e de transformação das cidades. Prosseguiu com a construção de mesquitas para atrair sábios, a fim de promover o desenvolvimento da região. Quanto a seus hábitos, manteve as cerimônias pomposas e os rituais, acompanhado de sua corte ricamente ornamentada com ouro, como ocorria em Gana. Nessas ocasiões, deliberava as questões relativas à justiça, fazendo-se acompanhar do qadi para julgar os mulçumanos. As questões dos pagãos eram julgadas de acordo com as leis de cada região. Para que a justiça fosse rigorosamente cumprida, segundo os fundamentos das religiões que ali coexistiam, a segurança era efetiva no Mali – aspecto constatado e relatado por Ibn Batuta, durante sua estadia no império.

⁵⁰ De acordo com LOPES (2004) Etnia que habita o Mali e o Burkina Faso. Vive numa região remota no interior da África Ocidental, em aldeias nas escarpas de Bandiagara, a leste do rio Níger.

⁵¹ Etnia da África Ocidental, principalmente de Burkina Faso e arredores. Falam a língua More, do ramo Gur, da família Níger-Congo. Apresentam um complexo sistema de alianças matrimoniais. (Idem).

⁵² Doença fatal provocada pelo protozoário do gênero tripanossoma, cujo vetor é a mosca tsé-tsé. A transmissão ocorre por humanos, mas os animais constituem reservatórios da doença, como por exemplo, os cavalos. Por isso, as tropas do Mali se restringiam aos territórios livres da mosca. (COSTA E SILVA, 2011).

Em torno do mansa havia uma complexa pirâmide social composta por nobres, nações, parentes diretos, escravos etc. Estes últimos desempenhavam um papel bastante interessante nessa estrutura. A guarda pessoal do rei era formada por escravos. Muitos exerciam cargos políticos, gozavam da confiança do soberano, poderia ainda “tutelar” e exercer grande influência sobre rei, a ponto de articular e comandar ações do governo. A sucessão ao poder podia acontecer por dois caminhos: tanto o filho como o irmão do Mansa tinham a possibilidade de herdar o poder, além dos reféns mantidos no reino. Nessa estrutura social de regras não aceitas pela totalidade dos possíveis candidatos a rei, surgiram conspirações e conflitos que se estenderam para as regiões subordinadas ao Mali. Em vários reinos ligados ao império houve conflitos que acabaram provocando sua independência e desligamento do império, caso de Gao, Tacrur e Jenné, entre outros. Durante o século XV ocorreu o declínio do império de forma lenta. Ele foi reduzido a algumas regiões, ao norte, e mais extenso ao sudoeste. Nas proximidades do Níger, o Mansa conseguiu conservar alguns vassalos até o final do século XVI.

2.5 A origem dos mossis e o império Songai

A origem dos mossis se confunde com as lendas tradicionais. A controvérsia em torno da procedência gira em torno da região de Hauçá, ou Lago Chade. Quanto ao estabelecimento desse povo, pode ter sido ao sul ou ao norte do Níger – não se sabe, ao certo. As narrativas, porém, revelam o deslocamento de guerreiros a cavalo que atacavam as comunidades e impunham sua presença, estabelecendo domínio sobre o território e os povos.

A tradição aponta que Uidraogo foi o primeiro rei dos mossis, e que seus filhos Raua e Zungara fizeram trajetórias bem distintas. Mas é creditado a seu neto, Úbri, a fundação de um grande reino, Uagadugu. Os naconses são os descendentes dos mossis, e a eles são atribuídas as habilidades políticas – quando ocupavam um território, este necessariamente teria que ser administrado por um naconse. A relação entre conquistadores e conquistados sofreu diversas acomodações, ao longo do tempo. Através de casamentos estabeleceram-se alianças e a estrutura das dinastias firmaram-se com relações simbólicas na organização política. De acordo com Costa

e Silva (2011), os Estados Mamprusi⁵³, Dagomba e Mossi apresentavam estrutura social bastante semelhante, numa hierarquia em que cada camada era vinculada ao rei. Entre a nobreza – que, na escala social, estava logo abaixo do rei – ocorriam as disputas para a sucessão ao trono, com algumas variações de estado para estado.

Os reinos mossis dominaram a história da região (atual Burkina Faso). A maior parte da população trabalhava e vivia de uma agricultura pobre, devido às condições geológica e climática. A produção de gêneros alimentícios garantia o sustento dos nobres, a criação de animais, a manufatura do couro, a tecelagem e a propagação de ferreiros, compondo a economia. Uma das características desses reinos é que sua acumulação de riquezas não se dava pelo comércio das rotas do ouro e noz de cola, mas através das guerras, do pagamento de tributos e com a aquisição de escravos e vassalos. O poder militar era fundamentado nas estratégias do exército, cujas operações eficazes contavam com arqueiros, infantaria e cavalaria, atacando por etapas, com habilidade e ferocidade. Os mossis não conquistavam territórios. Pelo contrário. A invasão era apenas o tempo suficiente para saquear e incendiar a cidade, após o que retornavam logo a suas terras de origem. Ao que parece, estes seriam os mesmos exércitos que investiram contra Gao e Mali mencionados por Mansa Musa, quando esteve no Cairo. Eles também aparecem nas crônicas Tarik al-Fattash⁵⁴ e Tarik as-Sudan⁵⁵, que relatam o ataque ao médio Níger durante pelo menos três séculos, por guerreiros chamados mossis.

No reinado de Mansa Musa II, o Mali enfrentava conflitos internos e a pressão dos grupos berberes. À medida que o império declinava, os songai organizavam seu poderio militar. Sob o comando de Soni Muhamed Dao, eles atacaram territórios do Mali subjugando várias tribos. Começando a expansão songai, seu filho, Soni Ali governou por 28 anos e manteve-se em constante disputa pelos territórios no arco Níger, cujo alvo principal era Tombuctu.

⁵³ De acordo com LOPES (2004) é o grupo étnico que habita a área entre os rios Branco e Volta Nasia no norte de Gana. Falam diferentes línguas do ramo gur da família de línguas Níger-Congo, alguns mamprusi também vivem no norte do Togo.

⁵⁴ Segundo Ki-Zerbo (1999) esta crônica é uma obra de três gerações da família Kati de Djenné, cobre a história de Songai e dos países vizinhos até a conquista marroquina em 1591.

⁵⁵ Segundo KERN (2010) é obra mais extensa e rica em detalhes escrita pelo historiador de Tombuctu El-Saadi, e que cobre em parte o mesmo período de Tarik Al-Fattash continuando, porém, até 1655.

2.6 As cidades de Jenné e Tombuctu

A cidade de Tombuctu prosperou sob o governo do Mali. Além de ser, grande entreposto comercial, ela tornou-se uma metrópole de conhecimento islâmico onde os letrados mulçumanos difundiam o islamismo através das madrassas e aumentavam o rebanho de discípulos. Durante um curto período ela foi governada por tuaregues, através do representante Muhamed an-Nada, que atraiu para a região, árabes da Líbia e do Magrebe, na sua administração, formando uma aristocracia branca em torno de Sankore⁵⁶.

Ao assumir o governo, filho de an-Nada, Umar desafiou Soni Ali, julgando-se poderoso, imbatível diante do exército songai. Mas ao saber da provocação, o chefe dos tuaregues, Aquilu ag Mulual, invadiu a cidade que eles próprios controlavam e tributavam, saqueando e destruindo tudo o que pode. Umar acabou por submeter-se ao domínio songai, oferecendo aliança para se livrar do ataque constante dos tuaregues. Assim, em 1469 Soni Ali invadiu Tombuctu, com muita violência e sem piedade. Seu alvo principal foram os letrados da mesquita e, logo depois, Jenné, que também era um centro de saber islâmico e entreposto comercial entre a savana e a floresta, mas com uma aristocracia negra. A cidade era estrategicamente protegida por barreiras naturais como rios e canais que dificultaram a invasão. Durante meses a tropa songai sitiou a região, que só sucumbiu diante da fome. Ali tratou bem os conquistados e não promoveu nenhum tipo de perseguição aos mulçumanos, pois ele tinha outros planos em mente: a conquista de Ualata.

O comportamento desse mansa na conquista das duas cidades pode ser explicado, em parte, pelo fenômeno do islamismo na África subsaariana. Como a grande maioria dos reis que governaram os estados sudaneses, Soni Ali se apresentava como mulçumano para as elites urbanas ligadas ao comércio, enquanto que para as pessoas das regiões rurais ele adotava as crenças tradicionais, exercendo seu poder legitimado pela religião pagã. Para os sábios de Tombuctu, que disseminavam o conhecimento, a leitura e a escrita, não era possível permanecerem submissos a um rei dividido entre o islamismo e a adoração de deuses pagãos. A trajetória desse rei demonstrou bem como ele dispensou tratamento diferenciado aos mulçumanos de Sankore, ligados aos tuaregues – fundamentalistas que alardeavam um governo pautado nas

⁵⁶ Durante o século XV foram criadas várias instituições islâmicas. A mais famosa delas é a mesquita de Sankoré, conhecida atualmente por Universidade de Sankore. Ver mais em COSTA E SILVA, A. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

leis islâmicas – daqueles que toleravam e conviviam com as religiões tradicionais. Por outro lado, convém atentar que todos aqueles que pudessem dificultar ou impedir a expansão songai seriam seus inimigos naturais, como aponta Costa e Silva (2011):

Os fulas, como os mossis e os dogons, eram empecilhos à unificação do império songai, pois separavam o seu núcleo de ricos territórios que haviam sido do Mali. Isso explica a constância com que Soni Ali lhes deu guerra. Até sua morte (p. 549)

Após a morte de Soni Ali, seu filho Abu Bacre Dao assume o poder, provocando o descontentamento de militares – entre eles Mamari ou Asquia Muhamed, que derrotou Abu depois de duas batalhas, em 1493. Uma vez estabelecido no poder, cumpriu as formalidades religiosas fazendo peregrinação a Meca. Retornando dois anos depois, ele promoveu leis mulçumanas, ampliando a quantidade de madrassas, impulsionando novamente o comércio e colocando o Tombuctu no caminho da prosperidade. Assim como em Gana, a aplicação do islã prevaleceu nas elites locais ligadas ao comércio. A difusão nas áreas periféricas não ganhou adesão. A população continuou praticando o culto aos ancestrais e aos deuses da natureza. O importante das estratégias difusionistas do Islã foi a possibilidade do desenvolvimento cultural e intelectual – com estudos como a Gramática e a Astronomia.

A diferença na organização do império Songai estava no fato de esta apresentar um núcleo central administrado por parentes diretos do rei, e também por ter um vice-rei que seria a segunda pessoa do império. Foi sob o reinado do Asquia Muhamed que, os exércitos foram mais eficientes. Os escravos podiam ascender socialmente na estrutura do império, dependendo de sua atuação e bravura nas batalhas. As investidas contra outros reinos e impérios promoveram alianças, suserania e tributação. No auge de sua administração, o Songai atingiu um enorme território, muito maior que o Mali e Gana. Seu declínio começou em 1528, com conflitos e perda de controle da Hauçalândia, e findou de vez em 1591, com a invasão marroquina de Tombuctu e arredores.

2.7 A expansão marítima portuguesa

Em várias partes do mundo é possível encontrarmos símbolos ou vestígios da saga portuguesa, ou seja, de sua expansão pelo mundo através das grandes navegações, documentadas a partir de 1419. Tal expansão conheceu, a princípio, terras próximas como Porto Santo e Açores, para logo depois alastrar seus domínios por quase todo o planeta. Por mais de um século, o império português construiu uma teia complexa de contatos e intercâmbio com diferentes povos, movido principalmente por interesses econômicos, mas possibilitando o fluxo dinâmico de pessoas e ideias pelo mundo.

À medida que avançavam por novos territórios, os portugueses acumulavam um acervo das mais variadas informações sobre praticamente todos os aspectos das regiões colonizadas. Conseguiram estruturar uma rede de dados obtidos com cartas, relatos de viajantes produzidos de maneira oficial ou espontânea, com estratégias para obter informações junto aos indígenas – mesmo porque o acesso a determinadas regiões só era possível graças à articulação e negociação com os locais, que acabavam servindo de intermediários⁵⁷ à Coroa. O conhecimento gradativo de cada território ocupado garantia o estabelecimento de mecanismos de manutenção e ampliação de poder.

Para compreender os motivos da expansão marítima portuguesa é necessário relacionar vários elementos, nem sempre consensuais entre os historiadores. Parece pertinente apontar alguns aspectos sobre a vida portuguesa e os consequentes desdobramentos que iniciaram a expansão marítima. Através da documentação existente é possível afirmar que, no século XIII, os portugueses já mantinham um pequeno vínculo comercial com o Norte da Europa e Mediterrâneo. Os levantinos vez ou outra aportavam em cidades portuguesas e negociavam com os locais, o que acabou por estimular os nativos na prática comercial. Acredita-se que, nessa época, tinha um pequeno comércio português não estruturado numa frota, mas que acontecia de forma amadora em várias embarcações estrangeiras, alimentando as trocas em algumas localidades, sendo que os primeiros produtos exportados de forma bastante precária era o vinho, o sal e um pouco depois o azeite (ALBUQUERQUE, 1989).

⁵⁷ De acordo com RUSSEL-WOOD (1998) foram indígenas utilizados como intermediários políticos e comerciais.

Portugal importava alguns gêneros de que tinha necessidade, principalmente os cereais panificáveis como o trigo, centeio e o milho miúdo, sendo que houve anos de escassez e a necessidade de interferência do rei no mercado:

(...) que estes não eram muito abundantes suspeita-se por uma lei de 1253, em que o rei, tendo em atenção os preços exagerados com que eles chegavam aos mercados, decide, depois de ouvido o parecer dos homens ricos, de prelados e o dos homens-bons do conselho do seu reino, tabelar discriminadamente todos os gêneros postos à venda (ALBUQUERQUE, 1989, p. 17).

Nesse tipo de interferência verifica-se que havia um problema nos dois sentidos, ou seja, os portugueses necessitavam adquirir os produtos e a baixa produção nacional não garantia a troca equivalente. A partir do momento em que o comércio foi encorajado, com o estabelecimento de dias fixos para acontecer, teve início o impulso na vida econômica do país, provocando por consequência o aumento das relações comerciais externas no final do século XIII, com o norte da França e da Inglaterra.

Durante um bom tempo, os reis de Portugal concediam regalias aos comerciantes estrangeiros que se fixassem em terras nacionais, de modo a incrementar o comércio especialmente entre os mercadores mediterrânicos, que ofereciam à Coroa lucros provenientes de direitos alfandegários. Posteriormente, essa política teve que ser reformulada em favor dos nativos que sentiram prejudicados com o avanço dos estrangeiros. As cartas de privilégios, os salvos-condutos e as regalias concedidas individualmente passaram a ser negociadas entre os governantes sem um conjunto de regras estabelecidas. O objetivo era atingir os estrangeiros e seu comércio, e os acordos eram feitos de forma amadora e esporádica, conforme as necessidades surgiam (Pernoud, 1948).

Até 1386 foi obrigatório que os estrangeiros vendessem e comprassem produtos equivalentes. Tal obrigatoriedade provocava o desinteresse de muitos mercadores pela preferência em receber o pagamento dos produtos em ouro ou prata, e daí o fato de muitos evitarem a cidade de Lisboa, nessa época. Ainda nessa dinâmica comercial, surgiram questões ligadas à taxaço das mercadorias, ao carregamento e descarga dos navios, conflitos e reclamações sobre o pagamento de impostos pelos nativos e por estrangeiros. É necessário colocar que o desenvolvimento do comércio provocou o aumento significativo do número de embarcações nos portos lusitanos, tendo como consequência problemas como a pilhagem e o

vandalismo nas embarcações. À medida que o comércio se expandia (1358), a política do rei foi no sentido de proteger os mercadores nacionais e restringir a atuação dos estrangeiros. Por exemplo, os estrangeiros estavam proibidos de comercializar produtos nativos. Esse fato comprova o fortalecimento da burguesia portuguesa e, para fomentar mais ainda o comércio, foram criadas condições especiais de taxaço e isenço para a construção de embarcações, também uma espécie de seguro para repor os navios perdidos ou prejuízos.

É importante atentar que do comércio em desenvolvimento originou-se uma burguesia forte e próspera no início do século XV. Era tão forte o seu poder capital que crescia o interesse de investimentos em outras regiões, e a força monetária dessa burguesia possibilitou o aumento considerável da frota portuguesa, das quais muitas embarcações foram mobilizadas para a conquista de Ceuta. Para Albuquerque (1989) foi baseado nos interesses da burguesia que teve início a expansão marítima portuguesa, na ampliação dos investimentos e procura de novos mercados cada vez mais lucrativos.

2.8 Conhecimentos cartográficos e náuticos

No final do reinado de D. Dinis caso não existisse de fato uma “marinha de guerra” esse rei tratou de impulsionar seu desenvolvimento e estabeleceu um convenio com genoveses – mais habilitados e experientes nas práticas navais – prática que já acontecia em outros portos. Suspeita-se de que a “frota” portuguesa não dispunha de embarcações tão avançadas ou conhecimentos técnicos elaborados e, por isso, a aliança com o genovês Manuel Pessanha (Albuquerque, 1989) e mais 20 homens, num contrato firmado em 1317, foi uma estratégia para que os portugueses pudessem aprender as técnicas e consolidar a defesa da orla marítima. É possível, porém, que o rei estivesse interessado no desenvolvimento da marinha, com alguma conexão com o comércio. É coerente supor que, pelos benefícios concedidos a Pessanha, como o posto de almirante durante anos e o fornecimento de terras e suas benfeitorias, seus serviços junto à Coroa foram cumpridos a contento.

As embarcações foram sendo gradativamente aperfeiçoadas, bem como os métodos de navegação, de modo que os instrumentos rudimentares e a própria experiência provocou a evolução das técnicas. Os documentos eram elaborados por marinheiros que, em geral, utilizavam cartas náuticas bastante precisas em suas indicações de acidentes geográficos. Eles se baseavam na agulha magnética e em estimativas para calcular distâncias.

Mesmo numa tentativa meticulosa de reunir todo tipo de fontes da época medieval referente a dados cartográficos, permanecerão algumas lacunas, visto não podermos ter em conta o quanto de conhecimento cartográfico influenciou ou contribuiu de alguma forma para impulsionar os descobrimentos. É plausível afirmar que, junto aos erros geográficos, os equívocos cartográficos e o desconhecimento de muitas regiões, com dados estritamente geográficos, surgiram muitas lendas a respeito de seres monstruosos, homens sem língua, raças anômalas etc. Um exemplo recorrente são as histórias da zona equatorial da Terra que, devido às altíssimas temperaturas, era inóspita a vida de seres normais. Foi somente através da experiência adquirida com as viagens de descobrimentos que esses mitos foram gradativamente derrubados.

Fazendo um breve panorama sobre os documentos cartográficos, podemos relacionar que os primeiros eram esquemas e diagramas vinculados à representação bíblica do mundo, que depois avançam para mapas e planisférios com algumas representações bem próximas da realidade, mas ainda com erros importantes. Por último, as cartas náuticas, de regiões sabidamente habitadas, manuseadas com outros documentos como mapas legendados produzidos por cartógrafos. A produção de documentos mais precisos de diversas regiões do mundo favoreceu para desmentir lendas, muitas das quais provenientes da Antiguidade. Por outro lado, outras estórias fantasiosas foram criadas pelos descobrimentos, pois, à medida que o interior dos continentes permanecia desconhecido para os pioneiros, os seres mitológicos passaram sistematicamente habitar essas regiões.

2.9 Algumas questões da cristandade

Na estrutura social de Portugal, o clero constituía uma classe com privilégios, ficavam livres de tributação e podiam dominar as terras com seus vassallos. A nobreza era formada por cavaleiros e fidalgos. Alguns eram de sangue real, mas boa parte ganhava títulos por serviços prestados à Coroa, ou viviam como nobres, com seus próprios recursos. Uma pequena massa de profissionais, como médicos e funcionários municipais, estavam na hierarquia abaixo dos nobres. A massa camponesa constituía a base da pirâmide, com trabalhadores rurais que, quase na totalidade, cultivavam terras arrendadas e pagavam impostos e o dízimo para a igreja.

No que se refere à cristandade, algumas considerações são necessárias a respeito da expansão portuguesa. A intolerância religiosa estava, de maneira geral, direcionada a todos os não cristãos. Dessa forma, os mulçumanos eram um alvo especial, muito provavelmente por conta do domínio comercial. Em torno do objetivo de levar a fé cristã às mais distantes regiões da Terra, a igreja posiciona-se com documentos oficiais. O poder utilizado pela Coroa para submeter os povos e controlar o monopólio comercial é reconhecido pelo Papa, mesmo porque a conquista dos territórios disseminaria os interesses de Deus. A perseguição aos infiéis poderia ser flexível diante da possibilidade de realizar negócios desde que não oferecessem perigo ao poder da Coroa:

No século imediato, mas em ano já posterior ao início das viagens para sul do cabo Bojador, encontramos outros despachos de significado concorrente com o da carta de 1383. Está neste caso, por exemplo, uma licença assinada em 1438 por D. Duarte, em que este rei permite, por um período de dois anos, certas actividades comerciais dos burgueses de Lisboa com os Sarracenos; a concessão de D. Duarte apoiava-se numa bula do Papa Eugénio IV (1437), que autorizava, com certas restrições, os cristãos portugueses a negociar, transacionar e estabelecer contratos com os Mouros. (ALBUQUERQUE, 1989, p. 77).

Por outro lado, o clero autorizava os colonizadores a construir mosteiros, igrejas etc., para administrar as regiões, mas não necessariamente doutrinar na fé cristã os nativos (Boxer, 2002).

As bulas papais concediam poderes a D. Henrique como Cavaleiro da Ordem de Cristo. Portanto. Nessa condição, tinha livre arbítrio para fazer nomeações, impor penas religiosas e exercer poderes de bispo mesmo nas regiões que viessem a ser conquistadas. Como foi observado

em Boxer (p. 39): “O efeito cumulativo das bulas papais foi o de dar aos portugueses – e, no devido tempo, aos outros europeus que os acompanharam – sanção religiosa a uma atitude igualmente dominadora com relação a todas as raças que estivessem fora do seio da cristandade”.

Como a fé católica foi um dos fatores que impulsionaram a dominação dos territórios pelos descobrimentos, surgiram na Europa medieval algumas lendas associadas à religiosidade e ao expansionismo. A mais duradoura foi a do Preste João (“Preste” é uma corruptela do francês Prêtre, ou seja, padre). Segundo a lenda, essa figura mística seria um padre ou rei cristão, dono de um riquíssimo império, cuja localização foi se modificando com o passar do tempo. A divulgação da lenda foi fortalecida com a circulação de uma carta enviada ao imperador Manuel I Comneno, ao Papa e a Frederico I. Calculam-se pelo menos uma centena de versões manuscritas em diferentes línguas, escritas pelo próprio Preste João, relatando as maravilhas e riquezas do seu reino (Costa, 2001). O mito, como já mencionado anteriormente, passou por várias localizações. Seu ponto final foi a África, mais exatamente a Etiópia.

É possível que a origem dessa lenda seja de algumas comunidades cristãs do Oriente. Ela circulou através de viajantes, mercadores, peregrinos etc., mas a verdade é que o mito se ajustava à necessidade dos governos imperiais de obter um aliado cristão forte diante do poderio do Islã. Segundo Vilhena (2001), por conta da invasão mongol (1336-1405), as comunidades cristãs foram assoladas na Ásia Central, e surgiu a necessidade urgente de procurar esse poderoso rei na Etiópia. As relações com a Europa cristã foram consolidando-se desde o reinado de Negus David I (1382-1411), foi estabelecida uma sucessão de contatos oficiais, mais precisamente o trânsito de comitivas entre Europa e Etiópia.

O mito acabou em 1540 com o relato de Pe. Francisco Álvares. Depois de ter vivido seis anos na região, ele pode constatar, desiludido, que a Abissínia ou Etiópia era cristã, mas que não havia nada de maravilhoso ali: nem poderio militar, nem condições para um grande projeto comercial. Conseguiu averiguar que, na época do Imperador David, ocasião dos contatos com a Europa, esse rei detalhava nas suas cartas sua ascendência de Salomão. Ele, portanto, pertenceria à linhagem nobre de uma personagem bíblica, e daí sua aversão aos infiéis e empenho na perseguição aos mulçumanos. O preste João, na figura de David ou qualquer outro rei etíope, na verdade necessitava de ajuda e não estava em condições de oferecê-la.

2.10 O contato com a África Ocidental

A História tem demonstrado que, desde muito cedo, um comércio ativo ocorria no Magrebe, com a troca de produtos entre mercadores europeus e marroquinos. Isso foi se intensificando a partir do século XII, sendo os genoveses mais ativos nessa rede comercial. É plausível que os portugueses tivessem conhecimento dessas praças comerciais devido ao contato com os mercadores genoveses, venezianos ou florentinos que frequentavam Portugal. Não podemos deixar de considerar o fato que ordens religiosas mantivessem missões para a África, e seria impossível que os sacerdotes não tivessem conhecimento da rede próspera de comércio sustentada pelos árabes e suas ramificações na região (Godinho, 1945).

Como mencionado anteriormente, através da ostentação de Mansa Musa I, soberano do Mali, sua peregrinação a Meca possibilitou que várias informações dos Estados Sudaneses (abundantes em ouro) chegassem à Europa. Os relatos dos mercadores judeus e o mapa catalão de 1375 podem ter sido fatores importantes na procura de ouro, no final da Idade Média. Isso e a intenção de alcançar o comércio das especiarias podem ter sido relevantes no impulso dos descobrimentos e no contato com a África Ocidental.

Durante muito tempo, o grande obstáculo para desvendar o mundo foi o Cabo Bojador. Ali as correntes rápidas arrastavam as embarcações, o que se configurava numa barreira intransponível. Em 1434, porém, quando Gil Eanes conseguiu o grande feito, teve início uma nova era das descobertas, e um mundo diferente foi descoberto: o continente africano (Boxer, 2002). As primeiras referências à África são marcadas por descrições dos aspectos físicos de seus habitantes, especificamente a cor da pele, com relatos sobre a geografia física com ênfase no clima, considerado inapropriado para que pudesse desenvolver pessoas “normais”. As características daquela população foram objeto de estranhamento. Seus indivíduos foram considerados bárbaros assemelhados a bestas, inferiores e com baixa capacidade intelectual. Tais características eram atribuídas ao fator climático (Oliva, 2007).

No século XV, por determinação da igreja, Portugal teve o direito de escravizar os povos negros, e a relação com a África passa a ter caráter puramente econômico. A escravidão reforçou ainda mais os preconceitos, frequentemente utilizados como justificativa para subjugar os povos.

Mesmo os relatos de viajantes árabes não foram isentos de estereótipos. No final do século XVIII e início do XIX, as viagens são regulares, com objetivo comercial. Os relatos de militares, missionários, administradores etc., possibilitaram conhecer melhor o mundo africano. As obras de Duarte Pacheco Pereira; Luis de Cadamosto; Gomes Eanes de Zurara e Valentim Fernandes estão carregadas de preconceitos. Muitos relatos enaltecem os grandes feitos e heróis europeus ou tentam identificar alguma semelhança das sociedades africanas com europeias (Oliva, 2007).

Enfim para colocar um contraponto nas ideias e conceitos a respeito do universo das ciências naturais e técnicas de manipulação da natureza, num esforço de localizar a África no contexto da história das ciências, essas obras serão mais detalhadamente analisadas no próximo capítulo, embora, entendemos que as representações passam pelo filtro cultural do observador.

Capítulo III – Os indícios da relação homem-natureza na África Ocidental

3.1 Os problemas das fontes

Os portugueses e outros europeus que se aventuraram nos oceanos à procura de novas terras, com o espírito desbravador e objetivos expansionistas deixaram, sem dúvida, um grande legado. Desde relatos e simples anotações de rotas realizadas por marinheiros, até grandes obras como *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, o gênero literário denominado literatura de viagem constitui-se como muito importante, na medida em que possibilita termos e alguma dimensão das regiões e da sociedade africana e asiática, a partir das grandes navegações.

Existem algumas questões problemáticas em relação ao imaginário sobre o continente africano, construído a partir da colonização portuguesa. Para os brasileiros, a construção pode estar relacionada ao tráfico negreiro e à composição da sociedade. Noutra ponta, a própria noção de identidade construída pelos africanos, a partir de suas lutas para a independência de seus respectivos países. Ao fazer análise dos relatos de viagem dos europeus em geral, que visitaram a África ou fizeram seus manuscritos a partir de depoimentos de terceiros⁵⁸, devemos considerar que o texto produzido não é o retrato fiel, técnico ou descritivo da realidade que se apresentou. A narrativa está impregnada das referências culturais do observador, com a construção do texto passando por um filtro cultural. O objeto observado precisa ser decifrado, classificado de alguma maneira com aquilo que lhe parece próximo e avaliado dentro de um leque de valores do observador (HORTA, 1991). As obras analisadas nesta pesquisa foram: 1. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, pelo cronista Gomes Eanes de Azurara. A cópia do manuscrito original contemporâneo é conservada na Biblioteca Real de Paris, ilustrada e precedida de uma introdução com algumas notas pelo Visconde de Santarém. Possui um glossário das palavras e frases antiquadas e obsoletas, e é publicada por J. P. Aillaud, 1841. 2. *Esmeraldo de Situ Orbis, de Duarte Pacheco Pereira, edição comemorativa da descoberta da America por Christovão Colombo, quarto centenário, sob a direção de Raphael Eduardo de Azevedo Basto: conservador do Real Arquivo da Torre do Tombo (membro da comissão colombina)*. A obra é

⁵⁸ De acordo com Marinho (2008), nenhuma obra de viagem é totalmente original, pois toma sempre como base outras narrativas, em sua construção.

publicada em Lisboa, pela Imprensa Nacional, em 1982. 3. *Navegações de Luiz de Cadamosto a que se juntou a viagem de Pedro de Sintra – capitão português*. A obra é traduzida do italiano, e faz parte da coleção da Universidade de Princeton (1849). Por último, *O manuscrito Valentim Fernandes*, com leitura e revisão de Antonio Baião, oferecido à academia por Joaquim Bensaúde (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940).

A ideia contemporânea sobre a África e seus habitantes ainda permanece ligada a boa parte das imagens construídas durante os séculos do contato de europeus com o continente. Os recursos na escrita, para descrever o africano, passaram por transformações decorrentes dos primeiros contatos. Estes provocaram um verdadeiro choque e reações de espanto por confrontarem realidades totalmente diferentes da Europa. Numa fase posterior, podemos colocar que os relatos passam por uma transformação:

A acumulação progressiva de conhecimentos relativos aos africanos, viabilizada pela evolução da natureza dos contactos e pela convivência com os povos africanos – a qual, ao longo período estudado, vai crescendo em regularidade e profundidade – conduz à superação de alguns estereótipos e lugares-comuns arraigados no horizonte cultural anterior aos contactos; possibilita, de igual modo, a tomada de consciência da especificidade e caráter heterogêneo das sociedades e povos africanos (HORTA, 1991, p. 325).

A proposição inicial é que devemos ter sensibilidade na análise das obras. Devemos atentar para os relatos dos viajantes portugueses no que diz respeito aos códigos referenciais de sua representação do povo africano. Quando se descreve o outro, lhe é atribuído o status de *diferente*⁵⁹, visto que ele está fora do padrão estabelecido, naturalizado e considerado normal (nesse caso, o modelo europeu). Ou ainda, é possível que esse “outro” seja passível de explicação por conta das diferenças apreciadas ou desvalorizadas pelo observador. Essas questões são relevantes e muitas vezes difíceis de uma resposta consensual. Dado o fato de que muitos relatos não apresentarem explicitamente a opinião do autor, não quer dizer que não exista juízo de valores. Além disso, a bagagem cultural de quem escreve, e a daquele que relata são realidades diferentes, bem como a finalidade do texto produzido. Algumas considerações serão apontadas

⁵⁹ De acordo com Queiroz (2001), a diferença não é atributo do ser-totalmente-outro, ao qual só se acede pela via da negação, por ser impossível captar sua essência diretamente. Afirma categoricamente que a diferença não é, não existe, não é um ente presente qualquer que ele seja; seremos levados a acentuar que ela não é, isto é tudo, portanto, não tem existência nem essência.

aqui em relação a essa literatura de viagem, relativas às limitações ou cuidados na interpretação das informações.

O espaço da produção textual constitui-se num elemento importante. Pode-se ter o próprio território africano como palco do protagonismo ou como simples referência, um caminho ou passagem. Sob esse aspecto, teremos diferenças na representação⁶⁰. A expressão “viajantes portugueses” deve ser entendida como um recurso, pois entre as obras analisadas temos outras nacionalidades. Um exemplo é Valentim Fernandes, que viveu durante muito tempo em Portugal, e estava adaptado à cultura. Muito do que foi produzido faz parte de relatos diversos, sendo difícil apontar aquilo que seria especificamente produzido somente por portugueses.

Os textos não podem ser enquadrados em gêneros específicos. Nos relatos, encontramos uma mistura de tipos literários. O roteiro, por exemplo, seguindo o sentido técnico, é uma rota, uma trilha a ser percorrida. Na descrição das terras (com detalhes do meio físico e humano), mesclam-se fatos acontecidos:

(...) há quinze & vinte leguas daudem eftam três luguares pequenos povoados de zenegues os nomes dos quaes ho primeyro He finguyty; & o outro tynyguuhy; & o outro marzy, & em todos há trato douro que veem da guinne & toda efta gente Fe mantem de tâmaras & dalgum pouco trigo que femeam nos palmares & de carne de cabras & carneiros & defta terra nunca os antigos efcritores foubieron o que nos ora fabemos (*Esmeraldo de Situ Orbis*, cap. XXV, p. 44).

De acordo com os objetivos do autor, a narrativa é direcionada a um público. Já a descrição pode ficar atrelada ou não, de maneira mais intensa, ao itinerário, enquanto a crônica tem um caráter de doutrina, e vai propagandar um discurso oficial. Horta (1991) argumenta que “são precisamente as diferenças fundamentais entre os próprios textos, que ajudam a explicar as razões pelas quais os juízos que se fazem de um mesmo povo em escritos praticamente coevos podem revelar-se tão contrastantes” (p. 220).

Para o universo da representação é possível distinguir duas fases. A primeira refere-se aos primeiros contatos com os povos africanos e, logicamente, a demonstração de força pelo aparato bélico. Passados esses primeiros contatos, as representações demonstram a transição para o relacionamento pacífico e diplomático. A segunda fase caracteriza-se pela entrada no século XVI,

⁶⁰ Segundo Oliva (2007), é a tentativa de reconstruir, interpretar ou reinventar as realidades observadas diretamente ou descritas por terceiros, sempre a partir de filtros culturais, políticos, metafísicos e sociais carregados pelo observador.

onde já não existe mais o impacto dos primeiros contatos. É, digamos, um período de acomodação no qual o africano não é mais novidade, e serão utilizados outros elementos de representação (HORTA, 1991). Mesmo respeitando as particularidades de cada época, autores como Appiah⁶¹ (1997) denunciam a recorrência da utilização de aspectos físicos para representar o outro, sendo que nas obras analisadas o signo identitário que aparece com maior frequência é o termo “negro”, em relação específica à cor da pele dos habitantes:

Pois falamos neste Rio de Canagua Razam He que digamos alguma coufa do que uay dentro no fertaão, primeiramente he de notar como aquy He o principio dos ethiopios & homens negros, & por que fom duas ethiopias bem he que fe fayla como efta primeira fe chama inferior ou ethiopia baixa oucidental na qual é certo (Esmeraldo de Situ Orbis, cap. 27, p. 45).

Outros elementos, como a descrição do corpo, não são relevantes para o tipo de texto e sua finalidade. Por exemplo, nos roteiros não existe a necessidade de descrever o africano. Usava-se apenas o termo “negro” nas narrativas destinadas ao Infante D. Henrique sobre o descobrimento de novas regiões e suas potencialidades, pouco importando o corpo e outros adjetivos relacionados ao termo “negro”. Usavam-se outros termos para distinguir as tonalidades das populações, e esse recurso exprime, antes de tudo, o espanto por parte dos portugueses em relação a sua própria pele (HORTA, 1991).

Nota-se que alguns adjetivos utilizados na descrição do corpo expressam a diferença de quem escreve o que presenciou, bem como da pessoa que descreve o que ouviu. Entretanto, o etíope ou africano, de modo geral, são representados pela composição cor/cabelo. A referência ao cabelo *parecido com lã* é um recurso para conseguir caracterizar o tipo de cabelo do africano. Outro elemento que aparece nas descrições é a estatura do indivíduo, que pode ter sido considerada relevante para aparecer nos textos. Destacar essa característica física pode ter sido um artifício para enaltecer a própria atuação nos confrontos e capturas, muito recorrentes nas crônicas (HORTA, 1991; OLIVA, 2007). A *Crônica dos feitos da Guiné* apresenta a valorização do físico e ênfase no material bélico utilizado, de modo que os detalhes referem-se, por exemplo, a se os povos em combate usavam armas com chifres de animais ou lanças com ponta de ferro. O

⁶¹ Kwame Antony Appiah (1954), escritor e filósofo anglo-africano, professor da Universidade de Princeton, autor de vários livros. Um dos principais, *Na casa do meu pai* (1997), apresenta alguns temas de sua biografia e trata em maior profundidade a cultura, diversidade e identidade a partir do continente africano.

tipo de armamento vai colocar determinados povos numa espécie de patamar mais elevado na guerra, pois aqueles que dominavam a técnica de forjar o ferro eram considerados com maior grau de civilização. Outros elementos como a ausência de armadura para proteger o corpo e as condutas de combate⁶² foram também alvo de desvalorização, em outros relatos:

(...) os africanos combatem até a morte (consequência imediata do tipo de armas que utilizam), sem admitirem tréguas ou rendição. Na sua globalidade, trata-se de condutas negativas por não respeitarem a morte (dos inimigos e sua): inversão total de valores e das normas de comportamento em campo de batalha pelos africanos que, levada ao extremo da (suposta) indiferença perante a sua própria morte e a dos seus pares, os aproxima da irracionalidade dos comportamentos animais, conduzindo *Cadamosto* a considerá-los bestiais (HORTA, 1991, p. 302).

Um aspecto interessante sobre os escritores diz respeito ao juízo de valor que atribuem a vários aspectos da vida cotidiana dos povos. No caso das guerras, o tipo de escravidão praticado era alvo de críticas, embora esses mesmos viajantes tirassem proveito da prática com a obtenção de escravos com um preço ínfimo, e dentro da escala de valores, esses costumes são relacionados à bestialidade (HORTA, 1991). O tráfico negreiro propriamente dito tem início quando os chefes africanos o transformam numa atividade lucrativa, vendendo seus prisioneiros. Mas o que deve ser ressaltado é que o fenômeno da escravidão, segundo Eduardo dos Santos (1960), entre outros, tinha uma dinâmica bastante diferente da introduzida pelos portugueses. A condição de escravo, na África, não passava pela privação de direitos do indivíduo. Muito pelo contrário. O escravo era integrado à comunidade de forma bastante peculiar e gozava, por exemplo, inclusive de direito à propriedade de terras (LOPES, 1988).

As características relativas à face (como lábios ou nariz) são omitidas, salvo as narrativas que descrevem o homem africano como um ser transitório entre os traços humanos e os traços animais. Porém, Horta (1991) estabelece que a descrição de homens monstruosos advinha das regiões onde os portugueses tinham acesso somente a informações desencontradas e absurdas, que construíram o imaginário sobre o africano. Em contrapartida, das regiões onde o contato foi intenso, tais descrições de monstros são ausentes, embora outros termos tenham aparecido para

⁶² Segundo Valentim Fernandes (1940), seu informante Álvaro Velho, marinheiro ou soldado que participou da expedição de Vasco da Gama à Índia, teria passado oito anos na Guiné, observando que os africanos também possuíam regras de combate, muito diferentes das condutas europeias.

marcar características das populações. As escarificações⁶³, adornos e tatuagens são exemplos de alusão ao corpo como signo identitário das etnias. A nudez perturbou os viajantes, mesmo quando os órgãos genitais estavam cobertos. Para Zurara, a nudez representava o pecado, e contrariava as leis da civilização, apesar de Cadamosto relativizar a nudez, justificando-a devido às condições ambientais.

A observação do tipo de material utilizado nas vestimentas também importava o uso de pele de animais ou tecidos, distinguindo as bestas dos seres humanos. Para Duarte Pacheco e outros viajantes, o fato de alguns indivíduos da comunidade se vestirem não implicava que deixavam de ser considerados como bestas, mas, igualmente, sua vestimenta estaria ligada a sua condição econômica dentro daquela sociedade (HORTA, 1991). As marcas no corpo foram descritas por ser algo novo. Os detalhes seriam importantes também para os leitores em Portugal. O uso de adornos e cabelos curtos por homens e mulheres contrariou a percepção do gênero feminino, de acordo com os códigos europeus (HORTA, 1991; OLIVA, 2007).

É importante ressaltar que a descrição do negro em geral é distinta do negro islamizado, referido como aquele proveniente do “país dos negros”. A representação negativa se dá através da associação geográfica denominada “hemisfério inferior”, de interpretações diversificadas no medievo. Porém, é consenso que essa região seria a terra de seres deformados e monstruosos (Fig. 6), e os negros comparados a esse tipo de observação.

⁶³ De acordo com Joana Choumali, pesquisadora e fotógrafa da Costa do Marfim, a escarificação é uma atividade cultural amplamente executada na África. Em essência, é a prática de uma incisão na pele com um instrumento afiado (como faca, vidro, pedra ou casca de coco). Pigmentos escuros como o carvão às vezes são esfregados nas feridas para dar mais ênfase às formas. Dependendo do país, da região e da etnia, as marcas são feitas com mais ou menos intensidade no rosto ou no corpo todo. A principal função da escarificação é a identificação de grupos étnicos, famílias e indivíduos, mas também para expressar a beleza pessoal.

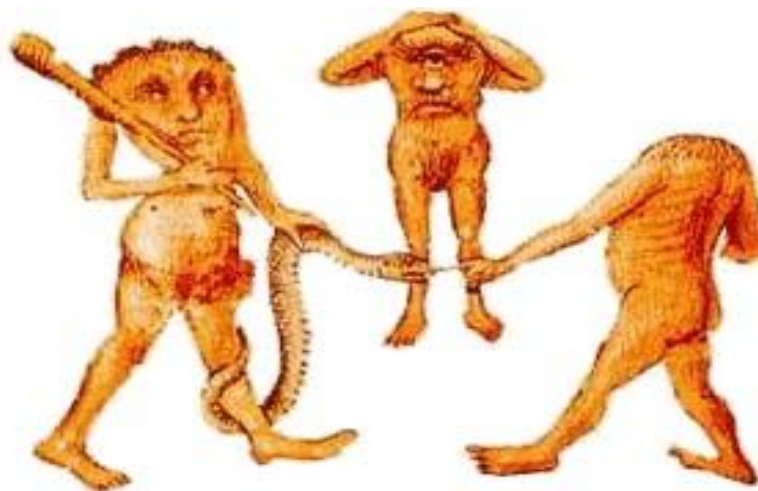


Fig. 6: Fonte – www.pt.slideshare.net. Charles d'Angoulême, imaginário sobre o povo africano, 1480.

A associação da figura demoníaca do “diabo” com a cor negra encontra-se também na literatura portuguesa desde o século XIV, principalmente no Ocidente cristão, junto a outros adjetivos como “temeroso” (HORTA, 1991). A caracterização generalizada do africano como negro, etíope ou guiné sofreu transformação à medida que o contato passou a ser mais longo e as designações começam a ter particularidades, como por exemplo, a referência aos *mandigas* como uma comunidade com suas especificidades.

Para alguns termos que atravessaram os tempos, o termo “pardo” foi utilizado para referir a cor do jumento. Porém, é conveniente notar que esta seria uma referência cromática dentre a grande variação de matizes dos habitantes, utilizando-se o termo *cor parda* para expressar melhor a ideia, mas sem conotação pejorativa. Foi comum no período medieval associar características físicas humanas com algumas características dos animais, como esclarece HORTA (1991):

Na verdade, na imagem medieval do mundo, o espaço humano e o espaço animal não se excluem necessariamente; o homem é considerado um microcosmo redução do macrocosmo, que constitui o Universo, em comunhão, enquanto criatura, com as características do conjunto da criação: a posição específica que ocupa na Grande Cadeia do Ser leva-o a conter, potencialmente, dentro de si mesmo as características distintas de cada uma das espécies do reino animal (p. 250).

A escravidão entre os africanos é compreendida de maneira diferente por Valentim Fernandes. Nas crônicas (Zurara), o viajante recorre de forma pontual à maldição de Caim:

(...) e aquy avees de notar que estes negros postoque sejam mouros como os outros, som porem servos daquelles, per antiigo costume, o qual creo que seja por causa da maldiçom, que depois do deluvyo lançou Noe sobre seu filho Caym, pella qual o maldisse, que a sua geeraçom fosse sogeita a totalas outras gerações do mundo, da qual estes descendem (Chronica dos Descobrimentos da Guiné, cap. XVI, p. 93).

Para explicar a escravidão, ele apela a autores aceitos na época para, assim, legitimar sua escrita com traços de erudição, além de reproduzir uma visão de acordo com os dogmas da igreja. Por sua vez, Valentim interpreta o fenômeno como um costume antigo entre os mouros e negros. Sob esse aspecto, fica bastante visível o texto como resultante da experiência vivenciada pelo viajante, ou o discurso oficial baseado na tradição e concepções estabelecidas e amplamente aceitas (HORTA, 1991).

Outra discussão importante é a explicação dada à cor da pele por esses viajantes. A predominância que percorre os textos é aquela na qual os africanos teriam a pele escura por conta do calor escaldante – a chamada zona tórrida – e que as variações cromáticas seriam proporcionais ao distanciamento dessa região. As características fisionômicas também eram relacionadas ao calor. Aos poucos, contudo, a verdade amplamente aceita e muito difundida de que tais regiões eram inabitáveis foi desmantelada com o contato com os africanos. A ideia de que a cor da pele fosse determinada pelo Sol também caiu por terra quando foram descobertos povos de pele clara vivendo sob as mesmas condições climáticas. Ao descobrir povos brancos vivendo nas mesmas condições climáticas dos negros africanos, Duarte Pacheco Pereira colocou em dúvida a humanidade dos mesmos. Para a época, seria ousadia duvidar ou questionar os fundamentos religiosos de acordo com os quais a igreja colocava que toda a humanidade descendia de Adão. Como então explicar a existência dos negros?

Após a fuga de Maomé, o Islã foi se aprofundando gradativamente no continente africano, introduzido por duas regiões distintas e também por grupos distintos que discordavam e rivalizavam entre si. Segundo Albert N’Goma, depois de uma fase de decadência pelo embate com os povos das religiões tradicionais, o islamismo toma fôlego e cresce com muita força na África do Norte por ação do grupo denominado Almorávidas, que se articula e converte boa parte da África Ocidental. A empreitada berbere almorávida foi mais política do que religiosa. O uso da violência também se constituiu num elemento importante na conversão dos reis. A dos povos acontecia pela violência das jihad, promovidas pelos chefes africanos islamizados (LOPES, 1988).

No período da redação da *Crónica da Guiné*, os portugueses esperavam encontrar africanos numa região intermediária⁶⁴ aos territórios mulçumano e cristão. Essa zona apresentaria um tipo de islamismo fraco e superficial. Os povos aí encontrados eram denominados gentios ou “mouros negros”. Embora nas terras mulçumanas houvesse negros professando a mesma fé, para Zurara eles ainda eram gentios e, por sua natureza, simples mais fáceis de serem convertidos ao cristianismo do que os mulçumanos árabes, a quem eles se referiam como os “outros” mouros. Nesse sentido, a hierarquia no plano religioso se dá por referência ao islamismo, e não pela cor da pele. *Gentio* foi a categoria arquitetada para aqueles que não se encontravam em nenhuma das crenças oficialmente conhecidas a saber: judaísmo, cristianismo e islamismo:

Verifica-se a proximidade entre esta concepção político-religiosa da África e aspectos essenciais de uma imagem daquele continente já veiculada pela cartografia maiorquina trecentista e quatrocentista, cuja perenidade é patente no mapa mundi de Fra Mauro (1459): apesar do contato direto com a África não-mulçumana, afigura-se como permanência, em meados de Quatrocentos, a noção de partilha essencial do continente entre os estados mulçumanos e as comunidades cristãs da Etiópia situadas na órbita do império do Preste João, de que resulta a desvalorização das sociedades exteriores àqueles dois pólos de interesse (HORTA, 1991, p. 273).

As categorias ou signos utilizados para representar os africanos sofrem variações contextuais e muitas vezes encontramos uma mistura de termos. Por exemplo, pode-se encontrar o termo “bárbaro” referindo-se aos povos não cristãos, mas também utilizado em menção à falta de civilização. Todos esses usos são a partir do referencial ocidental-cristão do observador. Os etíopes eram vistos como bárbaros porque não tiveram contato com a fé cristã. Entretanto, seriam potencialmente pré-cristãos, por conta da possibilidade de serem convertidos:

(...) como fazem aquelles seus Povos, e gente miúda, que vivem sem Lei: por esta causa de não terem tido outra conversação se não a dos Azenegues, ou Arabes, se converterão á Lei de Mafoma; mas depois que tiverão familiaridade e conversação com os Christãos são menos crentes nella (Navegações de Luiz de Cadamosto, cap. XVIII, p. 27).

⁶⁴ O historiador José Horta (1991) esclarece que a terra dos gentios seria o tampão, entre a terra dos mouros e dos cristãos do Preste, uma película que não oferecia resistência, de indivíduos superficialmente islamizados, uma barreira fácil de ser rompida rumo a cristandade oriental.

Na concepção vigente, cristandade e civilidade estavam intimamente relacionadas. Assim, a conversão seria necessária para tirar os povos da condição de bestas, e daí a importância da evangelização (BOXER, 2007; HORTA, 1991).

Ainda nesse ponto, surgiram algumas questões da evangelização específica dos africanos, como a posição em que estes ficavam em relação ao campo jurídico. Posto que se nunca tiveram contato com a “verdadeira fé”, como poderiam ser categorizados como infiéis e justificada a ocupação de seus territórios, bens e posses? As bulas papais responderam à problemática, legitimando a posse dos territórios, visto que esses povos não tiveram oportunidade de conhecer os herdeiros da fé. Portanto, a ocupação das regiões seria legal, dado que eles poderiam se tornar cristãos – ao contrário dos mulçumanos, inimigos reais da igreja. Sob esse aspecto, é importante ressaltar que a expansão ibérica foi um projeto comercial cingido de intenções religiosas. A preocupação com avanço do islamismo é evidente, pois impediria os projetos da Coroa. Portanto, a utilização de termos pejorativos como o termo “seita”, por exemplo, para descrever a religião mulçumana, é frequente nos textos (HORTA, 1991).

Segundo o pensamento cristão da época, o profeta Maomé era visto como o fundador de uma seita de vícios e ignorância que legitimava o pecado, a violência do seu povo (árabes) e de outros povos que tivessem contato com ela. Por não reproduzirem um discurso oficial, Cadamosto e Valentim procuraram apontar as diferenças entre a religião dos soberanos e a de seus súditos ou vassalos. Eram um fenômeno bastante peculiar para esses viajantes as acomodações do islamismo mescladas a práticas rituais tradicionais, uma dinâmica oportuna e tolerada na África Ocidental, que viabilizava o comércio principalmente do ouro proveniente do interior, onde predominavam outras formas religiosas (COSTA E SILVA, 2011; HORTA, 1991; LOPES, 1988).

O termo “mouro” vai gradativamente desaparecendo, sendo substituído por *guineu* ou *negro*. *Mouro* poderia aparecer também no sentido de escravo, para identificar indivíduos de outras crenças. Curioso é o fato que os cativos que acabavam parando em Portugal ou mesmo em outras localidades, ao professarem sua fé islâmica e relatarem que eram provenientes do Mali. Mesmo assim, os portugueses alimentavam a crença de encontrar um reino cristão naquelas localidades (Preste João, já mencionado nesta pesquisa). Ao contato religioso verifica-se que o interesse da religião de um para com o outro se devia mais às trocas materiais. Aceitar a religião

era, assim, uma cordialidade importante, visando os produtos interessantes para o comércio. Ficou evidente que, quando em muitos escritos os portugueses relatam a boa receptividade do cristianismo entre os africanos era, no fundo uma estratégia contra o islamismo, caracterizado de forma muito negativa na literatura de viagens:

Depois de a ter acabado, perguntava-me, o que me parecia: e porque tinha grande prazer em ouvir as cousas da nossa Religião, me dizia muitas vezes, que lhe contasse algumas; de modo que eu lhe dizia que a sua era falsa, e que os que taes cousas lhe ensinavão, erão ignorantes da verdade; e estando aquelles seus Arabes presentes, eu lhe reprovava a lei de Mafoma, como má e falsa, por muitas razões; e lhe mostrava ser a nossa Religião verdadeira e santa: tanto assim que fazia desesperar aquelles seus mestres da Lei: com o que aquelle Senhor ria, e dizia, que tinha para si, que nossa crença era boa: e que não podia ser, que Deos, que nos tinha dado tantas cousas boas e ricas, e tento engenho e saber, nos não tivesse também dado huma boa Lei (Navegações de Luiz de Cadamosto, cap. XXIV, p. 34).

Esses escritos reduziam ao Profeta Maomé todo o estatuto da religião. Alguns entendiam que, entre outros equívocos, os mulçumanos substituíam Deus por Maomé. Outra polêmica estava entre o Deus, único professado pelos mulçumanos, e a Santíssima trindade dos católicos (HORTA, 1991).

Depois de algum tempo dos contatos, algumas regiões revelaram a ineficiência do intento evangelizador da Coroa, pelo fato de que a conversão seria efetiva somente nos locais onde o contato com os portugueses cristãos fosse duradouro. E visto que os povos vindos do interior limitavam-se apenas às transações comerciais, permaneciam na sua fé. Quanto aos gentios, esses eram considerados idólatras. Sua religiosidade, tanto para cristãos quanto para mulçumanos, ficava num plano inferior, pois eles não seguiam nenhuma lei. A feitiçaria, associada às religiões tradicionais, foi classificada como um embuste para controlar a ordem social. Os diversos deuses seriam invenções dos chefes africanos para controlar seus súditos e territórios. Outra preocupação dos viajantes era registrar a ocorrência da circuncisão como marca distintiva dos povos islamizados. Porém, eles não conseguiam explicar sua frequência em regiões não mulçumanas. Duarte Pacheco, de forma simplificadora, explicou que os gentios que conviviam com mulçumanos imitavam essa prática sem saber de sua dimensão religiosa. A poligamia também estava relacionada aos prazeres sexuais e, portanto, os autóctones viviam em pecado. Dessa forma, “A representação das religiões autóctones, independentemente do grau de conhecimento

das mesmas, move-se nos limites do quadro mental traçado que não permite compreender as modalidades das religiões africanas não teocêntricas” (HORTA, 1991, p. 281).

Dentre o contingente populacional de africanos, encontramos os genericamente chamados *Bambaras*, contrários ao regime islâmico. Enfim a islamização da África Negra está relacionada a uma série de fatores, dois já mencionados anteriormente. A esses outros se juntam a ascensão e o prestígio social para os chefes, reis ou imperadores, como facilidades de ampliação comercial nas terras islâmicas e alguns direitos assegurados pela legislação corânica. Sendo assim, o islamismo africano estruturou-se de forma bastante diferente do praticado na Arábia, tornando-se uma religião sincrética (CÉRTIMA, 1947; N’GOMA, 1950; NIANE, 1982).

Os adjetivos utilizados para colocar a religiosidade africana num nível inferiorizado e os termos pejorativos não seguem do mesmo modo para outros aspectos da vida, e mesmo a expressão “modo de viver” pode ser encontrada com outros sentidos, como por exemplo, o da alimentação. No pensamento medieval, a razão estava ligada a parte espiritual concedida por Deus e outros aspectos do homem seriam mais ligados à sua natureza animal. Nesse sentido, os viajantes tinham como base na sua formação a concepção do “homem civilizado” segundo o pensamento aristotélico e, a partir dessa corrente – anterior ao período dos descobrimentos - é que foram realizadas as comparações do modo de vida do africano e sua avaliação. Das obras teológicas e filosóficas difundidas estava a ideia do “viver bestial”, segundo a qual esse modo de vida correspondia aos primeiros estágios da humanidade. Supunha-se que a evolução de bestas para humanos ocorria gradativamente, e que os africanos encontravam-se, então, nessa fase inicial da evolução humana (HORTA, 1991).

A fórmula “viver bestial” será recorrente nos textos para designar os povos que estavam na zona limite entre o humano e o animal. Isso servia como justificativa para a escravidão, pois ao fazer os indivíduos cativos, eles passavam a viver de forma totalmente diferente. A estratégia era que, expostos aos padrões ocidentais, eles poderiam esquecer sua vida anterior, quase animal, na qual a razão não era utilizada, o que por si só se constituía em servidão. Dessa forma, a escravidão poderia salvar suas almas.

A relação do tipo de vida com a bestialidade sofre alterações nos diferentes textos. As comunidades foram classificadas mais próximas da civilização ou da selvageria, conforme seus costumes. Nesse contexto, vários elementos foram analisados, desde a moradia até a estrutura

política. Quanto à moradia, eles observavam o tipo de material usado na construção das casas, juntamente ao número de habitantes, nos locais, determinante para a classificação em aldeias, vilas ou cidades. Também importava se elas apresentavam algum tipo de muro para segurança ou demarcação territorial. Sob esse aspecto, os nômades estavam fora de qualquer noção de civilização (HORTA, 1991).

Um juízo explícito nos textos é o trabalho ligado à noção de criatividade, manufatura de produtos e a transformação dos recursos naturais. As comunidades eram vistas como ignorantes e ociosas. Esse ponto fica bem evidente em *Cadamosto*, que não compreendia a ausência da produção agrícola em grande escala para o comércio, mas a prevalência da pesca, do pastoreio e a agricultura de subsistência:

Lavrão as terras, semeão, e colhem no tempo de três mezes; são péssimos Lavradores, e homens que não querem cançar a semear senão quanto lhes basta comer todo o anno escassamente, e pouco lhe importa ter grão para vender (Navegações de Luiz de Cadamosto, cap. 26, p. 35).

Entretanto, encontramos elogios à capacidade diferente do homem africano em cultivar suas lavouras. Os povos que produziam em quantidade excedente como tecidos ou o vinho ficavam em posição melhor, numa escala de valores. Por outro lado, essas mesmas populações acabavam sendo avaliadas em outros códigos, como por exemplo, a forma de alimentação (HORTA, 1991).

Aparece como violação das regras de conduta beber demais ou não comer no tipo de recipiente considerado adequado para as refeições, bem como a falta de uma mesa e o cuidado com a higiene das mãos, entre outros. Isso vai fazer com que *Cadamosto* afirme que os africanos são humildes, não têm hábitos, não seguem regras de etiqueta, mas que, quando ensinados, podem se comportar da mesma maneira dos europeus.

A caracterização da estrutura política e das formas de poder, entre os africanos, é objeto de observação e análise pelos viajantes. Mesmo porque esse tipo de informação seria imprescindível para as transações comerciais. Registraram o grande número de línguas e as respectivas comunidades, observando até mesmo se a língua usada pelo rei era a mesma dos súditos. Como todos os aspectos da vida eram relacionados às condições econômicas, os reis viviam sem receber tributos, e a instabilidade na questão da sucessão do poder causou

estranhamento entre os viajantes, além dos chefes de pequenas comunidades que viviam apenas do seu trabalho:

O rei não tem rendimento certo de tributos, mas os Senhores do paiz em cada hum anno para o terem amigo, lhe fazem presente de alguns cavallos, que são muito estimados por haver falta delles (Navegações de Luiz de Cadamosto, cap. 12, p. 26).

Os árabes e azenegues eram considerados bestiais porque, pela lente europeia, não era possível ver nenhuma organização política ou a figura de um soberano em sua sociedade. Para o restante das comunidades, aquelas pessoas que os portugueses reconheciam na estrutura social como reis e senhores, consistiam num grande equívoco, pois a estrutura política era bem diferente da Europa cristã:

Numa nota da edição francesa da *Descripçam*, R. Mauny e Th. Monod explicam esse passo, pelo facto de não existirem reis entre os Balantas, estando a autoridade nas mãos de chefes de família. De igual modo, os reis da Serra Leoa, que o moravo observa não receberem rendas nem tributos, não eram mais do que chefes de aldeia ou de territórios mais extensos. “Esse tipo de organização política, de fraca extensão territorial e de recursos, só podia ser desvalorizada à luz dos pressupostos a que a noção europeia de rei obedecia” (HORTA, 1991, p. 320).

O que ficou bastante evidenciado nas fontes foi o interesse pelos povos, e a descrição do africano do ponto de vista comercial. Os povos foram valorizados apenas na medida em que se mostravam dispostos a fazer comércio. Nesse sentido, a descrição é mais detalhada dos produtos que interessavam para o comércio, para o abastecimento das embarcações ou ainda aqueles apreciados pelos viajantes, tendo alguma relação com seu meio social, como o vinho de Palma. Assim a hierarquização dos povos baseou-se especificamente pela manufatura de seus produtos, e na disposição para o comércio.

3.2 Sobre os viajantes árabes

A partir do século XV, o período das navegações possibilitou o contato com a África subsaariana pelo sul do Equador. Porém, desde o século VII os povos dessa região mantinham contato com os árabes, utilizando as chamadas rotas transaarianas oriundas do comércio de ouro e sal, no deserto do Saara. Boa parte das fontes – diários, relatos, crônicas e memórias que retratam a África negra – provém dos viajantes árabes, e tornam-se valiosas pelos dados que fornecem sobre essas civilizações, num período anterior à colonização portuguesa.

Com a decadência do Império Romano, os árabes entraram num processo expansionista, atuando em regiões desde a África do Norte até a China. Como o contato entre os povos favorecia a troca de ideias e conhecimento, obras de cunho científico e filosófico foram traduzidas para o árabe desde o século IX, principalmente com a atuação do califa Al-Mamum⁶⁵. Entre outros feitos, ele fez crescer instituições para o estudo e discussão de obras como as de Aristóteles e Platão. Essas obras tiveram importante papel na difusão do Islã, e influenciaram figuras como o geógrafo Al-Masudi, cujo trabalho *Searas de ouro e minas de pedras preciosas* (947) descreve as terras que havia conhecido. No que diz respeito aos africanos, ele trata da região de Sofala⁶⁶, destacando a mineração e o comércio entre o império Monomotapa⁶⁷ e os árabes. Também lhes são atribuídas questões geológicas, como por exemplo, quando ele procura identificar as causas dos terremotos e as características do Mar Vermelho. Foi ele quem duvidou da representação da África na obra de Ptolomeu.

Adentrando o século XI, o geógrafo mulçumano Al-Bakri (que viveu em Córdoba, Almeria, e faleceu em Sevilha, em 1094) baseou-se, como muitos, nos relatos de viajantes e comerciantes. Ele consultou textos de outros geógrafos e, em 1068, escreveu a obra *Livro dos caminhos e dos reinos*, fonte importante sobre o ocidente africano, principalmente com relação às

⁶⁵ Seu reinado (813-833) ficou conhecido como o mais glorioso, filho do califa Harun Al-Rashid, disputou com o irmão o império após o falecimento do pai e passou a dominar o território da Síria ao Irã. Abriu as portas da “Casa da Sabedoria”, biblioteca construída pelo seu pai em Bagdá, tornando-se um grande centro intelectual do mundo antigo e acolheu estudiosos de outras partes do mundo. Biografia consultar: www.biography.yourdictionary.com.

⁶⁶ Gedi, Mombaça, Sofala e tantas outras cidades foram, a um só tempo, os portos mais ocidentais do Índico, limites do mundo islâmico, e os empórios da África junto ao mar. Ver mais em COSTA E SILVA, A. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2006.

⁶⁷ Denominação dada pelos portugueses ao soberano de um antigo império da África Oriental, atual Zimbábue, e, por extensão, ao próprio império. De uma língua dessa região, talvez do xona, através da locução muene, mutapa, significa “senhor das minas” ou “senhor das terras sagradas”. Ver mais em LOPES, N. *Diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2004.

informações referentes a Gana e seu comércio, aos detalhes da importação e exportação, bem como o uso de animais de carga. A obra descreve pormenores da dinâmica do reino, envolvendo a sucessão dos soberanos, e a religiosidade, com a descrição dos costumes e ritos. Al-Bakri também se preocupou em apontar dados geográficos e a produção artesanal de objetos sujeitos a regras de tributação (COSTA E SILVA, 2011).

Entre os séculos XII e XIV encontra-se a figura importante de Al-Idrisi, geógrafo e cartógrafo, entre outros atributos. Ele viveu na Sicília, estudou em Córdoba e, durante sua juventude, foi viajante, tendo tido a oportunidade de conhecer várias regiões, entre elas o norte da África. Exerceu cargo na corte de Rogério II⁶⁸, e acredita-se que esse fato deveu-se ao interesse do soberano por Geografia. Na Idade Média, Al-Idrisi ficou conhecido pela precisão de seus mapas, que desenvolveu através dos conhecimentos adquiridos em suas viagens. Numa bola de prata (a tabula rogeriana), ele registrou os continentes com detalhes específicos da Geografia física, como os rios, montanhas, as grandes cidades e suas rotas comerciais e, muito importante, as noções de latitude e longitude. Mesmo sendo um cientista do mundo islâmico, no que se refere ao continente africano Al-Idrisi deu contribuições importantes sobre as nascentes do Rio Nilo, a cidade de Tombuctu, Sudão e Níger. Escreveu o *Livro de Roger*, ficando famoso porque os navegantes de várias partes do Atlântico e Mediterrâneo frequentavam a Sicília, de modo que os mapas elaborados pelos muçumanos foram traduzidos para o latim, chegando ao conhecimento dos navegantes europeus. Al-Idrisi ainda escreveu *Nuzhat al-mushtaq fi ikhtiraq al-afaq* (O deleite de quem tem o desejo de viagem através dos climas), trabalho geográfico com informações e mapas da África, Ásia e países europeus. Como cientista, forneceu contribuição importante na área da Botânica com *Kitab al-jami li-sifat ashtat al-nabat* (manual simples das plantas medicinais), no qual discorre sobre plantas medicinais e o nome dos medicamentos em vários idiomas. Com base em suas observações, tratou de temas de Zoologia e, em seus escritos, encontramos as referências mais antigas sobre a existência do Mali e sua organização política.

Ibn Battuta (1304-1377), conhecido como “o príncipe dos viajantes” percorreu cerca de quarenta e quatro países (de acordo com os dados geográficos atuais), num período de

⁶⁸ Rei da Sicília (1130-1154), filho do conde Rogério I e de Adelaide obteve um poderoso império mediterrâneo tendo a Sicília como centro. Sua contribuição para a construção do Estado siciliano foi enorme, introduziu código de leis, centralização de finanças e a instalação de agentes do governo em todos os distritos. Sua corte era célebre pela integração racial e cultural, granjeou renome por seu mecenato nas Artes, Ciências e Filosofia. Ver mais em: Loyn, H. R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.

aproximadamente 28 anos. Foi através de sua Rihla – gênero literário ligado às experiências da peregrinação, mas com várias possibilidades de interpretação – que os impérios do Mali foram conhecidos. No contexto mulçumano, os viajantes eram pessoas importantes, pois através de seus relatos podia-se obter informações do império mulçumano. A obrigatoriedade de peregrinação a Meca colocava esses homens em situações de privilégios e hospitalidade nas regiões islamizadas que visitavam. Ele ditou sua rihla ao escriba Yuzayy, em 1356, com o título *Presente precioso para aqueles que se interessam pelas coisas curiosas das grandes cidades e as maravilhas das viagens*. Em relação à África subsaariana, seguiu a mesma linha de descrição e impressões das outras regiões que conheceu, o que demonstra que ele se orientava por uma espécie de roteiro ou questionário, fazendo as mesmas indagações e procurando as respostas em cada cultura. Foi metucioso ao descrever os lugares, os aspectos religiosos, as autoridades, a atuação política dos governantes para com seus “súditos”, os hábitos e costumes, inclusive até o que ele considerava etiqueta (MACEDO & MARQUES, 2008).

A importância de Ibn Battuta se deve ao fato de ele ser o único viajante anterior ao século XV que descreveu o Bilad al-Sudan (país dos negros) com riqueza de detalhes. Ele partiu de Sijilmassa⁶⁹ e, após um período de aproximadamente cinquenta dias, chegou a Iwalatan (atual Mauritânia). Daí em diante, passou a relatar todas as alterações, tanto no aspecto geográfico como no social, político e religioso, dando-nos de cidades importantes como Zagha, Gao (Senegal, atualmente) e a famosa cidade de Tombuctu (MACEDO & MARQUES, 2008).

O historiador das sociedades africanas Ibn Khaldun (1332-1406) formou-se em sua cidade natal, Túnis. Segundo os fundamentos da madrassa malikita, ele teve os mais famosos mestres de Al-Andaluz⁷⁰, recebendo lições que incluíam desde a leitura do Alcorão até regras gramaticais. Sua obra foi escrita entre 1374 e 1378, uma autobiografia inspirada nos postos que ocupou nas dinastias dos Hafsidas (1228-1574) e Marínidas (1196-1465). Na obra, é possível conhecer o contexto político da Península Ibérica e do norte da África, a dinâmica entre

⁶⁹ No antigo império de Gana, um dos itinerários mais antigos seria o que acompanha como um arco o litoral da África. Ele alcança o cotovelo do Níger, e a paisagem muda pela proximidade com o oceano, principiava nos oásis do sul do Marrocos, onde o comércio com o Sudão faria surgir centros de indústria metalúrgica e têxtil, e cidades prósperas como Sijilmassa (COSTA E SILVA, 2011).

⁷⁰ Nome dado pelos árabes as regiões da Península Ibérica submetidas ao islamismo durante a Idade Média. A extensão dessas regiões foi se modificando com o avanço do cristianismo e, três grupos principais compunham a sociedade do Al-andaluz: os árabes, os berberes e os hispânicos. Para saber mais: SANJÚAN, A.G. *El significado geográfico Del topônimo al-andaluz em las fuentes árabes*. Anuário de Estudios Medievales, pp. 3-36, 2003.

mulçumanos e cristãos, a influência da cultura mulçumana etc. Ibn Khaldun ainda escreveu o *Muqaddimah ou prolegômenos*, e o *Livro dos Berberes*. Em *Muqaddimah*, o autor discorre sobre vários assuntos da cultura, sociedade e principalmente da política. Essa é considerada a primeira tentativa de se criar uma ciência da sociedade. O escritor tinha uma preocupação em desenvolver uma metodologia para a pesquisa histórica, com uma visão crítica a respeito de seus contemporâneos intelectuais. Seu texto colocava a necessidade de aprender com o passado, principalmente os homens que ocupavam posição de poder, e daí a responsabilidade do historiador junto a este. Essa concepção foi bastante demonstrada na sua trajetória de vida, ao se articular e manter-se atuante nos sultanatos que sucediam o poder (SENKO, 2008).

3.3 Sobre os viajantes portugueses

A partir das grandes navegações, os portugueses produziram relatos mais minuciosos das regiões colonizadas. Ao final do século XVIII e início do XIX, as viagens passaram a ser no sentido da exploração comercial. Relatos de militares, missionários, administradores, viajantes etc. possibilitaram conhecer o mundo africano, porém já com os efeitos da colonização.

Antonio de Oliveira Cadornega (1623-1690) foi militar a serviço da Coroa portuguesa. Nasceu em Vila Viçosa e estudou com os frades de Santo Agostinho. No ano de 1576, o rei D. Sebastião ordenou a fundação de uma colônia através de carta régia, abrangendo o território entre os rios Kuanza e Dande, e dando origem a São Paulo de Luanda, um entreposto comercial importante para o tráfico negreiro. Ali, os africanos capturados eram provenientes principalmente de Matamba⁷¹ e Kassange. Cadornega chega à região em 1639. Dois anos depois, os holandeses invadem Luanda e Benguela. O fato foi assistido pelo militar que, como outros, refugiou-se mais no interior, na Vila de Massangano.

⁷¹ De acordo com Lopes (2004) região de Angola entre os rios Kwale, Kwanzo, Kambo e Lukala, onde floresceu, no século XVII, o reino do mesmo nome. Celebrizada pela resistência de Nzinga Mbandi, a rainha Jinga, a região desempenhou papel importante no sistema comercial constituindo-se num dos maiores mercados de escravos em toda África.

Apesar da retomada de Luanda pelos portugueses, em 1648, após esse ano a região foi palco de guerras entre portugueses, Kibundos⁷² e Jagas⁷³ por um período de aproximadamente 30 anos. A figura central da resistência africana foi a Rainha Nzinga Mbandi, a personagem mais presente na obra de Cadornega, *História geral das guerras angolanas*, escrita em 1680. As campanhas militares evidenciando portugueses heroicos marcam a o estilo literário. Mas o que chama a atenção na escrita do soldado é a ambiguidade na utilização de termos e seus significados. Com relação à rainha Nzinga, isso se configura nos adjetivos usados para enaltecê-la como uma grande soberana e estrategista, para logo desqualificá-la em diversas situações (WEBER, 2014). Outro aspecto fundamental na obra é a descrição de Angola com detalhes geográficos, culturais e sociais escritos em kibundo. O autor também mistura termos portugueses e africanos.

Cadornega foi juiz de Massagano, ocupou cargo no Senado da mesma localidade e foi provedor da Misericórdia da vila, onde viveu cerca de 28 anos. Mudou-se para Luanda, onde faleceu em 1690. Seu trabalho forneceu elementos para historiadores importantes, como Charles Boxer e Beatrix Heintze. Ele também inspirou o escritor angolano Arthur Carlos Maurício Pestana dos Santos, o “Pepelela”, que escreveu o romance *A gloriosa família – o tempo dos flamengos*. Segundo Weber (2014), este se constituiu num trabalho de contexto político para a construção positiva da identidade nacional angolana, consoante com os anseios do MPLA (Movimento para a Libertação de Angola). O militar também escreveu a *Descrição da muito populosa e sempre leal Vila Viçosa, corte dos sereníssimos duques dos estados de Bragança e Barcelos*, publicada só em 1983. Em edição de Heitor Gomes Teixeira, Barbosa Machado⁷⁴ lhe atribui dois manuscritos que se perderam: *Compendio da expugnação do reyno de Benguela e das*

⁷² Segundo Nascimento (2008), a capital do reino do Congo, à época da chegada dos portugueses, situava-se em Mbanza Congo, na atual província do Zaire, que possui como capital a cidade de Mbanza Congo. Na atual parte ocidental e central de Angola, encontrava-se o reino Kimbundu, o reino de Ndongo.

⁷³ De acordo com Lopes (2004), denominação dada pelos portugueses aos imbangalas. O nome “jaga” designa mais apropriadamente grupos multiétnicos de guerreiros itinerantes que, durante o século XVII, opondo-se aos escravistas portugueses, ou como entendem alguns, beneficiando-se do tráfico de escravos, levaram o terror ao reino do Congo e Estados vizinhos, forjando assim, alianças entre eles contra o inimigo comum. Os jagas foram referidos por muitos nomes diferentes, entre eles agags, aicas, cembas, imbangalas, zimbas etc. Entre os ganguelas ou imbangalas, “jaga” é um título real, e com essa aceção deu origem ao português “jaca” e ao afro-brasileiro inhaca.

⁷⁴ Entre 1741 e 1758, Diogo Barbosa Machado publicou a obra *Bibliotheca lusitana*, que reuniu informações sobre a bibliografia portuguesa e um pouco da biografia de seus autores. Também ficou conhecido pela grande reunião de livros e gravuras que realizou para D. José após o incêndio que arrasou a Biblioteca Real. Ver mais em: CALDEIRA, A.P.S., *De Lisboa ao Rio de Janeiro: a trajetória de Diogo Barbosa Machado*. Varia Hist. 2012, vol. 28, n. 47, p. 211-233.

terras adjacentes e História de toas as cousas, que succederão em Angola no tempo dos governadores que governarão depois da guerra até D. João de Lancastro.

Padre João Antonio Cavazzi de Montecuccolo, italiano, ordenado capuchinho, atuou na África Centro Ocidental, nas regiões do Congo, Angola e Matamba. Seu trabalho resultou na *Istorica descrizione de' ter' regni Congo, Matamba et Angola*, com a primeira edição em 1687 em Bolonha. Consiste num estudo onde relata sua fase inicial na África. Tornou-se capuchinho em 1639, no convento de Cesena. Como regra da ordem, mudou seu primeiro nome, mas fez questão de manter o nome de família. Especula-se que tivesse ascendência nobre (OLIVEIRA, 2011).

Dentre as missões religiosas, a ordem dos capuchinhos era a que tinha maior eficácia na conversão dos africanos. Em 1648, Montecuccolo publicou uma breve com várias informações do Congo e região. Cavazzi tomou conhecimento do trabalho e solicitou participar das missões evangelizadoras. Porém, só conseguiu isso muito tempo depois, chegando a Luanda somente em 1654. A partir de então, passou por várias regiões e chegou, por um curto período, a ser prefeito da missão em Matamba (OLIVEIRA, 2011). Durante um intervalo de aproximadamente cinco anos, escreveu sua obra baseado na experiência pessoal, na pesquisa de relatos e arquivos da Propaganda Fide⁷⁵, visto que não esteve em todos os lugares que descreveu. Portanto, é importante ressaltar que seu texto constitui-se num amplo conjunto de informações recolhidas também oralmente, por conta do seu longo convívio com os africanos.

Como outros capuchinhos, a função de Montecuccolo era efetivar a conversão dos africanos de forma moralizante, uma vez que os jesuítas, na época, eram acusados de enriquecimento e de não se dedicarem às missões de evangelização com afinco. Algumas observações da obra são pertinentes, a saber, que a descrição dos reinos abrangia regiões amplas, sem distinção das sociedades ou etnias com suas respectivas especificidades. Montecuccolo analisou os costumes locais sob a lente de um observador europeu, cristão, e que defendia o cristianismo como a verdadeira fé. Portanto, ele relacionou ao mal toda a dinâmica religiosa das comunidades que conheceu, considerando demoníacas suas práticas. Por isso, percebe-se que ele

⁷⁵ De acordo com Martins & Pieroni (2013), em 1602 o Papa Clemente VIII, com a Bula *Incrustabile Divine*, fundou uma organização denominada *Congregatio de Propaganda Fide* (Congregação para a Propagação da Fé) instituindo um novo e revolucionário vocábulo que seria disseminado e amplamente utilizado envolvendo ideias e produtos em expansão na Europa, a igreja usou a propaganda como ferramenta de propagação da fé e conversão dos povos pagãos.

teve dúvidas sobre a eficiência e real possibilidade da evangelização naquelas regiões (FONSECA, 2011).

Montecucolo descrevia a ausência de vestuário ou os casamentos poligâmicos sempre de acordo com o juízo de valor e segundo sua bagagem cultural e religiosa, atribuindo aos africanos uma “soberba” por eles não aceitarem de imediato sua fé e a suposta superioridade europeia. Com relação à etnia *jaga*, da qual a representante mais expressiva foi a rainha Nzinga, sob sua pena foi representada como o máximo da barbárie e selvageria, e descrita com adjetivação pejorativa. Mas, apesar de todos os preconceitos e estereótipos, a obra tem o mérito de recompor elementos das sociedades africanas centro-ocidental do século XVII (FONSECA, 2011).

Duarte Pacheco Pereira (1460-1533) foi uma figura importante da época das navegações. De 1448 a 1557 passou por quatro reinados, exercendo cargos como, por exemplo, cosmógrafo e administrador de províncias nas terras colonizadas. Sua obra *Esmeraldo de Situ Orbis* caracteriza a evolução da navegação portuguesa, mas também reflete a fase de transição do medievo para a época moderna. Como se trata de um relato de viagem, o texto aborda temas variados, desde aventuras vivenciadas pelo explorador, como a prática dos conhecimentos obtidos através dos relatos anteriores e pesquisas que realizou. A princípio, seu trabalho teria o objetivo de ser um livro de marinharia para orientar os viajantes posteriores nas colônias descobertas, apesar de considerada uma obra muito valiosa por seu conteúdo:

Com muita rafom & causa teemos fundada huma parte defta noffa obra na arte da marinharia fegundo He dito & apontado no fim do prólogo defte livro & por que della nos havemos deproveytar em todalas viagens que por mar ouvemos de fazer (Esmeraldo de Situ Orbis, cap. XI, p. 19).

O rei D. Manuel (1469-1521) impediu sua publicação. A mesma só ocorreria em 1892, por Raphael Eduardo de Azevedo Basto, embora em 1845 já existissem anteriormente fragmentos da obra (MARINHO, 2008).

O manuscrito original se perdeu e existem duas cópias consideradas as mais antigas, datadas do século XVII, conservadas em Portugal. Outras cópias sofreram suspeitas sobre autenticidade ou de ter sofrido alterações por autoridades portuguesas por causa da política de segredo. Seu trabalho reflete as transformações ocorridas em Portugal devido às expectativas geradas pela expansão marítima. O clima era de mudanças, e refletia o choque entre concepções

antigas, enraizadas na visão tradicionalista e religiosa do período medieval frente às novas perspectivas comerciais em terras distantes e totalmente diferentes da sociedade europeia. Uma característica bastante importante no trabalho de Duarte Pacheco Pereira é que sua descrição dos povos e costumes estava focada nos interesses comerciais ou de navegação. Ao detalhar os povos, ele se baseou apenas nos relatos dos portugueses ou falantes de português. Nesse sentido, sua etnografia está repleta do imaginário social português. Ele criticou obras anteriores, apontando situações fantasiosas ou mitos, evidenciando que seu escrito traduzia a mais absoluta verdade, visto que ele havia presenciado as comunidades e podia contestar as afirmações equivocadas de seus antecessores. Entretanto, o escritor utilizou dos mesmos recursos que criticou, e repetiu alguns erros (MARINHO, 2008).

O mercador veneziano Alvise de Cadamosto, conhecido como Luís de Cadamosto, aventurou-se em terras africanas em 1455. De origem aristocrática veneziana, não se sabe ao certo sua data de nascimento. Jovem e com dificuldades financeiras por causa das consequências da tomada de Constantinopla, ele seguiu para o ocidente e, a convite do Infante D. Henrique, tornou-se um viajante. Esteve na Ilha de Porto Santo, Ilha da Madeira, em Cabo Verde, Senegal, Gâmbia e Golfo da Guiné, sob a bandeira de expansão do cristianismo e luta contra os infiéis (particularmente mulçumanos). Entre outros interesses, os europeus tinham conhecimento e cobiçavam alcançar as terras do ouro, ou seja, a África Ocidental (CORREA, 2002). O espírito de aventura também impulsionou esses viajantes, e a busca de fortuna:

Achando-me eu Luiz de Cadamosto na nossa Cidade de Veneza em o anno do Senhor de 1444, sendo de idade de quase vinte e dous annos, e tendo já navegado por algumas partes destes nossos mares mediterrâneos, havia determinado voltar a Flandres, onde já huma vez tinha estado, com o fim de fazer fortuna, pois todos os meus pensamentos erão de exercitar a minha mocidade, trabalhando por todos os modos possíveis em adquirir cabedaes, para depois com experiência do mundo, em idade mais avançada, poder alcançar alguma occupação honrosa (Navegações de Luiz de Cadamosto, cap. I, p. 5).

Cadamosto participa das navegações num período intermediário de tentativa de estabelecimento do comércio com outros povos, por ordem do infante. Nesse contexto, estrangeiros como ele colaboraram com os portugueses ao agregar conhecimentos técnicos e náuticos. Ele escreveu *Viagens de Luís de Cadamosto e Pedro de Sintra*. Rompendo com a tradição da representação do negro africano baseado nos clássicos medievais, ele teve uma visão

considerada moderna e diversa da encontrada usualmente na literatura de viagem, sem orientar-se por influências bíblicas ou mitos presentes na cartografia medieval, nem recorrendo a autores clássicos como Heródoto (CORREA, 2002). Outro aspecto importante da obra é em relação aos grupos étnicos do atual Senegal. A especificidade de seu texto deve-se ao caráter com ênfase na antropologia africana. Embora mencionasse o aspecto físico dos africanos, ele procurou explicar as diferenças como resultantes da cultura e do meio, sem atribuir aos aspectos de cada sociedade noção de civilidade. Dessa forma, ele superou os escritos tradicionais.

Proveniente da Europa Central (Morávia), Valentim Fernandes viveu aproximadamente 25 anos em Portugal. Dominava quatro idiomas, e entre várias outras habilidades profissionais, foi tipógrafo, historiador e geógrafo. É provável que sua chegada a Portugal tenha sido por volta de 1494. De sua região de origem, ele deve ter aprendido o ofício de tipógrafo visto que, na Alemanha, o invento de Gutemberg de tipos móveis metálicos para impressão deu-se por volta de 1450. É provável que, na época de Valentim Fernandes, a imprensa já tivesse bastante avançada em seu país (HEITLINGER, 2008).

Fernandes se estabeleceu em Lisboa, cidade onde não havia conhecimentos técnicos na arte da tipografia, a não ser por alguns prelos judaicos. Ali, ele soube explorar bem seus conhecimentos. Foi o primeiro a imprimir livros com ilustrações em Portugal. A partir do *Livro de Marco Polo*, inicia-se um novo tipo de literatura, ou seja, os relatos dos viajantes com descrição de aventuras em terras distantes e exóticas – sem dúvida, um grande mercado para a época. Valentim foi nomeado corretor do mercado de Lisboa, pelo fato de dominar os idiomas e transitar pelas duas culturas. Dessa forma, ele pode tratar das transações comerciais das especiarias provenientes das expedições ultramarinas e destinadas à Alemanha. Deixando também os alemães atualizados sobre os descobrimentos portugueses. O Rei D. Manuel I confiou ao tipógrafo imprimir suas ordenações para que atingissem o maior número de comarcas, e em menor tempo (HEITLINGER, 2008).

Embora se tenha falado das habilidades de Valentim como tipógrafo, esse manuscrito é de grande importância, pois é fonte das primeiras descrições da costa africana no século XVI, em que o autor recolhe informações de marinheiros e outros viajantes. A obra contém o relato de viagem de D. Francisco de Almeida, escrito pelo alemão Hans Mayer; a descrição das Ilhas Maldivas; a descrição de Ceuta até Serra Leoa; a relação das ilhas do Atlântico até as ilhas de São

Tomé e Príncipe; a transcrição de uma parte da *Crônica da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara; o relato das memórias de Diogo Gomes, escritas por Martin Behaim, e um livro “de rotar”, da Galiza até a Mina. O texto apresenta ilustrações e mapas feitos por Valentim.

Gomes Eanes de Zurara (existem controvérsias sobre data e local de seu nascimento) foi cronista da corte de D. Afonso V. Nomeado guarda-mor da Torre do Tombo (1453), suas atividades abrangem de 1450 a 1470. Apesar de não ser nobre, reproduziu os valores da nobreza, enaltecendo tanto a posição quanto os objetivos do Infante D. Henrique. Portanto, sua obra apresenta o discurso oficial, como coloca BROCADO (1989): uma visão histórica e unilateral. Na terceira parte da obra *Cronica Del Rei D. Joam de boa memória* (1450), ele apresenta a *Crónica da tomada de Ceuta*; *Crónica dos feitos da Guinné* (1453); *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* (1463) e *Crónica do conde D. Duarte de Meneses* (1468).

A Crônica da Guiné valoriza os elementos da nobreza, e esse discurso pode ser verificado no texto quando se destacam os feitos heroicos de personalidades portuguesas:

O Iffante respondeo, que lhe prazia muyto, e que lho tiinha ainda emgrande serviço por lho assy requererem, Ca por ello davam exemplo aos outros que desejassem de seer capitaães de boa gente, e que fizessem por suas honras. E porem fez logo aly Lançarote cavalleiro, fazendolhe grandes mercees, segundo seus merecimentos e bondade requerya (Chronica do Descobrimento da Guinné, cap. XXVI, p. 139)

A descrição dos cavaleiros cristãos que seguem para uma guerra justa contra os pagãos, em nome de Deus, tem caráter doutrinário ao valorizar o comportamento desses nobres. Implicitamente, o autor os coloca como modelo de comportamento social a ser seguido, ressaltando que os portugueses estavam destinados a grandes conquistas (BERTOLI, 2011).

3.4 As almadias: relações do conhecimento marítimo e fluvial

Nosso objetivo aqui é identificar a relação homem-natureza, traduzida no conhecimento das técnicas para a sobrevivência e afazeres cotidianos através dos relatos dos viajantes e das descrições de algumas regiões da África. Apontamos alguns problemas em relação às fontes, a ser analisadas dentro do contexto nos quais foram produzidas: comercial, doutrinário e expansionista. Relevando esses aspectos, procuraremos os indícios importantes para o campo de ensino de ciências.

As fontes produzidas pelos portugueses deixam claro que os africanos tinham relação estreita com o mar. Porém, sua literatura de viagem é apresentada de forma a evidenciar apenas a atuação dos exploradores europeus. Madeira-Santos (1997) esclarece que, quando dos primeiros contatos com o litoral africano, no interior do continente existiam reinos e centros de poder e política. Para essas comunidades, o litoral não tinha grande importância, embora elas tivessem contato com a costa litorânea e trocas comerciais. O historiador africano Jean Devisse há muito dizia da necessidade de estudos aprofundados sobre a história marítima africana. Na mesma direção, Thornton colocou a importância da participação africana no mundo atlântico, a partir da marinharia.

As atividades no litoral estavam ligadas à navegação para alimentação das populações da costa e do interior, além da extração de conchas que, mais tarde, tornaram-se a principal moeda no comércio africano e atlântico. Logicamente, o contato com o estrangeiro desencadeou a demanda comercial pelo alimento e as conchas. Por sua vez, os portugueses puderam constatar que os *guinéus* eram habilidosos não só como nadadores, mas também na construção de *almadias* e *pirogas* – embarcações esguias e comprimidas, geralmente esculpidas no tronco de uma árvore, usadas para pescar e nas quais eles atingiam distância considerável mar adentro, com suas redes. Os primeiros contatos foram com os Jalofos do Senegal⁷⁶, cujas habilidades no mar foram observadas por Duarte Pacheco e Luís de Cadamosto:

(...) os negros defta cofta nom fom circumfisos; & andam nus, fom idolatras & he gente fem doutrina nem bondade fom grandes pefcadores & vão a pefcar duas &

⁷⁶ De acordo com Costa e Silva (2011), por volta de 1500 o império Jalofa dominava a costa desde o rio Senegal até o Gâmbia. O território tinha estado na esfera de domínio ou de influência do Mali até o século XIV, quando o rei Andiadiane conseguiu impor-se sobre vários grupos jalofos e sereres, e o império constituiu-se de cinco reinos.

três leguas no mar em humas almadias que parefem de tecer lam” (Esmeraldo de Situ Orbis, cap. 3, p. 63).

Outro dado importante é que esses guerreiros não demonstravam medo diante das caravelas. Muito pelo contrário, eles mostraram a possibilidade de as inovações descobertas poderem ser adaptadas a suas embarcações: “Não consideravam as caravelas, monstros marinhos ou qualquer outro elemento perigoso, mas manifestaram a capacidade de equiparar a função dos navios à função das suas frágeis canoas” (MADEIRA-SANTOS, p. 82).

No relato de Cadamosto encontramos que, na terra do Sr. Budomel⁷⁷, as embarcações eram admiradas e vistas como algo diabólico. Os naturais achavam que os portugueses dominavam algum tipo de encantamento para conseguir navegar com as caravelas. Mais à frente, ele descreve o ataque que sofreu na região do Gâmbia, surpreendido por almadias. De acordo com seus cálculos, eles chegavam a transportar aproximadamente cento e cinquenta guerreiros, os quais não se intimidaram com o barulho das armas, nem com o tamanho das caravelas, continuando o ataque e sem disposição alguma de fazer comércio:

(...) cobrimos os nossos Navios o melhor que pudemos, e nos armamos tomando nossos postos, bem que estivéssemos em Mao estado de armas; e em breve espaço chegando-se a nós, que nos deixamos estar quietos, vierão á proa do meu Navio, que era o primeiro; e repartindo-se em duas linhas me puzerão no meio. Contando as ditas almadias, achamos serem quinze em numero, e grandes, comoserião boas barcas, e deixando de remar, levantando os remos para o ar, estiverão a olhar para nós, como cousa maravilhosa: e examinando-os também com atenção, julgamos poderem ser cousa de cento e trinta até cento e sincoenta negros ao mais (Navegações de Luiz de Cadamosto, cap. XXXVIII, p. 48).

Em algumas regiões costeiras, como a descrita por *Cadamosto*, as almadias podiam alcançar distâncias mais longas por causa do relevo de fundo. Os bijagós⁷⁸ são descritos como os mais valentes e ousados. Eles se aproveitavam do fundo raso para fugir rapidamente, sendo impossível para as grandes embarcações persegui-los (COSTA E SILVA, 2011). O aumento da circulação de estrangeiros na costa litorânea provocou um tipo de tributação, como taxas que deveriam ser destinadas aos chefes da terra. Embora os cronistas da época não relatem, a

⁷⁷ Cadamosto refere-se a um soberano da primeira região que visitou no Senegal, com o qual conseguiu negociar escravos e outras mercadorias de seu interesse.

⁷⁸ Saíam os bijagós de suas ilhas, em longas embarcações adornadas na proa com a cabeça esculpida de um boi, para piratear o continente (COSTA E SILVA, 2011).

navegação fluvial para determinadas regiões só foi possível com a contratação de nativos, os quais possuíam habilidade e experiência nessas vias de transporte. Esses nativos também praticavam a navegação de cabotagem⁷⁹. Para o ataque a vilarejos pela costa, muitos desses pilotos faziam as rotas na rede marítima nas ilhas a São Jorge da Mina⁸⁰, rios do Golfo da Guiné. Eles não serviam apenas como auxiliares, mas chegaram a ocupar postos de comando, fato que desencadeou a proibição dessa prática através de documento régio. A navegação praticada pelos africanos foi essencial para o comércio entre portugueses e nativos, além de estabelecer a circulação das conchas marinhas (moedas) no trato atlântico (MADEIRA-SANTOS, 1997).

Nas fontes analisadas, a orientação técnica em relação às distâncias em léguas, a preocupação em registrar as longitudes, as manobras que deveriam ser realizadas para o acesso as ilhas etc., predominam em boa parte dos textos. Isso nos leva a crer que tais orientações foram adaptadas de acordo com a experiência dos guias e pilotos nativos. Outras funções também dependiam dos africanos. Aqueles capturados nos primeiros contatos, e que regressavam de Portugal nessas embarcações, serviam de intérpretes, recurso que *Zurara* observou ser fundamental em todas as expedições:

(...) e o outro em querer saber de sua presa; disse Nuno Tristan, que huu allarve que elle ally trazia que era servo do Iffante seu senhor, fallasse com alguu daquelles cativos, pera veer se entendya sua linguagem, e que se entendessem, que aproveitarya muyto pera saber todo o estado e condições das gentes daquella terra (Chronica do Descobrimento da Guinné, cap. XIII, pp. 78-79)

Em outras regiões costeiras, como por exemplo, os litorais do Índico, Costa e Silva (2011) enfatiza que as cidades *suaílis* tinham comércio de longa data com o interior e dependiam dos produtos da costa. Os artefatos de cerâmica encontrados no interior apresentam semelhanças com os produzidos ao longo dos rios, indicando que essas seriam as vias de contato. De vilarejo em vilarejo, as mercadorias eram transportadas por diferentes tipos de embarcações:

⁷⁹ Antigamente o termo restringia-se à navegação costeira. Posteriormente a cabotagem dividiu-se entre pequena e grande. A pequena cabotagem refere-se, ainda, à navegação costeira e a grande cabotagem a navegação de longo curso. Ver mais em: Glossário de termos náuticos Apra. Disponível em: www.apra.org.br acesso em 11/03/2015.

⁸⁰ Foi a primeira base permanente construída pelos portugueses na África subsaariana em 1482. Construída com o objetivo de escoar e defender o ouro proveniente das regiões auríferas do interior e, posteriormente torna-se o primeiro entreposto de escravos da era moderna. Ver mais em: PEREIRA, J. C. *Resgate do ouro na costa da mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião*. Lisboa: Separata Studia, n. 50, 1991.

Os zambucos e os pangaios faziam-se com pranchas de madeira leve, amarradas com cordas ou tamiça de coco. Não tinham qualquer pregadura metálica e calafetavam-se com massa de algodão e gordura. O pangaio era como uma jangada, com os lados baixos, e possuía dois mastros e velas latinas de esteira ou empreita de palma. Dos mesmos materiais eram as velas do zambuco – embarcação veloz, de fundo chato e proa aguda (COSTA E SILVA, 2011, p. 364).

Próximo ao oceano ou nos rios, as embarcações eram fundamentais para o transporte de mercadorias, entre os itens do comércio essas almadias também seriam negociadas principalmente nas regiões onde a abundância de árvores grandes fornecia a matéria prima para a construção de embarcações de um tronco só, notadamente as comunidades dos ijós, após e arogbos.

3.5 Metalurgia

(...) no certão doze ou quinze leguas do mar He achado huma geração de gente a que chamom fozos & eftes fom fenhores de muito ferro que trazem ha terra & há outras partes de que ham afaz proveito & cuidam que efte nome de ferra lyoa lhe foy pofto por aqui haver Lyõees (Esmeraldo de Situ Orbis, livro I, cap. 33, p. 57).

Para os portugueses que tiveram os primeiros contatos com os africanos, os povos que utilizavam artefatos de ferro seriam considerados mais evoluídos ou, poderíamos dizer, mais “civilizados”, de acordo com os padrões dos viajantes. Observamos na totalidade das obras a descrição das armas que os naturais usavam para combater os portugueses. Porém, o que nos interessa é a manipulação e a produção de artefatos de metais no continente africano.

Segundo M’Bokolo (2008), o estudo da metalurgia ficou restrito às regiões onde a história de grandes impérios e reinos se estabeleceu. Ele enfatiza, porém, que as primeiras manipulações do metal ocorreram provavelmente em pequenas aldeias, de forma bastante isolada. O fato de encontrarmos muitas pesquisas em locais onde existiram grandes organizações políticas (Estados) não quer dizer, necessariamente, haver uma correlação com o advento da metalurgia. Na perspectiva do difusionismo⁸¹, a manipulação do ferro se deu em 1500 a.C. entre os calibas, transmitida depois aos hititas⁸², os quais difundiram o segredo tecnológico entre os egípcios e, a partir daí, para toda África através de Cartago, pela “estrada dos carros”.

⁸¹ De acordo com M’BOKOLO (2008), a abordagem difusionista privilegia a transmissão de modelos sócio-políticos, culturais e técnicos a partir de “centros” reputados prestigiosos (como o Egito primeiro, depois Cartago e os estabelecimentos greco-romanos), para as periferias mais ou menos bárbaras, passivas e receptivas, como o resto da África. É recorrente a insistência sobre as “influências” do mundo mediterrânico sobre a África.

⁸² De acordo com AZEVEDO (1999), povo de origem indo-europeia que habitava a região da Anatólia (atual Turquia) desde a alta Antiguidade. O conhecimento desse povo começou pelo Antigo Testamento, onde são

Essa é uma das muitas hipóteses sobre a origem da metalurgia na África. Muito se escreveu em oposição a essa proposta, até por conta da concepção de que o avanço de um período histórico para outro seria, necessariamente, linear e sequencial. Por exemplo: da Idade da Pedra, um povo deveria passar pela Idade do Bronze ou do Cobre para só então chegar à Idade do Ferro. Contudo, ao que parece, esse fenômeno não ocorreu no continente, e as etapas “intermediárias” entre Pedra e Ferro foram transpostas, além de serem verificadas regiões em que um metal foi mais trabalhado que o outro:

(...) atee eftas terras Fe diz que elrey Dom Rodrigo que foy Rey de Espanha em feu tempo do effreyto de Cepta atee aly fenhoreou fendo emtom toda efa terra de criptaõs elle Fe chamou fenhor dos montes craros; & nelles há muito pam & frutas & muito mel & cera & huvas paffadas & muito ferro & cobre & muyta coyrama & auguas boas & faborofas como outras coufas de muito proveito que os moradores deftas terras ao porto de Meca veem vender (Esmeraldo de Situ Orbis, cap. XXI, p. 35).

Atualmente, a tendência das pesquisas arqueológicas é procurar regiões que forneçam informações mais detalhadas acerca dos processos e contextos da manipulação do ferro (M'BOKOLO, 2008).

Na África Meridional⁸³, a introdução da metalurgia foi acompanhada de mudanças no modo de vida das populações. Os sítios arqueológicos fornecem pistas da cultura material e das comunidades que aí viveram. As pesquisas são baseadas em sistemas de classificação nos artefatos de cerâmica encontrados, comparando-se os estilos de produção, de modo a procurar estabelecer a interdependência ou não das comunidades, da introdução da agricultura, da maior permanência nos locais, a construção de habitações etc., elementos pesquisados nos sítios arqueológicos. Embora não seja possível determinar com exatidão o início e o término da Idade do Ferro Antiga, observam-se variações regionais. E algumas localidades, o período pode ser estendido até a época da cerâmica moderna (PHILLIPSON, 2010). A metalurgia é introduzida

mencionados como “heteanos”. Sua presença no Oriente data do III milênio, quando os grupos indo-europeus penetraram na Anatólia e na Grécia, oriundos do Mar Negro.

⁸³ A referência a essa porção do continente africano, nesta pesquisa, é devida à formação e composição da sociedade brasileira. Segundo Lopes (1988), a rota do tráfico português para o Brasil foi caminhando a costa africana até atingir os territórios bantofones, a partir de 1482. Nesses territórios, os locais onde o tráfico vai se concentrar serão a costa atlântica (entre o Cabo Lopo Gonçalves, no Luanga), o rio Coporolo (ao sul de Benguela) e a costa oriental, principalmente entre o Zambeze e o Limpopo, no atual Moçambique.

nessa região já como técnica constituída, provavelmente pelo contato com outros povos que trouxeram o conhecimento tecnológico pronto, visto que as pesquisas na região indicam que não houve um processo anterior que foi sendo modificado ou aperfeiçoado. Da mesma forma, não ocorrendo de maneira uniforme em toda África meridional, alguns grupos permaneceram no seu modo de vida tradicional, utilizando utensílios de pedra.



Fig. 7. Fonte: PHILLIPSON, D. W. *África meridional: sítios da Idade do Ferro Antiga*. In: *História geral da África, II: África antiga*. Brasília. Unesco. 2010.

Na região da Zâmbia meridional (Angola e Malavi), as datações revelam que a tecnologia do ferro apareceu na era cristã. Nos sítios foram encontrados ossos de animais, cuja análise biológica indicou a criação de gado. Nas ruínas das habitações, algumas mostram restos do que provavelmente seriam fornos de fundição e materiais como conchas marinhas, revelando algum tipo de atividade comercial. Os utensílios encontrados são diversos: facas, pontas de lanças e teclas de um instrumento musical feito com metal (sanga) nas urnas funerárias, junto a restos mortais, adornos de ferro e enxadas (PHILLIPSON, 2010).

No Zimbábue, as peças encontradas nos sítios arqueológicos seguem a mesma tipologia. As cerâmicas apresentam semelhanças e são divididas em três categorias (Ziwa, Zhisó e

Gokomere), de acordo com as regiões nas quais foram encontradas. Em algumas localidades também foram encontrados artefatos de cobre. Porém, ao que tudo indica, sua utilização foi bem mais tardia. Outro dado importante é a presença de sementes nas urnas, esclarecendo assim, de longa data, os alimentos cultivados:

A cerâmica dita de Ziwa, do nordeste do Zimbábue, foi reconhecida inicialmente na região de Inyanga; a cerâmica de Ziwa mais antiga apresenta inúmeros pontos em comum com as Gokomere, mas sua decoração tende a ser mais elaborada. No momento, é o chamado “Local das oferendas”, sítio ainda não datado, localizado no monte Ziwa, perto de Inyanga, que melhor nos informa sobre essa cerâmica. Os achados a ela associadas incluem utensílios de ferro, objetos de cobre, contas de concha e um fragmento de cauri importado. Grãos de painço e sementes de abóbora estão visivelmente associados à ocupação humana da Idade do Ferro Antiga (História Geral da África, vol. II, cap. 27, p. 764).

Para a região abordada, as cerâmicas encontradas indicam a manipulação do ferro na era cristã. Ossadas de animais nos sítios de maior densidade demográfica indicam a predominância de espécies selvagens, apontando a caça como atividade principal. Com a entrada na Idade do Ferro recente, verificou-se o aumento considerável de ossadas de animais domésticos, ou seja, uma mudança da caça para a criação de animais. Quanto à mineração, admite-se que as escavações fossem superficiais para obtenção do minério, com a utilização de algum duto de ar (Fig. 8). Elas ocorriam em pequena escala nas aldeias, com a finalidade de produção de artefatos para o cotidiano como lanças, por exemplo (PHILLIPSON, 2010).



Fig. 8. Fonte: MURRAY, J. Ferreiro de Uvinza, no Oeste da Tanzânia, utiliza foles cobertos de pele e conduto de argila, com uma fogueira de carvão de lenha capaz de dar calor suficiente para que o ferro seja manipulável. Em toda a África são utilizadas técnicas similares atualmente. In: África: O despertar de um continente. Barcelona: Ediciones Folio, 2007, p. 47.

As evidências arqueológicas apontam que o cobre foi manipulado na Idade do Ferro, de maneira esparsa em poucos locais. Sua utilização foi na produção de adornos, indicando, portanto, um material valioso. Dos três metais mais explorados em relação ao ouro, parece que sua manipulação durante a Idade do Ferro ficou restrita ao Zimbábue e regiões adjacentes. Hermenegildo Capelo (1841-1917) e Roberto Ivens (1850-1898), oficiais da Marinha portuguesa, empreenderam no final do século XIX duas expedições científicas nas regiões do Zaire, Zambeze e litoral de Angola, produziram relatos e nos fornecem uma ideia da manipulação de metais na região, em relação ao cobre COSTA E SILVA (2012) transcreveu:

Supérfluo será citar aqui o processo indígena da exploração, que é assaz primitivo e baseado na fragmentação. O metal derrete-se em fornos ou panelas, donde deriva por tubos ou calhas feitos em argila, para moldes, que variam desde a forma aproximada da cruz de Malta, até linguado mais ou menos longos, redondos ou quadrangulares. A gente de Catanga faz com este metal numerosos artefatos, manipulando-o de modo facilimo” (Imagens da África, p. 443)

As pesquisas remontam a pré-história. Porém, a destruição das minas (mineração) prejudicou sítios arqueológicos importantes. Muitos objetos de ouro foram saqueados no início da colonização europeia, inviabilizando pesquisas mais aprofundadas. Entretanto, o que foi possível

apurar é que a exploração do ouro foi intensificada após a Idade do Ferro Antiga (PHILLIPSON, 2010).

Na África subsaariana, a entrada na Idade do Ferro Antiga também desencadeou mudanças sociais. A sobrevivência passa gradativamente da coleta de alimentos e da caça para formas de cultivo de alimentos e criação animal. A fabricação de utensílios de pedra e madeira é substituída por artefatos de metal, embora as pedras continuassem a ser utilizadas. Dessa transformação também resultam as primeiras formações políticas (Estados) em torno de comunidades mais densas e complexas, diferentes da África meridional. Estamos nos referindo ao período que abrange de forma generalizada o último quarto do século I da era cristã (POSNANSKY, 2010).

A desigualdade e extensão das pesquisas arqueológicas constituem um grande obstáculo para recompor de maneira satisfatória o passado de muitas regiões da África subsaariana. Até o momento, as pesquisas mais aprofundadas ficaram restritas a Senegal e Chade:

(...) também trazem alguns alfanges mouriscos, á maneira de meia espada Turquesca, isto He, voltadas como hum arco, e são feitas de ferro sem nenhum aço, porque do Reino de Gambia de Negros, que jaz mais além, tirão o ferro, de que fabricam estas armas; mas não tem aço como já disse, ou verdadeiramente, se o há onde há ferro, não o conhecem, ou não tem industria para fazello (Navegações de Luiz de Cadamosto, cap. XX, p. 29).

Entre os metais manipulados para essa região, temos o cobre, cujos indícios dão conta de que ele já era explorado antes da Era cristã. Entretanto, quanto a isso não é possível indicar uma data precisa ou aproximada. O que pode ser apurado é sua ocorrência na Mauritânia (início da manipulação), Mali e Níger, mas somente se adentramos no segundo milênio. Alguns autores acreditam que a tecnologia do cobre foi difundida aos africanos pelo contato com o Marrocos. Já os textos árabes indicam o comércio do metal nas rotas saarianas, provavelmente desde o século VIII. Entretanto, há divergências entre os especialistas quanto a essa data, considerada muito antiga (POSNANSKY, 2010).

A localização das jazidas de cobre poderia ser no Mali, não sendo possível afirmar com exatidão. Nas pesquisas em túmulos foram encontrados objetos de cobre, prevalecendo o maior número de achados arqueológicos ainda na parte sul de Zâmbia e Zimbábue (África meridional).

Os métodos de mineração e manipulação do cobre carecem de muita pesquisa, para serem elucidados.

Os chamados iorubás podem ser oriundos do Egito ou Etiópia, e desenvolveram seus reinos na Nigéria, Benin e Togo. A maioria dos pesquisadores aponta que duas cidades, Ifé e Oyó, produziram uma técnica especial de esculturas de cabeças humanas em terracota, um estilo artístico único. Através de lendas provenientes dessas regiões, é possível verificar as influências profundas na sociedade brasileira, tanto no que tange a questão cultural como religiosa, principalmente os cultos aos orixás, desenvolvidos na Bahia. Além de chamar a atenção para uma arte realista e com riqueza de detalhes, as esculturas em bronze encontradas na cidade de Ifé (Fig. 9) atestam o desenvolvimento de sofisticadas técnicas em metalurgia.



Fig. 9. Fonte: MURRAY, J. Esta estatueta provavelmente representa um ONI adornado com indumentárias reais (bronze) e à esquerda, um anão, uma das peças mais naturalistas achadas no Benin por volta do século XVI. In: *África: o despertar de um continente*. Barcelona: Ediciones Folio, 2007, p. 87.



Fig. 10. Fonte: MURRAY, J. Fundição de bronze, este cavaleiro, de porte um tanto afetado, pertence à fase média do período situada por volta do século XVII. In: *África: O despertar de um continente*. Barcelona: Ediciones Folio, 2007, p. 87.

Outras peças impressionantes também foram encontradas no Benin (Fig. 10), o que evidencia a ligação harmoniosa entre esses reinos, embora cada qual houvesse sua autonomia administrativa. A arte desses povos foi dividida em fases. Infelizmente o declínio da produção escultórica da região coincide com o tráfico negreiro e as guerras (LOPES, 1988).

Quanto ao bronze, as esculturas da Nigéria são bastante conhecidas. Muitos livros e textos que tratam da Arte africana reproduzem imagens de peças únicas no estilo e materiais utilizados. Existe um grande acervo de esculturas distribuídas nos museus, principalmente da Europa. Boa parte desse material é proveniente do Oeste e Centro da África, e algumas hipóteses são colocadas para explicar a maior incidência nessas regiões. Uma das explicações possíveis seria a disponibilidade e abundância de materiais dos povos que habitavam as florestas tropicais e as savanas e que, portanto, produziam mais utensílios. Outra possibilidade seriam as condições políticas que, de alguma maneira, proporcionaram mais estabilidade social e produção de peças. Seguindo esse tipo de argumento, os reinos iorubás do Oeste da Nigéria, os Kubas, da República Democrática do Congo e os Bamuns, de Camarões, são exemplos de vasta produção de esculturas, trabalho em metais e tecelagem (MURRAY, 2007).

A manipulação de metais, em especial o ouro, estava relacionada à organização política e cultural da comunidade. Os adornos de ouro eram usados como símbolos que distinguiam os chefes do restante da população:

Tem esta gente as orelhas furadas, com buracos por todas ellas, em que trazem diversos anéis de ouro huns após os outros, todos alinhados; e também tem o nariz furado no meio em a parte inferior; e nelle trazem pendurado hum anel de ouro do mesmo modo que entre nós trazemos búfalos: e quando querem comer tirão, uzando delle tanto os homens como as mulheres. Dizem também que as mulheres dos Reis e Senhores, ou dos homens ricos deste paiz, todas tem nas suas partes genitae, do mesmo modo que nas orelhas, alguns furos, em que trazem por dignidade, e como prova de grandeza e estado anéis de ouro, os quaes tirão e põem a seu arbítrio (Viagem de Pedro de Sintra In: Navegações de Luiz de Cadamosto, cap. II, p. 67)

Nas regiões ao sul do deserto do Saara, o sal também é considerado um mineral valioso. Nas comunidades de clima extremamente seco, o início do período da exploração do sal é incerto. Contudo, recorrendo novamente aos textos árabes, sabe-se que o sal foi um produto muito importante no comércio no primeiro milênio:

Sobre a dita escala de Guaden, mais pela terra dentro obra de seis jornadas, há uma povoação, que se chama Tagaza, que em nossa lingoagem quer dizer carregadouro, donde se tira huma grandíssima quantidade de sal de rocha, que todos os annos He levada para Tombuto, por grandissimas Caravanas de camelos dos sobreditos Arabes e Azenegues, partidas de diversas partes, e dahi vão a Melli, que he Imperio de Negros (Navegações de Luiz de Cadamosto, cap. XII, p. 19).

É possível que sua exploração tenha ocorrido inicialmente na superfície dos depósitos salinos, mesmo porque eles apresentam uma coloração bastante diferente em relação ao restante do terreno, conforme analisado em vários sítios da África subsaariana. Sua obtenção ocorria através de técnicas distintas: “O sal provinha igualmente de fontes salgadas em Kibiro, onde um sistema aperfeiçoado de ebulição e filtragem dataria do primeiro milênio, pois a ocupação do sítio dificilmente se poderia explicar de outra forma” (História Geral da África, vol. II, cap. 27, p. 807).

As técnicas que consistiam na fervura de ervas provenientes de regiões com alto índice de salinidade no solo. Posteriormente, fazendo-se a evaporação, foi conservada até o século XIX. Os artefatos filtradores, por exemplo, são comumente encontrados em sítios datados da Idade do Ferro (POSNANSKY, 2010).

Na região de Suazilândia, as pesquisas revelam exploração antiga de minerais metálicos. Entretanto, não existe documentação satisfatória sobre minas de ferro na África subsaariana. A hipótese é a de que a extração fosse feita na crosta laterítica, na Senegâmbia – região abundante

de megálitos. Ali, a mineração do ferro teria sido ampla, e talvez sua fundição tenha ocorrido a partir da utilização da laterita, sugerindo a origem autônoma e indígena da tecnologia do ferro na África. Quanto ao ouro, sendo esse o metal mais precioso e cobiçado pelos exploradores europeus, ele foi comercializado na África ocidental, sem a localização precisa das minas. Esse fato consistiu numa estratégia das comunidades mineradoras de ouro. Devido a tal situação, não se pode afirmar sua exploração anterior ao século IX. As regiões conhecidas como Bambuk e Buré (Guiné e Mali) são mencionadas como zonas de exploração aurífera (COSTA E SILVA, 2011; POSNANSKY, 2010).

As mós e outros utensílios de pedra polida são bastante frequentes nos sítios arqueológicos, como também as pedras semipreciosas encontradas na forma de contas em toda África subsaariana, as quais posteriormente foram substituídas por contas de vidro. É muito provável que, desde a Idade da Pedra, ocorresse algum tipo de comércio a base de troca. A necessidade de produção de alimentos restringiu a maior permanência nos locais, obrigando a deslocamentos apenas sazonais. Pode ser que esses elementos favoreceram a troca de produtos necessários, não encontrados localmente:

Estes reys nõ dam seu ouro por nenhuã mercadoria tato como pello sal, porq o come e assy as sua animálias, dizado q sem sal nõ se poderia mãter ne viver elles ne seos gaados (O manuscrito Valentim Fernandes, p. 52)

Assim, a partir do momento em que os metais adentram essas trocas, ocorreram naturalmente as mudanças sociais. Contudo, POSNANSKY (2010) adverte que devemos ter o cuidado de não atribuir grandes proporções a esse comércio, que só foi ampliado com os processos de colonização da África setentrional⁸⁴.

As famosas esculturas de Nok e os bronzes de Ifé e Igbo-Ukwu foram encontrados por acaso e não podemos determinar com exatidão os locais de origem ou as sociedades que as produziram. Os dados sobre a fundição do bronze na Nigéria necessitam de mais pesquisas, visto que algumas regiões poderiam ter muitos centros produtores, como no caso do Benin, onde as técnicas de fundição e a produção de esculturas eram exclusivas de apenas determinados

⁸⁴ Parte do continente africano onde estão os seguintes países: Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Saara Ocidental e Egito. (PHILLIPSON, 2010).

membros da comunidade, ligados à posição de chefes. Nessa região foram encontradas peças que datam do século XII.

Conclui-se que a África subsaariana passou gradativamente da vida sedentária – caça e coleta – para a agricultura. Com o advento da metalurgia do ferro e outros metais, as comunidades aumentaram e se estabilizaram por mais tempo em alguns pontos. Porém, a taxa populacional antiga é baixa, e os dados arqueológicos fornecem evidências da degradação das matas para ocupação. A maior parte do povoamento se deu nas regiões de boa fertilidade, pela proximidade dos rios e florestas. Além de fonte de alimentos, os canais fluviais foram vias de transporte e comércio. Gana foi a região mais próspera, de maior crescimento demográfico e comércio ativo relatada pelos árabes, o que estimulou as transações comerciais a longa distância. Os objetos encontrados nos sítios arqueológicos – aqueles provenientes de sepulturas – indicam a posição social do indivíduo na organização das classes. Os restos mortais, acompanhados de objetos de ouro, por exemplo, indicam que o indivíduo era pessoa importante naquele meio social. Em algumas regiões (no Chade, o caso mais notório), os sítios fornecem provas de que o desenvolvimento das técnicas metalúrgicas foi acompanhado de desenvolvimento com consequências na economia e estrutura social.

De acordo com as fontes analisadas nesta pesquisa, embora os viajantes relatem de modo geral o uso do ferro nas armas utilizadas pelos africanos, e deem mais atenção ao ouro por seu valor comercial, é importante demonstrar que, ao longo da história do continente, houve o desenvolvimento de técnicas e manipulação dos metais com os quais foram produzidos artefatos necessários ao contexto africano.

3.6. Plantas: cultivo e usos diversos

O contato entre os continentes teve proporções que influenciaram profundamente o meio ambiente, os sistemas de produção agrícolas e a troca de espécies. Boa parte desse intercâmbio ocorreu pela via da escravidão, através do grande número de cativos africanos que atravessaram o oceano, levando diferentes práticas e conhecimentos, atuando na disseminação de espécies africanas, aclimatação e domesticação de outras, em várias partes do mundo. Esse aspecto da participação africana, nas trocas de produtos agrícolas e espécies botânicas, ainda não foi objeto de devida investigação (CARNEY, 2001).

Plantas de origem africana chegaram a vários pontos das Américas, nos navios negreiros, e serviam de alimento e remédio durante as longas travessias do Atlântico. Uma vez em terra firme, elas foram cultivadas em áreas de subsistência pelos e para os cativos. No continente africano, as espécies foram manejadas de acordo com as condições climáticas, forçando o desenvolvimento de técnicas que pudessem garantir o plantio e a sobrevivência das populações em regiões semiáridas⁸⁵ (CARNEY, 2001).

Recorreu-se as pesquisas que buscaram elucidar o surgimento da agricultura no continente africano a partir da pré-história, com algumas diferenças. De modo geral, as teses colocam que a agricultura se desenvolveu lenta e tardiamente em algumas regiões da África, porque essas seriam áreas com abundância de água e florestas onde se praticava a recolha de frutos e outros alimentos. Entretanto, a atividade principal seria a pesca – cultura aquática – e a caça (COSTA E SILVA, 2011).

Após um longo período de ressecamento, as terras verdes e úmidas deram origem ao que atualmente são os desertos. Esse fenômeno fez com que ocorresse gradativamente o deslocamento das populações para as zonas mais favoráveis. Nesses locais ocorreu a experimentação com novas espécies, propiciando uma agricultura arcaica, daí surgindo várias hipóteses sobre a invenção da agricultura de forma autônoma e independente em regiões da

⁸⁵ De acordo com COSTA E SILVA (2011), um terço da África pertence aos desertos e semidesertos: o do Saara, o da Líbia, o da Dancália, o da Somália, o Kalahari e o da Namíbia. Desertos de pedras e dunas, com tufo esparsos de capins acanhados e cactáceas. Em alguns pontos há tamareiras, aloés, acácias e sisal. Em vastas áreas, a estepe é sequíssima. Ao aumentar a escassa vegetação, entra-se naquele tipo de paisagem que, ao sul do Saara, chama-se Sael, com sua estepe difícil e pobre.

África – hipóteses, todavia, baseadas principalmente nas espécies de arroz, sorgo e milhete (M'BOKOLO, 2008; COSTA E SILVA, 2011). É possível que a agricultura tenha chegado à Etiópia (onde já se desenvolvia algum tipo de plantio indígena) pelo Egito ou pela outra porção do Mar Vermelho:

Nesta serra de Baffor nace trigo cevada e milho de Guynee. Semeã em a metade darea onde Deos nuca da herva, e faze huã cerca de rama de tamaraes e derrador quãto cada huu tem semeado. E na meetade do semeado faze huu chaffariz, e arma lhe huã picota pera tirar agoa co cubo, co a qual agoa rega ho semeado e ahy se cria muyto alto e muy fremoso e assy toda outra cousa q quere semear como alhenã e outras hervas a nós ignotas (O manuscrito Valentim Fernandes, p. 50).

O *tef* é um tipo de cereal miúdo com o qual se fabrica pão. A *ensete* é uma espécie de bananeira, da qual se aproveita o caule e os brotos consumidos cozidos, como legume; o *noog* é uma espécie oleaginosa. Todos esses vegetais são encontrados na África e na Índia, espécies seriam originárias da Etiópia. A prática do cultivo poderia ter sido através do contato com os povos do Oriente Médio. Porém, ressalte-se que os africanos já consumiam os alimentos descritos, com outras espécies provenientes do Oriente agregadas a sua alimentação. Entretanto, essas também são hipóteses baseadas nos trabalhos de Nicolai I. Vavilov – mesmo porque não existem provas arqueológicas que possam comprovar o início da agricultura na Etiópia ou ao sul do deserto do Saara, como já foi proposto (COSTA E SILVA, 2011).

Em suas respectivas narrativas, Cadamosto, Duarte Pacheco e Valentim Fernandes informam sistematicamente sobre cada região a que chegavam, e quais eram os produtos que constituíam a base alimentar dos locais:

(...) ha jente que nefta terra habita fom guoguolys & beafares, & fom fogeitos ha elRey dos mandiguas & eftes fom muito negros de color, & muitos delles andam nuus & outros veftidos de panos dalguodama quy fe refguatam efcauos feis & fete por um cauallo ainda que nom feja boa & algum ouro ainda que he pouco por pano vermelho & por lenço & por humas pedras a que chamam alaquaquas & tambem lhe chamamos de eftancar fangue; efta gente tem muita abaftança darroz, milho & ynhames & gualinhas & vacas & cabras & quafy todos eftes fom macometas (Duarte Pacheco Pereira, livro I, cap. 31, p. 53).

No trecho acima do *Esmeraldo de situ orbis*, o autor escreve sobre a abundância de arroz, milho e inhame. Como explicar a procedência desses alimentos num período em que os contatos iniciais com o continente africano ainda estavam se estabelecendo e sendo que as viagens de

exploração comercial e, portanto, de trocas de mercadorias agrícolas, ainda seriam intensificadas no final do século XVIII (OLIVA, 2004). Pode-se concluir, então, que já existiam sistemas agrícolas, mesmo que em pequenas proporções, para fim de subsistência, e que ocorria o comércio à base de troca com regiões ou comunidades de agricultores. Sob esse aspecto, Costa e Silva (2011) esclarece que a agricultura e outras atividades como a pesca e a criação de gado eram exercidas por grupos específicos, com poucos exemplos de regiões⁸⁶ que as realizam simultaneamente.

Quanto ao arroz africano, é amplamente aceita a teoria de Roland Portéres de que no delta do Níger e África tropical já existia o plantio das espécies *Oryza globerrima* e *Oryza breviligulata*, ambas diferentes da espécie *Oryza sativa* (asiática). Durante muito tempo a origem do arroz foi atribuída à Ásia. Entretanto, o pesquisador coloca que a espécie *O. globerrima* foi domesticada no Níger. Após sofrer alterações, foi deslocada para a Ásia e reintroduzida no continente africano pela costa oriental, ficando assim evidente que houve um processo de trocas botânicas entre a África e Ásia, numa via de mão dupla (M'BOKOLO, 2008; COSTA E SILVA, 2011). Outra planta de origem africana, domesticada na Etiópia, é o café. Seu processamento e difusão na África ocorreu a partir do contato com os mulçumanos. Apesar de ser uma bebida estimulante, era permitida de acordo com os fundamentos religiosos do Islã. Sua disseminação e a ampliação de seu consumo se deu aos europeus, que desenvolveram as primeiras plantações no Ceilão (CARNEY, 2001).

Em relação às técnicas e aos agricultores, é importante a distinção dos mesmos em relação às regiões de plantio – floresta ou savana –, nas quais as práticas são diversas:

O modo por que lavrão he o seguinte: quatro ou cinco delles põem-se no campo, com baldes, ou pás pequenas á maneira de enxadões, e vai cada hum deitando a terra por diante, ao contrário do que fazem os nossos, que quando cavão puxão a terra para si com as enxadas, e estes a deitam para diante os baldes; e não profundam senão quatro dedos (Navegações de Luiz de Cadamosto, cap. XVI, p. 35).

⁸⁶ No Norte do Quênia existem tribos divididas em duas alas: uma pastoral, composta pelos jovens, e outra que cultiva a terra, executada pelas mulheres, crianças e idosos. (Idem).

Para o plantio na floresta, o predomínio foi o da agricultura deambulante, que consistia em abrir espaço na mata e cultivar o solo com instrumentos simples⁸⁷. Após um período de aproveitamento do solo, eles seguiam para outros locais. O aumento demográfico fez surgir outro modo, o plantio rotativo, nas adjacências das aldeias, ocupando-se apenas uma área para a lavoura e alternando o plantio por vários anos, de maneira que cada área cultivada passava por um período de descanso e recuperação. O rendimento agrícola dependia de vários fatores, como: a baixa fertilidade dos solos⁸⁸; a possibilidade de cultivo permanente em poucas áreas férteis; a regularidade das chuvas; longos períodos de seca, ou a necessidade de aumentar a produção de alimentos em pequenas áreas seguras e escondidas, por causa dos inimigos de etnias envolvidas com o lucrativo tráfico negreiro. Portanto, nesse contexto, a atividade agrícola foi diversa na África (COSTA E SILVA, 2011).

A importância dada ao abastecimento dos navios negreiros com produtos originários do continente e usuais na dieta dos cativos seria estratégia para garantir a sobrevivência dos escravos no percurso. Eles cuidavam de calcular as provisões, a fim de que fossem suficientes para a quantidade de escravos transportados. Há a informação de que o inhame era a base da dieta alimentar (CARNEY, 2001). O nome *inhame* foi genérico a várias espécies de plantas que constituíam a base alimentar de vários povos na Ásia, África e América, relatado nas fontes e transportado nas caravelas portuguesas.

Nas savanas prevaleceu a agricultura de cereais, como o sorgo⁸⁹ e o milho miúdo, apesar de que o arroz também podia ser encontrado na floresta. As técnicas agrícolas eram modificadas, consoante com as situações enfrentadas pelas comunidades. Além disso, o agricultor africano utilizou também, como outros povos, a aclimação e domesticação de espécies africanas de diversas regiões, bem como espécies estrangeiras. Nas savanas predominavam celeiros para armazenamento dos grãos, e esses chamavam a atenção pela quantidade e formas.

⁸⁷ Segundo Costa e Silva (2011), os agricultores empregavam utensílios muito simples: o pau de escavar, a enxada geralmente de cabo curto, e a pá. Somente na Etiópia foi conhecido o arado, antes da influência europeia.

⁸⁸ A terra que semeia é pobre e perde rapidamente os nutrientes por causa da insolação excessiva, queimando a matéria orgânica e acabando com os microrganismos. Assim, ocorre oxidação dos húmus e a lixiviação pelas chuvas, tornando o subsolo impermeável pelo acúmulo de sais (Idem).

⁸⁹ Planta do gênero *Sorghum*, conhecido no Brasil como milho-zaburro, mapira em Moçambique; reúne vinte e quatro espécies nativas da América central, Ásia e África, está entre os cereais mais produzidos no mundo. Para saber mais: PEREIRA, A. B.; PUTZKE, J. Dicionário brasileiro de botânica. Curitiba: Editora CRV, 2010.

O conhecimento das ervas que podiam ser utilizadas como veneno é observado nos relatos. A passagem a seguir refere-se aos *Barbacinos e Sereres*, do Senegal:

São grandes idólatras, não têm religião alguma, e são homens cruelíssimos: uzão de arco com frechas, mais do que nenhuma outra arma; e atirão com ellas envenenadas, de modo que tocando a carne, logo que fazem sangue, morre o ferido immediatamente (Navegações de Luíz de Cadamosto, cap. XXXV, p. 45).

Outras espécies de propriedades sedativas eram empregadas na caça de elefantes. Os animais atingidos por dardos ficavam entorpecidos antes de serem alvejados pelos caçadores. Uma estratégia semelhante foi observada e relatada no Brasil, porém como técnica de pesca entre grupos indígenas que montavam armadilhas nos rios com plantas que narcotizam os peixes que, posteriormente, são recolhidos sem maiores esforços (COSTA E SILVA, 2011). Outra técnica bastante peculiar era a obtenção de sal (produto valioso e escasso, em algumas regiões da África) através da queima de caules e raízes de plantas dos mangues. As cinzas se depositavam na água e, através da evaporação, obtinha-se o produto. O conhecimento e manipulação de venenos foi motivo de grande preocupação nas Américas, no período da escravidão ativa. Carney (2001) aponta que os fazendeiros tinham grande temor de serem envenenados por seus escravos.

Nas fontes analisadas, encontramos poucos relatos que seja mais pormenorizado sobre o uso medicinal das plantas:

Aqui ha hum paaõ que se chama balamban, o qual teem ha fuprificie branca & ho cirne de dentro he tam negro como corno de bufara & taro duro como hum afio do qual se faz nefte Reyno muitas coufas & efte paaõ feyto em poo & dado em augua a beber a quem tiuer toffe faz muito proueito; & efte Rio he muito doentio de febres (Duarte Pacheco, livro I, cap. 27, p. 47).

Os africanos em cativeiro precisaram utilizar seus conhecimentos de plantas medicinais para o tratamento de suas doenças, uma vez que eles não tinham nenhum tipo de assistência por parte dos senhores de escravos. Essa herança botânica permanece viva na chamada cultura popular nas Américas, muito evidente no Brasil, nas regiões de remanescentes de quilombos e no interior de vários Estados, onde encontramos os curandeiros, mateiros e rezadeiras (CARNEY, 2001).

Para as denominações utilizadas, é importante atentar que o nome *milho*, usado pelos cronistas, era genérico para diferentes espécies grãos. Os portugueses estavam habituados a algumas delas para a produção de pão, como a espécie *Pennisetum glaucum*, conhecida como milho africano. Os navios eram abastecidos com produtos africanos para consumo dos escravos, e também transportaram sementes e mudas para o Novo Mundo. Encontrando boas condições de fertilidade de solo e clima, os colonizadores logo empreenderam fazer plantações. Nesse intercâmbio, o continente africano ficou na vantagem pela quantidade de alimentos, com e suas respectivas culturas vindo a ser introduzidas na África (FERRÃO, 2013).

3.7 Outros conhecimentos

A escrita

Ao falar dos jalofo, encontramos a seguinte passagem na obra de Valentim Fernandes: **“El Rey e todos seus fidalgos e senhores desta província de Gillofa som maffometanos e tem seus bisserijs brãcos q som clérigos e pregadores de maffoma os quaes sabem esprever e leer (p. 65)”**.

Nessa passagem, interessa-nos a escrita. Ao longo de pelo menos três séculos, foi nessa região (atualmente República do Mali, que abrange parte do sul do deserto do Saara, fazendo fronteira com Argélia, Níger, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné, Senegal e Mauritânia), que se estabeleceu um comércio intenso por rotas do deserto. Ali foram proeminentes os impérios de Gana, Mali e Songai. Fontes que indicam que Gana foi conhecida como “a terra do ouro”.

O império do Mali começa sua ascensão no início do século XIV, e vai até o XVI. Por conta do comércio transaariano, desenvolveram-se estruturas políticas e culturais muito peculiares. Povos de diferentes etnias organizaram-se de modo a conviverem juntos e reconhecer a autoridade de um único chefe denominado *mansa*, além do contato com o mundo mulçumano. Através da interação com os árabes, uma parcela da população africana da região converteu-se ao islamismo, de uma forma interessante de acomodação e transformação religiosa. De acordo com Costa e Silva (2011), alguns aspectos da religião oriental, de caráter universal, e atrelados à estrutura de Estado, promoveram a difusão do Islã na África subsaariana, com uma conversão que não rompeu necessariamente com as práticas religiosas locais.

Uma vez convertidos à fé islâmica, os grandes chefes do império do Mali propiciaram não só um grande desenvolvimento econômico à região, mas também possibilitaram a construção de escolas para a difusão e ensinamentos religiosos, atraindo pessoas letradas para viver ali. Várias populações incorporaram a escrita árabe a seu cotidiano como referência para a compreensão do Alcorão. Exemplo disso é o *tifinagh*, um sistema de escrita utilizado pelos tuaregues, aparentemente derivado do alfabeto púnico de Cartago (SERRANO & WALDAMAN, 2008).

As cidades de Jenné e Tombuctu prosperaram sob o governo do Mali. Como grandes entrepostos comerciais, possuíam uma elite intelectual que produziu enorme acervo literário de manuscritos (Fig. 11). O nível de prosperidade foi tão intenso que existem relatos de viajantes sobre a segurança no império, que possibilitava aos forasteiros andar sossegados, sem medo de violência.

A primeira informação registrada a respeito da próspera cidade de Tombuctu foi através do alemão Heinrich Barth, um emissário britânico que viajou pelo Saara com a finalidade de recolher dados científicos, observações, escritos, desenhos e mapas, além das histórias orais, trabalho posteriormente registrado numa obra de cinco volumes sobre a África, chamada *Travels and discoveries in north and central Africa – 1849-1858*. O grande feito de Barth foi encontrar manuscritos e fragmentos de textos africanos. O material foi produzido e publicado na Europa e, como consequência, suscitou e impulsionou a curiosidade e os estudos sobre a região.



Fig. 11. Fonte: tombouctumanuscripts.org. Resposta a uma solicitação real a respeito de Heinrich Barth.

Acesso em 15/05/2014.

Esses manuscritos de Tombuctu constituem-se principalmente de duas crônicas: o *Ta'rikkh Al Sûdan eo Ta'rikkh Al-Fattâsh*⁹⁰, escritos provavelmente em 1655, na região. Além desses escritos, foram descobertas inscrições em túmulos de reis e pessoas comuns, e o acervo de famílias cujos antepassados viveram na cidade. O comércio intenso trazia livros de outras partes, sabidamente do Oriente Médio, e essas obras eram compiladas por homens que ganhavam a vida a partir de suas cópias. Por sua vez, estas eram compradas por famílias importantes, cada uma formando um vasto acervo. Ao conseguir as crônicas, Barth ficou maravilhado e retirou trechos

⁹⁰ As crônicas foram produzidas em Tombuctu, no século XVII. São textos densos e longos, que buscam abranger vários períodos e apresentar a história da região conhecida como Sahel. Ver FARIAS, Paulo Fernando Moraes de. *Arabic medieval inscriptions from the Republic of Mali*. Epigraphy, Chronicles and Songhay-Tuareg history. Oxford: Oxford University Press, 2003.

que, para ele, reproduziam fielmente fatos históricos do passado daquela parte da África, até então considerada desprovida de História. Evidentemente, o registro de nomes de reis e a duração de seus respectivos reinados, datas específicas, a menção de rainhas e tantas outras informações que abrangiam vários períodos, causaram grande impacto no pesquisador. Porém, esses textos foram escritos por uma elite intelectual (MORAES FARIAS: 2007). Não é nosso intento fazer análise crítica dos manuscritos, mas ressaltar a importância do estudo desse passado e procurar compreender a questão da oralidade e sua funcionalidade nas sociedades africanas, bem como outras formas de escrita e comunicação que podem ter sido ignoradas ou desqualificadas.

Devido à importância histórica e simbólica da cidade de Tombuctu e seus arredores, que possui um imenso arquivo de textos manuscritos em árabe e línguas africanas, produzidos entre os séculos XIII e XX, algumas medidas foram sendo tomadas nas últimas décadas. Tombuctu foi inscrita como Patrimônio da humanidade pela UNESCO, em 1990, e foi fundado o Centro de Pesquisas Históricas e Estudos Africanos Ahmed Baba, com a finalidade de coletar dados e tradução dos manuscritos. Uma grande parte deles trata de artes, medicina, ciências, caligrafia e cópias antigas do Corão. Uma pequena parcela (cerca de 160) foi digitalizada pelo *Tombouctou Manuscripts Project*, mantido pela Universidade de Cape Town, na década de 2000. Entre 2004 e 2005, a cidade foi tema de três conferências internacionais, com o apoio dos respectivos governos, sediadas em instituições e universidades, com dedicação especial por parte da África do Sul.



Fig. 12. Fonte: Tombouctumanuscripts.org. As estrelas importantes entre a imensidão do céu. Acesso em 15/05/2014.

No Brasil, assim como na África Ocidental, o islamismo sofreu modificações, e os escravos islamizados foram denominados *malês* – termo já utilizado na região do Dahomé e relatado pelo Padre Vicente Ferreira Pires, em 1796. A distinção entre escravos islamizados e não islamizados, na época da escravidão, residia no fato de os primeiros se portarem com altivez e insolência, e de serem zelosos em sua fé. Eles procuravam conservar seus rituais no meio do catolicismo, assim como faziam em território africano. Agora transformados, no Brasil, eles eram socialmente católicos. Porém, na intimidade do cotidiano, permaneciam praticantes da fé

maometana, modo de vida descrito pelo conde de Gobineau⁹¹. Chama também a atenção a preocupação dos malês em adquirir exemplares do Alcorão para realizar as orações e aprofundar seu estudo (LOPES, 1988). Outros autores, como Pierre Verger (1981), Nina Rodrigues (1977) e Manoel Querino (1955) descreveram com riqueza de detalhes a prática da religião islâmica na Bahia e no Rio de Janeiro. Numa pesquisa mais detalhada, é possível que encontremos relatos de outras regiões.

Em terras brasileiras, o islamismo transformado e adaptado foi elemento crucial na união e luta contra a escravidão. Por ocasião das guerras e disputas em território “sudanês” (ou seja, a África ocidental), na segunda metade do século XVIII intensifica-se o envio de escravos para o Brasil, fato que Lopes (1988) refere como um triângulo no comércio entre África, Brasil e Europa. A grande massa de negros islamizados trouxe consigo não somente a escrita árabe e de línguas nativas, mas também o conhecimento militar e a vivência em estratégias políticas por causa do advento do Islã na África negra. Na Bahia, no período que vai de 1807 a 1835, ocorreram insurreições (LOPES, 1988). A princípio pensava-se que foram lideradas e planejadas pelos malês, porém, a eles outros grupos étnicos agregaram-se na investida contra a escravidão. Nina Rodrigues e Pierre Verger descreveram em vários textos a organização e o desenvolvimento das revoltas. Afrânio Peixoto dá detalhes de várias insurreições. Na maioria de seus relatos é recorrente sua menção aos insurgidos que portam bilhetes, orações e símbolos escritos em língua árabe, fato que comprova a escrita em terras ao sul do Saara, como observado por Cadamosto, embora o viajante descreva esse tipo de grafia como “figurinhas à mourisca”:

(...) e quando hum Magnate compra hum Cavallo, faz vir os seus encantadores de cavallos, os quaes mandão fazer hum grande fogo de certos ramos de hervas a seu modo, e fazendo hum grande fumo, sobre elle segurão o Cavallo pela rédea, dizendo entre tanto algumas palavras; e depois o fazem untar todo com um unto subtil, e o tem dezouto ou, vinte dias, sem que alguém o veja, e lhe pendurão ao pescoço algumas restes de figurinhas pintadas mouriscas, que parecem a modo de breves, dobrados em pequeno volume, com dobras quadradas, e cobertas de couro grosso; e elles mesmo se persuadem que por trazer estas fantasias ao pescoço vão mais seguros à guerra (Navegações de Luiz de Cadamosto, cap. XXXI, p. 41).

⁹¹ Sobre esse aspecto, consultar a obra do autor *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853).

Outros povos não adeptos do Islã também utilizaram a escrita árabe com adaptações, e em várias regiões os ideogramas representam aspectos da vida cultural e um meio de comunicação eficaz.

Tecelagem

A produção de esteiras de palha, vestuário e cobertura das casas consistia em ofício de algumas pessoas na comunidade. Nas regiões que existia criação de animais, principalmente cabras, o couro servia para peças de vestuário, Costa e Silva (2011) esclarece que este produto era importado para Europa e considerado de ótima qualidade, no mercado europeu recebia o nome de marroquim, sendo proveniente da Hauçalândia. A tecelagem envolvia vários tipos de matéria prima⁹², mas nas obras analisadas verificamos a predominância de tecidos de algodão e a qualidade dos tecidos produzidos:

(...) nefte Reyno do Conguo Fe fazem huns panos de palma de pello como veludo & delles Fe nom faz melhor feyta em Italia; & em toda a outra Guinee nom há terra em que faybam fazer eftes panos fenom nefte Reyno de Conguo (Esmeraldo de Situ Orbis, livro 3, cap. II, p. 84).

A técnica de tecer tecidos se desenvolveu em pequenos vilarejos, restrita a núcleos familiares. Porém, ainda que a quantidade produzida fosse em pequena escala, ocorria a troca do produto entre as regiões. A partir do século XII, os tecidos grossos começaram a ser exportados para Europa. Os chamados “pano da costa” (Fig. 13), que de longa data fazem parte do traje tradicional das baianas, atualmente bastante difundidos e comercializados no Brasil, ainda são confeccionados como Cadamosto observou:

(...) porém, os Magnates, e aquelles que podem, vestem camisas de panno de algodão, porque naquelles paizes nascem algodoeiros, e as suas mulheres fião o algodão, e fazem pannos da largura de hum palmo, e não sabem fazellos mais largos, por não terem pentes para tecellos, e assim cosem quatro ou cinco daquelles pannos juntos, quando querem fazer algum trabalho largo (Navegações de Luiz de Cadamosto, cap. XIX, p. 27).

⁹² Essas consistiam basicamente em algodão, lã e rafia, segundo Costa e Silva (2011).

Na atividade comercial, eram bastante importantes os tecidos de algodão da porção sul do Senegal, abundante de algodoeiros. As peças produzidas na região foram descritas por Al-Bakri como *chiguía*, que pode ser que seja o mesmo produto ao qual Cadamosto se referiu como *alchezeli*. Em suas viagens no século XVIII, o alemão Heinrich Barth também comprou o tecido na cidade de Tombuctu. Muito apreciados na África e na Europa, no Mali esses tecidos serviam como presentes ofertados pelo Mansa (soberano) a seus vassalos ou pessoas importantes. Como esses territórios foram fortemente islamizados em alguns pontos, a tecelagem foi fundamental para cobrir o corpo, atitude condizente com as leis maometanas (COSTA E SILVA, 2011).



Fig. 13. Fonte: NOVAIS, F. A. *História da vida privada no Brasil*. Uma escrava com turbante e panos da costa, p. 167, 1997.

Os povos *edos* ocupavam a região a oeste do Níger (limitada ao Norte pelas colinas, ao sul pelas florestas e alagados, e a leste pelo país Ibo). Nessa região desenvolveram-se vários microestados, sendo o Benin um dos mais importantes, visto que se encontrava num ponto estratégico de cruzamento de mercadores da costa litorânea, do interior e de regiões mais distantes, como por exemplo, o Congo. Especificamente em relação aos tecidos, os provenientes

de Iorubá e Ibolândia eram tingidos juntamente com o índigo que ali era cultivado. A partir da segunda metade do século XVIII, os panos da costa de Ijebu – azuis ou de listras azuis – começam a ser exportados para o Brasil em grandes quantidades (COSTA E SILVA, 2011).

3.8 A apropriação do conhecimento africano na construção da ciência europeia

Uma forma de entender as ciências é encará-las como um conjunto de conhecimentos construídos a partir da observação do meio, dos problemas enfrentados para a sobrevivência e dos mecanismos elaborados para superá-los. Ou seja, a ciência pode ser entendida como campo social que constrói conhecimento para a busca de soluções dos problemas das sociedades. Nesse sentido, todos os povos produziram ciência desde a pré-história, a fim de construir conhecimento e buscar soluções para seus problemas cotidianos (SILVA & SILVA, 2013).

De acordo com algumas interpretações, à medida que o homem vai construindo o saber acerca do ambiente, o que era considerado sobrenatural vai dando lugar ao conhecimento propriamente dito. Mas a ciência surgiria, então, como uma nova crença. As teorias formuladas, o avanço tecnológico, a explicação racional do mundo, criaram a dependência em torno do fenômeno social que é a ciência. Sua eficácia como instrumento benéfico para os homens começa a cair por terra com os avanços tecnológicos usados nas guerras. Nesse ponto, sua relação estreita com as estruturas de poder na sociedade demonstrou que “a ciência não é neutra” (SILVA & SILVA, 2013). Esse e outros questionamentos começaram a incomodar os filósofos da Escola de Frankfurt, muito influenciados pelos horrores do Nazismo.

O paradoxo atual do conhecimento científico é justamente as ameaças ao planeta e a sobrevivência da humanidade. Uma discussão importante é apresentada por Rubem Alves, que coloca que a ciência é uma forma diferente, uma metamorfose do senso comum, e que tem limites. Quando analisamos a história das ciências, encontramos vários episódios de conflitos e tensão entre esta e as religiões, embora os chamados filósofos naturais tenham iniciado suas pesquisas com fundamentos religiosos, não sendo ateus e nem esse aspecto da vida se constituindo como regra.

Foi Auguste Comte que colocou a ciência como dogma. No século XIX, período da teoria da evolução e início da industrialização, as ciências especializadas são fragmentadas nas

diferentes áreas (Química, Matemática, Psicologia etc.) e desvinculadas da Filosofia e das crenças religiosas. Nessa época, a ciência representa a tábua de salvação da humanidade, podendo libertar os homens da ignorância (SILVA & SILVA, 2013). O cientificismo surge nessa época.

Essa também foi a concepção de ciência do influente historiador George Sarton, como de muito outros de sua época. Ou seja, o conhecimento científico exclusivamente baseado nos “fatos positivos”, com outros campos caindo fora dessa concepção. Em relação a esse aspecto, outras culturas constroem seus saberes e técnicas relacionados a valores de cunho religioso ou mítico, e daí pode-se questionar se esse saber é ou não é Ciência. Não ocorre produção de conhecimento que atenda às necessidades da comunidade para a resolução de seus problemas? O chamado conhecimento científico precisa ser analisado dentro do contexto histórico de sua produção, e levar em conta as diferenças culturais das sociedades. O entendimento de ciência como produto europeu não pode mais ser aceito sem levar em consideração que o conhecimento é uma construção de seres humanos, e não um ato solitário ou exclusivo de determinada sociedade, como afirma Filgueiras (2001):

A própria ideia de Revolução Científica como um fenômeno puramente europeu, inlenso a influências externas, não se pode mais manter. Basta atentar para as influências de toda sorte trazidas à Europa durante o período das navegações e da ocupação de terras longínquas, na América, na África e na Ásia (p. 711).

Ao conhecerem outras regiões com realidades distintas, diversidade de animais e plantas, modos de vida, clima etc., tão diferentes das suas, os europeus não poderiam utilizar somente os conceitos e conhecimentos elaborados na Antiguidade e na Idade Média, pois a dúvida e a comparação foram inevitáveis. Como os conceitos construídos na Europa poderiam servir para o restante do mundo? Os modelos e regras da Renascença não poderiam se encaixar nas análises das novas descobertas, ou seja, do Novo Mundo.

Na segunda metade do século XVIII, estabeleceu-se uma rede de informações financiada e incentivada pela coroa portuguesa, com o intuito de renovação científica. Porém, o principal objetivo foi a dinamização da economia a favor da metrópole. Na estrutura de informações foram envolvidas pessoas ligadas diretamente ao universo científico, como funcionários da administração real instalados nas colônias e os nativos. A criação do Colégio dos Nobres, da

Academia Militar e a reforma da Universidade de Coimbra são fatos que comprovam o empenho do Estado, que requisitou das instituições de ensino profissionais que pudessem fornecer informações técnicas para as viagens às colônias. Nessa dinâmica, não somente eram enviados textos com descrições e desenhos, mas também amostras da fauna e flora, minerais e o transporte de animais vivos e embalsamados (DOMINGUES, 2001).

Nas colônias portuguesas, algumas informações recolhidas eram enviadas à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, e outras para os gabinetes de história natural. Boa parte das espécies vegetais consideradas “exóticas”, entretanto, serviria de adornos para os jardins reais ou de colecionadores particulares. Para garantir um maior e mais efetivo desenvolvimento do reino, ocorreram na metrópole diversas formas de experimentação das amostras recebidas, como por exemplo, testar as plantas medicinais. Nas colônias foi intensa a aclimação de espécies vegetais de diferentes regiões. O conhecimento técnico servia aos interesses político e econômico da Coroa, no sentido de superar as nações concorrentes no mercado europeu, como França, Holanda e Inglaterra. Diante da evidente construção da ciência europeia como uma colcha de retalhos, com o conhecimento de vários povos, DOMINGUES (2001) afirma:

Solicitou-se, ainda, a colaboração de ameríndios (estes considerados exímios embalsamadores de espécies animais), africanos e asiáticos, afinal dos indivíduos que melhor conheciam a fauna e a flora da região que habitavam. Além disso, eram ainda, consultados sobre a utilização ou aplicação que esses produtos podiam ter na agricultura, na indústria, no comércio ou na farmácia (p. 826).

O conhecimento indígena foi utilizado de forma que os portugueses obtivessem o maior número de informações a respeito dos locais de interesse – ou seja, conhecer para dominar. Nessa dinâmica das relações, o conhecimento científico foi construído. Seu berço não foi a Europa, mas vários locais, nas diferentes negociações, o que um transforma o outro, interferindo em suas respectivas epistemologias.

3.9 A África e as possibilidades para o ensino de ciências

Frequentemente o tema educação é alvo de debates, projetos políticos e discussões privadas entre pessoas ligadas direta ou indiretamente ao universo educacional, principalmente professores e pesquisadores. Muitos são os problemas elencados especialmente na educação escolar que, nos últimos anos, apesar da democratização do acesso, sofreu também a decadência da qualidade. Nesse cenário de precarização, um enfoque é importante: o ensino de ciências e suas particularidades. Um ponto a ser analisado é o modelo pedagógico, que tem como base a transmissão e recepção de conteúdos científicos, ou seja, o professor é a figura principal da aula, aquele que vai transmitir o saber ao aluno que, por sua vez, vai receber o conhecimento de bom grado e passivamente, fato que raramente acontece. Seja pela prática docente, seja pela colaboração do aluno, o processo de aprendizagem certamente envolve outras variáveis que não estão ligadas à recepção passiva dos conteúdos por parte dele.

Sobre o ensino de ciências, uma das problemáticas apresentadas atualmente é a excessiva fragmentação do conhecimento em disciplinas. Portanto, a interdisciplinaridade tem sido apontada como um caminho para que as ciências possam ser entendidas pelos alunos como diretamente relacionadas a seu cotidiano, com consequências na qualidade de vida do indivíduo e do ambiente. Outro ponto muito importante diz respeito à história da ciência. Segundo Prestes e Caldeira (2009), recentemente cresceu o interesse pelos contextos históricos da produção do conhecimento científico, o que fez com que a história da ciência se transformasse numa área de estudos atrelada a outros campos, de forma a buscar elementos das ciências e suas correlações para a educação científica, sempre buscando melhor aprendizagem.

O campo da história da ciência, relacionado à filosofia e à sociologia, procura demonstrar a ciência no seu aspecto cultural e social. No que tange ao ensino, um dos argumentos recorrentes é a necessidade de compreensão da natureza da ciência, sua humanização e conexão com outras áreas do conhecimento, num processo de integração. Prevaleceu durante muito tempo na história da ciência a investigação ou descrição dos experimentos que obtiveram sucesso e o caminho percorrido para se chegar ao êxito, bem como tudo que foi tentado e não teve resultado. Ficavam de fora das narrativas, sem contar os fatos engraçados ou curiosos que acabavam por se transformar em anedotas ou “enfeites” em torno da ideia que resultou em conhecimento.

Podemos considerar, ainda, o imaginário que circunda o trabalho científico e como a ciência “acontece”. O cientista é comumente associado ao indivíduo que descobre coisas, inventa máquinas ou aparatos tecnológicos de muita complexidade e são sempre homens que dominam vários assuntos. Dessa maneira, a ciência é imaginada numa linearidade onde só se acumula mais conhecimento, sem a presença das complexas relações entre as pessoas, neutra e sem contexto histórico. Se pensarmos na diversidade cultural as salas de aula no Brasil, veremos que elas constituem espaços pluriculturais, onde diversas concepções de ciência são confrontadas com a ciência apresentada pelo professor. Para entender o mundo, as culturas sempre produziram meios de conhecer a natureza. Dessa forma, podemos inferir que a ciência ocidental é privilegiada, na educação escolar, enquanto outras abordagens ficam esquecidas, ou melhor, diluídas no conhecimento geral. Porém, se partirmos da concepção de que o conhecimento é cultural e produzido por diversos grupos humanos, não existe um conhecimento superior ao outro, e sim diferente.

Um único modelo de educação científica acaba por priorizar uma cultura de conhecimentos como universal, e a única válida. Nesse sentido, o ensino de ciências relacionado à diversidade cultural e aos saberes de outros povos pode apresentar-se como uma alternativa para oferecer aos alunos a compreensão de outras ideias, de outras maneiras de ver, saber e estar no mundo. Não se trata de substituir, priorizar ou reduzir uma ou outra forma de conhecimento, mas de possibilitar conexões, interligações e a interpretação da realidade. E como fica o papel dos povos africanos e da diáspora no contexto do desenvolvimento da ciência e do ensino de ciências?

Ao discutirmos essa questão, faz-se necessário refletir, ainda que brevemente, a respeito dos estudos sobre a África. A sanção da legislação 10.639/03 (posteriormente alterada para 11.645/08, incluindo a temática indígena), que obriga ao ensino da História da África, chega em nosso país tardiamente com a finalidade de corrigir um erro grave na educação, ou seja, a formação de milhares de jovens e adultos sem os mínimos conhecimentos sobre o continente africano (pode ser que, quando muito, este tenha se dado de forma esparsa e fragmentada). Porém, com a aprovação da Lei, houve esforços para ampliar o campo de estudos.

Nos EUA, em 1959, 31 universidades ofereciam cursos sobre a África, mas, um número inexpressivo de estudantes tinha interesse pela área. Essa situação muda vertiginosamente,

subindo em escala geométrica a quantidade de centros de estudos africanos, devido ao investimento de corporações que se associaram às universidades, incrementando e viabilizando o campo. Mais tarde, o avanço do campo possibilitou que as próprias instituições de ensino investissem no campo. Em relação ao contexto político, as mudanças que emergiam na década de 1960, especificamente a luta pelos direitos civis, proporcionaram um forte impacto no ensino universitário. É importante ressaltar que instituir uma área de estudo sobre o continente africano significava marcar posicionamento de liberalismo na atmosfera da época, apresentando-se como um abalo no racismo estrutural da sociedade americana. Não podemos deixar de enfatizar que a luta por independência dos países africanos foi elemento fundamental para fazer crescer o interesse pela África (FERREIRA, 2010).

Os estudos africanos na sociedade americana iniciaram-se com a chamada *Area Studies*, (cuja base de crítica estava no currículo de conteúdo essencialmente ocidental, bem como no foco das pesquisas). Os departamentos de História empregavam seus esforços na Europa e nos EUA, principalmente. A injeção maciça de dinheiro nos estudos africanos mudou o perfil das universidades, tanto na composição e objetos de pesquisa do corpo docente com uma crescente internacionalização dos currículos. Outro aspecto que não pode ser desconsiderado foi o uso político desses investimentos, os quais tinham relação direta com a Guerra Fria. Ainda hoje persistem controvérsias e polêmicas acerca do investimento americano nos estudos sobre a África, cujo objetivo seria ter conhecimento profundo das regiões do continente que poderiam ser influenciadas ou usadas pela antiga União Soviética. Entretanto, se o objetivo principal foi esse, o resultado foi o avanço do campo de estudo e a modernização dos currículos (FERREIRA, 2010).

O primeiro programa foi criado na Universidade Northwestern por Melville Herskovits. Daí pode-se entender o papel da Antropologia nessa fase inicial. Esse antropólogo pesquisava as populações afrodescendentes nos EUA e, portanto, seu foco foi a África relacionada à própria história afro-americana. Dessas estratégias metodológicas, é no trabalho de Jan Vansina⁹³ que os estudos africanos assumem o caráter interdisciplinar. Apesar de sua formação como antropólogo, ele criou um programa de estudos comparativos da África com outras regiões tropicais – História

⁹³ Antropólogo belga que na Universidade de Wisconsin. Junto a Philip Curtin, ele liderou o mais influente programa de pós-graduação em História da África nos EUA. Para saber mais: FERREIRA, R. *A institucionalização dos estudos africanos nos Estados Unidos*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 73-90, 2010.

comparada –, o que proporcionou a derrubada de estereótipos e correntes de pensamento sobre aquele continente.

O que marcou a historiografia africana produzida nos EUA foi a pesquisa de campo e o aprendizado de línguas africanas, elementos generalizados nos estudos em várias instituições. Dois pontos devem ser considerados sobre esse campo: o primeiro foi a tentativa de estabelecer uma história da África que fosse aceita dentro da História universal, e o segundo diz respeito à valorização das fontes orais, método que foi seguido e propagandeado por Vansina, por conta dos argumentos contrários às fontes produzidas pelos europeus, as quais registrariam apenas os interesses do observador ocidental. Mais tarde, a pesquisa com base na oralidade dos povos africanos foi ficando escassa e alvo de várias críticas (FERREIRA, 2010).

Quanto à tradição americana de estudos africanistas, pode-se verificar duas vertentes: a primeira surge na efervescência do movimento pelos direitos civis, junto à luta pela libertação dos países africanos. Essa fase apresentou um caráter transcontinental da diáspora africana, gerando uma ampla rede de informações. A segunda fase caracterizou-se pelo investimento pesado de corporações e do governo americano com fins notadamente políticos, cujas pesquisas se restringiam à África com ênfase na parte subsaariana, sem aprofundar na diáspora. Atualmente encontramos a tendência de mesclar os estudos específicos de regiões ou países e estudos sobre a diáspora africana no mundo (FERREIRA, 2010).

No Brasil, esses estudos são recentes. Se analisássemos as pesquisas sobre a África há trinta anos, teríamos grandes dificuldades para encontrar material. De 1980 a 1990, tanto dentro como fora da África, sua história ampliou-se na forma de disciplinas reconhecidas, abrindo um leque de temas específicos e regionais. Além da crítica à base eurocêntrica das ciências Humanas, a nova geração de historiadores possibilitou também a abertura do caminho para o conhecimento mais específico sobre os saberes dos povos antes de serem submetidos ao processo colonial.

À medida que foi se ampliando, a história da África criou novas metodologias, emergindo daí um campo multidisciplinar a exemplo das ciências naturais, que foram de grande importância para revelar aspectos da História do continente. As pesquisas arqueológicas e paleontológicas permitiram decifrar a África antiga. Como não temos uma longa tradição de estudos africanos, o potencial de trabalhar as ciências naturais a partir da história da África carece de

desenvolvimento de metodologias. A interdisciplinaridade pode ser um caminho que viabilize o estudo do continente africano em seu papel científico e tecnológico.

Conclusões

No decorrer desta pesquisa, algumas dificuldades foram encontradas. Porém, surgiram surpresas agradáveis na mesma proporção, como o conhecimento desvendado. Alguns pontos devem ser considerados, como a preocupação inicial em compreender a proposição da Lei 10.639/03 como uma política de ação afirmativa em torno do currículo oficial. Para isso foi necessário entender o currículo como campo de estudos desde sua origem, bem como as implicações e concepções de alguns autores. Nessa etapa, a experiência prática como docente e as conversas informais com colegas de profissão indicaram que prevalece entre os professores a ideia de currículo como um manual técnico, um roteiro no qual está o conteúdo que deve ser trabalhado em cada disciplina. A conclusão, sob esse aspecto, é a de que um longo caminho ainda precisa ser trilhado, visto que a formação de professores ainda esbarra no entendimento do que é currículo.

Ainda sobre a legislação como ação afirmativa, este foi, sem dúvida, um grande passo para a educação brasileira, mas que chegou tardiamente e ficou, podemos dizer, quase que invisível diante das polêmicas em torno da reserva de vagas no ensino universitário (sistema de cotas). Tal fato pode ser interpretado pela divulgação maciça da mídia em torno do tema, restringindo o ensino de história da África a um círculo limitado de pessoas, a saber: os pesquisadores da educação, os militantes do movimento negro e grupos específicos de professores em algumas organizações, como os sindicatos.

A implementação da lei que obriga o ensino de História da África fica comprometida em vários aspectos na estrutura de sua operacionalidade. Isso se dá porque, até o final da década de 1990, boa parte dos livros didáticos vinculavam o continente africano ao processo das viagens marítimas dos séculos XV e XVI e ao tráfico de escravos. A África era representada como um obstáculo a ser transposto, e como fonte de matéria-prima – inclusive humana. As trajetórias históricas e sociedades não interessavam (OLIVA, 2007). Porém, a partir de 2003 (ano da sanção da lei), verifica-se um aumento significativo de estudos africanos, e uma ampliação do leque de interesses e temáticas relacionadas, como o esforço por parte de pesquisadores em lançar coletâneas para o ensino do continente africano; a publicação de artigos em revistas especializadas e a inclusão de alguns capítulos de história da África em poucos livros didáticos, ainda que insuficientes para atingir a população brasileira, que permanece distante da África

(OLIVA, 2007). Quando buscamos informações sobre a África antiga, encontramos uma vasta bibliografia em outros idiomas. Isso, porém, se constitui numa barreira para boa parte dos professores dos ensinos fundamental e médio, tanto no acesso a esses textos como para a leitura dos mesmos. A noção de ação afirmativa também é bastante prejudicada no seu entendimento visto que essa política vai além da História da África, tendo implicações mais profundas como, por exemplo, com a construção da identidade (CANEN, 2003, FERREIRA, 2001). Assim, quando encontramos bonecas asiáticas, indígenas ou negras numa brinquedoteca, esse também é um viés da ação afirmativa.

Os EUA têm uma longa tradição nos estudos africanos. No Brasil, embora tenhamos trabalhos pioneiros como os de Abdias do Nascimento, Henrique Cunha Jr., Nei Lopes e tantos outros, somente na última década é que o número de pesquisas em torno da África, dos africanos e da diáspora aumentou significativamente (OLIVA, 2007). Isso pode dar uma falsa impressão de que, no Brasil, não houve movimentos de luta e resistência inclusive no plano intelectual para a superação do racismo disfarçado de democracia racial. Portanto, o surgimento da imprensa negra logo nos primeiros anos da República, que abordamos nesta pesquisa, pode ser uma alternativa para sua ampla divulgação entre os professores, a fim de demonstrar o quanto foi atuante a população afrodescendente brasileira na luta contra o racismo.

No Capítulo II, que trata da História da África Ocidental, foi pertinente colocar que o conhecimento entre os pesquisadores da época descrita na África subsaariana deveu-se, em parte, às fontes estrangeiras, principalmente as árabes. Tais relatos não fogem à regra de que devem ser analisados sempre na perspectiva do observador e do contexto no qual foram produzidos. Da mesma forma, parte da história é devida às fontes orais que também precisam do cuidado devido na interpretação, pois tendencialmente são guardados fatos de forma maravilhada (M'BOKOLO, 2008).

Os Estados Sudaneses constituíram-se um espaço original de estruturas políticas bastante complexas, e muito diferente das nossas referências de reinos e dinastias. Nos relatos dos viajantes portugueses são mencionadas várias etnias. A formação política dos impérios ultrapassavam os limites geográficos e linguísticos, e sua organização ocorria devido às alianças, principalmente aquelas oportunas ao comércio. As formas de escravização nessa região tinham

uma dinâmica muito diferente daquela disseminada pelos portugueses, e que LOPES (1988) apontou que não privava de direitos o indivíduo dentro da comunidade.

Ainda que de forma breve, propusemos nesta pesquisa contar a história da origem e das dinastias dos Estados Sudaneses, e demonstrar o estudo de História da África a partir de seu contexto, e não da escravidão de seus povos nas Américas.

Das obras analisadas (*Chronica do descobrimento e conquista da Guiné; Esmeraldo de Situ Orbis; Navegações de Luiz de Cadamosto e Pedro de Cintra* e *O Manuscrito Valentim Fernandes*), apenas a última não se encontra digitalizada e disponível na internet, sendo as outras acessíveis ao público em geral. A partir dessas obras, sugerimos a elaboração de projetos interdisciplinares para o ensino de Ciências, sem os quais concluímos ficar bastante difícil a compreensão de aspectos da História da África a serem abordados dentro do universo das Ciências naturais. Portanto, seguem algumas propostas.

Sobre as embarcações denominadas *almadias*, nos relatos é possível explorar esse conhecimento (por exemplo, entre as áreas de Geografia e Ciências biológicas, quando os viajantes relatam os aspectos físicos das regiões exploradas, como o relevo de fundo, os graus, as léguas, o acesso aos rios somente pelas embarcações africanas, bem como a dificuldade para as caravelas, etc.). Ainda é possível elaborar um inventário das espécies animais encontradas e descritas de forma bastante interessante, pelos viajantes.

Nas obras, a manipulação do ferro e outros metais pelos africanos é evidente. O tema Metalurgia, particularmente pode ser abordado nas aulas de Química ou Física (as diferentes formas de manipulação dos metais pelos africanos e outros povos, bem como a importância econômica ou simbólica) e a Biologia (valorização do sal como mineral importante no comércio transaariano, visto que, em alguns trechos, ocorre o relato de suas propriedades e as correlações que eram feitas do mineral para a sobrevivência das populações do deserto). As áreas aqui mencionadas são específicas do ensino médio, e possibilitam uma variedade de interligações entre elas e as Ciências Humanas, como a Filosofia ou a Sociologia. Através de tais componentes seria possível interpretar por que, para os africanos o sal tinha o mesmo valor que o ouro.

Algumas sociedades apresentam clara distinção na valoração de alguns elementos que produzem. Nos relatos analisados, encontramos o uso de conchas como moeda no comércio no interior do continente africano. Aí pode ser possível que as contribuições dos professores de

Filosofia sejam fundamentais para explicar o valor simbólico e religioso em ambientes como o mar, as florestas, as pedras etc., do ponto de vista dos povos e suas respectivas culturas.

Ainda sobre a manipulação dos metais, outras conexões podem ser importantes, como as aulas de História articulada com Biologia, a fim de esclarecer os métodos da Arqueologia e da Paleontologia. Sem contar com as Artes, uma área fundamental na compreensão do passado africano nos estudos feitos com restos de cerâmica, nos sítios arqueológicos.

Em relação às plantas e seus usos diversos, esse pode talvez ser o tema que mais possibilidades ofereça, visto que, nos relatos, é frequente mencionarem o tipo de alimentação dos africanos, e a utilização de espécies para diversos fins. Isso viabiliza comparações entre o tipo de alimentação básica de alguns países africanos com o Brasil, demonstrando as complementaridades. Na Biologia, é possível elaborar tabelas nutricionais dos alimentos mencionados nas fontes, e também explorar as pesquisas nos sítios arqueológicos sobre vestígios de alimentos de épocas mais remotas. O tema tecelagem, descrito através de diversos tipos de materiais vegetais, presentes na cultura brasileira, pode ser abordado através de uma conexão direta entre Artes e Geopolítica.

A Geografia poderia auxiliar no levantamento das comunidades remanescentes de quilombos, no Brasil. Estas conservam, em seu cotidiano, práticas e conhecimentos de ervas medicinais que chegaram com os escravos e foram transmitidos ao longo de gerações. Outros dados podem ser apurados como as questões éticas envolvendo a bioprospecção e a indústria farmacêutica, nessas comunidades. Na região de Serra Leoa, mencionada por Duarte Pacheco, no *Esmeraldo de Situ Orbis* é que foi disseminado o uso da noz de cola, ingrediente principal dos refrigerantes de cola que hoje são apreciados e consumidos em escala mundial, principalmente pelos jovens.

Os relatos podem ser utilizados também no que diz respeito a sua própria redação, na forma de escrita da Língua Portuguesa corrente na época. Sua evolução ou transformações, ainda na questão da escrita, bem como a menção nas fontes sobre as línguas árabes podem gerar um projeto sobre a oralidade e escrita na África, sobre seus diversos usos e como a região do Mali produziu um enorme acervo de manuscritos em árabe e línguas africanas, desconhecido pela maioria dos estudantes e professores.

Para finalizar uma questão que parece pertinente ao movimento denominado *Afrocentrismo*, há uma proposta histórica de deslocamento de aspectos referentes às civilizações antigas, especialmente os egípcios, com o argumento de que esses eram negros e constituem toda fonte da civilização grega e ocidental, bem como todas as culturas africanas. Em *History in black: African-Americans in search of an ancient past* (2001), de Shavit Yaacov, o autor faz comparações com narrativas judaicas antigas e levanta uma hipótese sobre a anterioridade dos africanos nas Américas, além de colocar os “egípcios negros” como fundadores da Ciência e da Tecnologia (MORAES FARIAS, 2003). Enfim, essa e outras obras receberam várias críticas, principalmente por causa do caráter romântico e até mesmo libertador diante do eurocentrismo, como uma alternativa às desigualdades reais ou psicológicas advindas do passado escravista e os séculos de imposição cultural.

Concordamos com Paulo Fernando de Moraes Farias, pesquisador da História da África subsaariana, que coloca que tais obras e propostas prejudicam o estudo sério das especificidades dos povos africanos. É desnecessária uma influência egípcia ou ocidental para compreender seus pressupostos civilizatórios.

Conclui-se que a História da África na educação escolar, em nosso país, ainda está num processo de estruturação e consolidação lento, e que é necessário o investimento na formação de professores e na produção incisiva de materiais didáticos adequados. É preciso investir em projetos interdisciplinares para que seja possível trabalhar a História da África envolvendo todas as áreas do conhecimento, inclusive as Ciências da Natureza, visto que o continente africano fornece grande variedade de informações e possibilidades de trabalho pedagógico. Parafraseando Henrique Cunha Jr., a África é do outro lado da rua, mas nos falta coragem para atravessá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; VIANNA DANTAS, Carolina. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores – **Antíteses**, v. 3, n. 6, p. 21-37, jul/dez. 2010.

ALBUQUERQUE, Luis de. **Introdução à história dos descobrimentos portugueses**. Portugal: Publicações Europa- América, 1989.

_____. **Dúvidas e certezas sobre os descobrimentos portugueses**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

ARAÚJO, M.; SILVA, G. **Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas**. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2005.

APPLE, M. W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

APPIAH, Kwane Anthony. **Na casa do meu pai**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AZEVEDO, A. C. A. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. **Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. n. 1, p. 46-63, jun. 2008.

_____. História da África: ética e ciência. **Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. v. 3, n. 6, p. 89-98, dez. 2010.

BARROS, S. A. P. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e o início do XX. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: Ministério da educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BARTH, H. **Travels and discoveries in North and Central Africa. Being a journal of an expedition undertaken under the auspices of H.B.M.'S Government in the years 1849-1855 in three volumes**. New York: Harper & Brothers Publishers, 1859.

BELOCH et al. **Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BERTOLI, André Luiz. História interdisciplinar e a análise de crônicas portuguesas do século XV. **Revista Fênix**. v. 8, Ano VIII, n. 1, p. 01-21, jan/fev/mar/abr. 2011.

BITTENCOURT, Marcelo. Possibilidades e dificuldades da pesquisa em temas africanos. In PANTOJA, S. e ROCHA, M. J. (Orgs). **Rompendo silêncios: história da África nos currículos da educação básica**, Brasília: DP Comunicações, p. 34-38, 2004.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BONZATTO, E. A. **Aspectos da história da África, da diáspora africana e da escravidão: sob a perspectiva do poder eurocêntrico**. São Paulo: Ícone, 2011.

BOXER, Charles. **O império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BROCADO, M. T. **Edições das crônicas de Gomes Eanes de Zurara**. In: ACTAS V ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 1989, Lisboa, Universidade de Lisboa. **Actas...** Lisboa: INICT, 1989.

BROOK, Larry. **Timbuktu**. Minneapolis: The Lerner, 1999.

CADAMOSTO, Luiz. **Navegações de Luiz de Cadamosto e Pedro de Cintra**. Lisboa: Coleção da Universidade de Princeton, 1949.

CAVAZZI, A. G. **Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1965.

CALDEIRA, A. M. A.; PRESTES, M. E. Introdução. A importância da história da ciência na educação científica. **Filosofia e História da Biologia**, v. 4, p. 1-16, 2009.

CAMARGO, A. C.; FERREIRA, R. F. A naturalização do preconceito na formação da identidade do afro-descendente. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 3, n. 1, p.75-92, 2001.

CANDAU, V. M. Direitos Humanos, Educação e Interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000100005> acesso em: 4 jun. 2012.

CANEN, A. Refletindo sobre identidade negra e currículo nas escolas brasileiras: contribuições do multiculturalismo. **Série Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 15, p. 49-57. Jan/jun. 2003.

CARNEY, J. Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial. São Paulo, **Revista de Estudos Africanos**, v. 22, n. 23, p. 25-47, 2001.

CARVALHO, D. Nambanjin: sobre os portugueses no Japão. **Revista Antropológicas**, n. 4, p. 132-149, 2000.

CASCUDO, L.C. **Tradição, ciência do povo, pesquisas na cultura popular do Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CÉRTIMA, A. Sortilégio senegalês. pelos caminhos do Sol. Porto: Livraria Tavares Martins, 1947.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia M. T. & CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**, 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CORREA, S. M. S. A imagem do negro no relato de viagem de Alvise de Cadamosto (1455-1456). Vitória da Conquista, **Politeia História e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 99-129, 2002.

COSTA E SILVA, A. da. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

_____. **Imagens da África**. São Paulo: Penguin, 2012.

_____. **Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. **A descoberta da África**. Lisboa: Edições 70, 2004.

CUNHA, L. N. Trajetória negra na educação pública: uma abordagem histórica a partir dos anos 1920. In: Santiago, E.; Silva, D.; Silva, C. (orgs). **Educação, escolarização e identidade negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE/UFPE**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CUNHA JR., H. **Textos para o movimento negro**. São Paulo: Edicon, 1992.

CURTIN, Phillip. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e a contribuição à história em geral. In KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África. V. 1**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 3 p. 37-58.

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismos no Brasil**. 1996. 340 f. (Tese de Doutorado) Departamento de Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. Ação afirmativa e igualdade de oportunidades. Rio de Janeiro: **Revista Proposta Fase**, n. 96, mar/maio, 2003.

DAVIDSON, Basil. **A descoberta do passado da África**. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

DIAS DA SILVA, G. M. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 131-165, nov. 2006.

DINIZ, S. I. P. S. **A arquitectura da companhia de Jesus no Japão. A criação de um espaço religioso cristão no Japão dos séculos XVI e XVII**. Dissertação (Mestrado em História dos descobrimentos e da expansão portuguesa séculos XV-XVIII) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2007.

DOMINGUES, A. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais do setecentos. Manguinhos, **História, Ciências, Saúde**, 8 (Suplemento), p. 823-838, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 29, p. 28-54, maio/ago 2005.

_____. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Niterói: **Tempo**, v.12, n. 23, p. 100-122, jul. 2007.

_____. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 39, p. 517-596, set./dez. 2008.

FARIA, Patricia S. De réus a colaboradores: nativos convertidos ao catolicismo diante do tribunal da inquisição de Goa. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n.8, set. 2010.

FEIERMAN, Steve. **African histories and the dissolution of world history. In: African and disciplines: the contributions of research in Africa to the social sciences and humanities**. Edited by BATES, R. H.; MUDIMBE, J. F. University of Chicago Press, 1993, cap. 6, p. 168-213.

FELIPE, D. A. O negro no pensamento educacional brasileiro durante a primeira República (1889-1930). **HISTEDBR**, Campinas, n. 27, p. 112-126, set. 2007.

- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. Campinas: **Cadernos Cedes**, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.
- FERNANDES, V. **O manuscrito Valentim Fernandes**. Lisboa: Editorial Ática, 1940.
- FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.
- FERRÃO, J. E. M. Na linha dos descobrimentos dos séculos XV e XVI, intercâmbio de plantas entre a África Ocidental e a América. Portugal, **Revista de Ciências Agrárias**, v. 36, n. 2, p. 250-269, 2013.
- FILGUEIRAS, C. A. L. A história da ciência e o objeto de seu estudo: confrontos entre a ciência periférica, a ciência central e a ciência marginal. Rio de Janeiro, **Química Nova**, v. 24, n. 5, p. 709-712, 2001.
- FLEURI, R. M. Intercultura e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 23, p. 16-35, 2003.
- FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica. **Saeculum Revista de História**. João Pessoa, n. 16, jan/jun. 2007.
- _____. Etnicidade e ensino de história: a matriz cultural africana. Rio de Janeiro, **Tempo**, p. 65-81, jun. 2006.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GOMES, N. L. A. Diversidade e currículo. In: Beauchamp, S. D. P.; Nascimento, A. R. (Orgs.). **Indagações sobre o currículo**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2007.
- GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connectes histories. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 175-195, mar. 2001.
- HADDAD, Thomás. Um olhar estrangeiro sobre a “etnografia implícita” dos portugueses na Goa quinhentista. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 4, n. 2, p. 155-166, 2011.
- HERNANDEZ, L. M. G. L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HORTA, José da Silva. A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal a Serra Leoa (1453-1508). In. **Mare Liberum**, n. 2, pp. 209-339, 1991.
- JUNIOR, W. E. F. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. **Ciência & Educação**, v. 14, n. 3, p. 397-416, 2008.

- KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra I**. Lisboa: Publicações Europa – América. 1999.
- KERN, G. S. Relações entre o Islã e as estruturas do Estado do Mali (Séc. XIII-XIV). **Revista Historiador**. Especial n. 1, ano 03, p.71-83, jul 2010.
- LAlA, M. A. S.; SILVEIRA, M. L. S.; SZMYHIEL, A. (Orgs.). **A universidade e a formação para o ensino de história e cultura africana e indígena. Desafios e reflexões**, São Paulo, 2011. (Série Cadernos CONE).
- LAFUENTE, A.; ORTEGA, M. “Modelos de mundialización de La ciência”. **Arbor**, 142, p. 93-117, 1992.
- LAILA, M. A.; SILVEIRA, M. L.; SZMYHIEL, A. (Orgs.). **A universidade e a formação para o ensino de história e cultura africana e indígena. Desafios e reflexões**. São Paulo: 2011. (Série Cadernos CONE).
- LAMBERT, Jean-Marie. **História da África negra**. Goiânia: Editora Kelps, 2001.
- LIMA, M. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 87, P. 77-95, 2010.
- LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1988.
- _____. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- LOPES, A. C. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem fronteiras**. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p.33-52, Jul/dez 2006.
- LOTHE, H. “Le cheval et Le chameau dans lês peintures et gravures rupestres Du Sahara”, **Bulletin de l’institut français d’Afrique noire**. Dacar, v. XV, n. 3, 1953.
- M’BOKOLO, Elikia. **África negra, história e civilizações: até o século XVIII**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2008.
- MACEDO. J. R.; MARQUES, R. P. Uma viagem ao império do Mali no século XVI: o testemunho da rihla de Ibn Battuta (1352-1353). Porto Alegre, **Ciência e Letra**, n. 44, p. 17-34, jul/dez. 2008.
- MACKENZIE, J. M. **A partilha da África 1880 – 1900**. São Paulo: Ática, 1994.
- MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.
- MANFRED, U. **La médecine islamique**. Paris: Editora Universitaires de France, 1995.

- MARK, Peter. Constructing identity: 16th & 17 th century architecture in the Gambia – Geba region and the articulation of Luso-African ethnicity. In *History in Africa*, 22, p. 307-327, 1995.
- MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.
- MORAES FARIAS, Paulo Fernando de. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica e o relativismo cultural, Bahia, **Afro-Ásia**, n. 30, p. 317-343, 2003.
- _____. **Arabic medieval inscriptions from the Republic of Mali: epigraphy, chronicles, and Songhay-Tuareg history**. Oxford: Oxford University Press & The British Academy, 2003.
- _____. Tombuctu, a África do Sul e o idioma político da renascença africana. In: **SEMINÁRIO FUNAG-IPRI SOBRE A ÁFRICA**. Rio de Janeiro: Palácio do Itamaraty, p. 01-21, 2/03/2007.
- MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos forros? Comarca do rio das Mortes, Minas Gerais, 1731 – 1850. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 36, p. 493-504, set/dez. 2007.
- MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 23, p. 156-168, 2003.
- MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**. Tradução de Maria Aparecida Baptista. São Paulo: Cortez, 1995.
- MOURA, Clóvis. **Brasil, raízes do protesto negro**. São Paulo: Global Editora, vol. 28, 1983.
- _____. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. Série Novas Perspectivas. São Paulo: Editora Mercado Aberto, v. 23, 1988.
- _____. **História do negro brasileiro**. Série Princípios, vol. 180. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- _____. **Sociologia do negro brasileiro**. Série Fundamentos, São Paulo: Editora Ática, 1988.
- MUNANGA, K. **O Anti-racismo no Brasil**. In: MUNANGA, K. (Org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp, p. 79-111, 1996.
- _____. Políticas afirmativas em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. In: SILVA, P.; SILVÉRIO, V. R. **Entre a justiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003.
- MURRAY, J. **África, o despertar de um continente**. Barcelona: Ediciones Folio, 2007.

NASCIMENTO, A.; NASCIMENTO, E. L. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil (1938-1997). In: GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. W. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NASCIMENTO, E. L. (Org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008. v. 1: Sankofa.

NIANE, D. T. **Sundiata ou a epopeia mandinga**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

N'GOMA, A. L'islam noir: Le monde noir. Paris, **Presence Africaine**, p. 80-90, mar. 1950. Número especial.

NOVAIS, F. A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil, império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas brasileiras – entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). **Revista História** (Unesp). São Paulo, v. 28, n. 2, p. 143-172, jul. 2009.

_____. **Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino de história da África no mundo atlântico (1990-2005)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, E. SOUZA, M. L. Multiculturalismo, diversidade cultural e direito coletivo na ordem contemporânea. **Cadernos da Escola de Direito e Relações internacionais**, Curitiba, v. 3, n.16, p. 121-139, 2011.

OLIVEIRA, I. S. **O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII: a construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi**. 2011, 152 f. Mestrado em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, abr. 2011.

PARENTE, R. M. A invenção do cidadão negro. In: OLIVEIRA, I.; SILVA, P.; PINTO, R. P. (Orgs.). **Negro e educação: escola, identidade, cultura e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

PASSOS, J. C. As desigualdades na escolarização da população negra e a educação de jovens e adultos. **EJA em debate**, Florianópolis, v. 1, n. 1, nov. 2012.

PHILLIPSON, D.W. Início da Idade do Ferro na África Meridional. In: **História Geral da África II: África Antiga**. Editado por Gamal Moktar. Brasília: UNESCO, 2010.

- POLANCO, Xavier. “La ciência como ficción”. Historia y contexto. IN: El Perfil de La ciência em America. **Quadernos Quipu**, 1. México: Sociedade Latinoamericana de Historia de lãs Ciências y de La Tecnologia, p.41-56, 1986.
- POSEY, Darrel, “Os kayapó e a natureza”, **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: v. 2, n. 12, p. 35-41, 1984.
- POSNANSKY, M. As sociedades da África subsaariana na Idade do Ferro Antiga. In: **História Geral da África II: África Antiga**. Editado por Gamal Moktar. Brasília: UNESCO, 2010.
- QUEIRÓZ, J. J. Filosofia da diferença e identidades culturais. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 25-40, 2001.
- QUIJANO, A. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. 3ª ed. Buenos Aires: Clacso, p. 227-278, 2005.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 31ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- ROMÃO, Jeruse. **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação, 2005.
- ROMERO, Flora. Os reinos sudaneses – pujança econômica e cultural na África medieval. **Tempo, Espaço e Linguagem**, Paraná, v. 2, n. 3, p. 187-197, nov. 2002.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. **Tempo**. Rio de Janeiro, n. 12, pp.11-50, 2001.
- _____. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)**. Algés: Difel, 1998.
- SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SÁ, Michele Eduarda Brasil de. Primeiras relações comerciais entre Portugal e Japão (1453-1639): convergências de interesses, choque de culturas. **Textura**. Canoas, n. 13, p. 49-55, jan/jun. 2006.
- SENKO, E. C. **Ibn Khaldun (1332-1406) e um olhar mulçumano sobre a península ibérica**. 2009, 50 f. Monografia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

- SERRANO, C.; WALDMAN, M. **Memória d'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2008.
- SERRÃO, Joel. **Pequeno dicionário de história de Portugal**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.
- SILVA, A. M. P. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v.2, n. 2, p. 145-166, 2002.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- _____. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SILVA, Graziella Moraes Dias da. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 131-165. Nov. 2006.
- SILVA, Joselina da. A união dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, Ano 25, n.2, p. 215-235, 2003.
- SOARES, Luis Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, n. 16, mar/ago, 1988.
- SUBRAHMANYAN, S. A cauda abana o cão: o subimperialismo e o Estado da Índia, 1570-1600. In: **Comércio e conflito. A presença portuguesa no Golfo de Bengala (1500-1700)**. Lisboa: Edições 70, 1994.
- TRALDI, L.L. **Currículo: conceituação e implicações**. São Paulo: Atlas, 1977. (Série estudos de currículo).
- TRÉZ, T. A. Feyerabend, interculturalismo e etnobiologia: algumas possíveis articulações no ensino de Biologia. **Revista Biotemas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 129-140, set. 2011.
- VAINFAS, R. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Tempo**, Rio de Janeiro, p.01-12, ago. 1999.
- VALENTE, Ana Lucia. Ação afirmativa, relações raciais e educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 28, p. 62- 76, 2005.
- VARGAS, M. A imagem do mundo e as navegações ibéricas. **Revista da SBHC**, n. 14, p. 81-96, 1995.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres do Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 502-595, set./dez. 2008.

VILHENA, Maria da Conceição. O preste João: mito, literatura e história. **Arquipélago Revista de História da Universidade de Açores**, 2ª Série V, p. 627-650, 2001.

WEBER, P. M. Aquela belicosa rainha com valor costumaz: as ambiguidades de Ginga na obra “História geral das guerras angolanas” de Antonio Oliveira de Cadornega e seus usos na historiografia brasileira. 2014, 117 f. Mestrado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC- Rio Grande do Sul, 2014.

ZURARA, Gomes Eanes. Chronica do descobrimento e conquista de Guiné. Lisboa: J. P. Ailloud, 1841.